

MATHEUS MOLLERI SPECK

**GÊNESE E EVOLUÇÃO DA BANANICULTURA NO MUNICÍPIO DE
JACINTO MACHADO-SC**

Florianópolis, junho de 2007

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

Matheus Mollerer Speck

Gênese e evolução da bananicultura no município de Jacinto Machado - SC

Orientador: Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva

Dissertação de Mestrado

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, junho de 2007

Gênese e evolução da bananicultura no município de Jacinto Machado - SC

Matheus Mollerer Speck

Coordenador: _____

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração – Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Presidente: Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva (orientador)
Prof. Dr. (GCN/CFH/USFC)

Membro: Prof^a Dr. Wilson Schmidt
Prof. Dr. (DZDR/CCA/UFSC)

Membro: Prof. Dr. José Messias Bastos
Prof. Dr. (GCN/CFH/UFSC)

Florianópolis/SC 22 de junho de 2007

À minha família

AGRADECIMENTOS

De primeiro, agradeço a Deus, pela minha existência, integridade e inspiração, e pela possibilidade de continuar pesquisando. Acredito que minha evolução como ser humano passa por estes desafios particulares, que também me enchem de expectativas e de sonhos.

Agradeço, outrossim a meus queridos pais, pelo amor, pela brilhante educação que me proporcionaram e pela imensa confiança que me depositaram ao longo de minha vida estudantil. Esta é mais uma parte de seus investimentos, e por isto, lhes considero co-autores. A minha irmã, meus tios e tias, primas e primos, e minha avó pelo amor incondicional, invisível aos olhos, mas não ao coração.

Da mesma forma, agradeço a Rosana (Rô), minha doce namorada, pelo seu amor, mas também pela paciência e compreensão na minha ausência em certas ocasiões.

Ao caríssimo amigo e orientador Clécio, pela manutenção da parceria, pelas nossas “conversas malucas”, seus ensinamentos, dicas e, *last but not the least*, por acreditar na minha capacidade de realização deste trabalho.

Agradeço igualmente ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC pela acolhida e igualmente por acreditar no potencial de um jovem pesquisador. Meus cumprimentos especiais aos professores Walquíria, Paulino, Leila e à secretária Marli.

Ao professor Ewerton, pela simpatia e pelas incontáveis vezes em que me abordava com um punhado de recortes de jornais a respeito da bananicultura catarinense e nacional.

Ao professor Luiz Fernando Scheibe, por ter me proporcionado participar de um Projeto de Pesquisa, mas, sobretudo pela confiança depositada e pela retidão de caráter.

A todos os entrevistados, pela disposição em partilhar suas visões e experiências de vida, (e em especial a família Valdatti).

Aos estudiosos do Espaço Rural, por suas contribuições teóricas a ciência e por terem me emprestado suas ideias para a construção desta dissertação.

A CAPES, por ter-me concedido uma “preciosa” bolsa, sem a qual provavelmente a confecção deste trabalho estivesse grandemente dificultada.

E finalmente a você, caro leitor que pode a partir deste momento desfrutar de minhas reflexões sem deixar-se de indagar, condição essencial à ampliação do conhecimento científico.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	v
Listas (box/figuras/pranchas/gráficos/tabelas).....	ix
Resumo.....	xi
Abstract.....	xii

APRESENTAÇÃO.....	1
--------------------------	----------

INTRODUÇÃO.....	8
------------------------	----------

CAPÍTULO I - CIRCUNSCRIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	13
---	-----------

1.1 O Espaço como componente social.....	14
1.1.1 <i>Por que se ter o espaço como objeto?</i>	14
1.1.2 <i>O A (des)ordem capitalista e a subordinação social do espaço: a formação sócio-espacial como um instrumento geográfico do estudo do presente.</i>	17
1.1.3 <i>O papel essencial das formas, estruturas, processos e funções.</i>	20
1.1.4 <i>A necessidade de intercâmbio de categorias teóricas para a profusão da análise geográfica: a busca pelos agentes do espaço.</i>	22
1.2 A agricultura familiar: agentes sociais e a heterogeneidade das práticas agrícolas de produção espacial.....	24
1.2.1 <i>Uma palavra sobre a agricultura familiar.</i>	31
1.2.2 <i>Formas e composições da agricultura familiar</i>	34
1.3 O desenvolvimento recente do sistema agroalimentar	34
1.4 Procedimentos de pesquisa.....	37
1.4.1 <i>A pesquisa bibliográfica</i>	37
1.4.2 <i>A observação</i>	38

CAPÍTULO II O ESPAÇO MUNICIPAL E A CONFORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	42
--	-----------

2.1.1 <i>O relevo recortado e a compartimentação do território</i>	43
2.1.2 <i>Aspectos sócio-econômicos importantes</i>	46
2.2 A construção do espaço: do regional ao local.....	50

2.2.3 A colonização e o início da ocupação definitiva do espaço	55
2.2.4 As bases da agricultura familiar local.....	58

CAPÍTULO III – A BANANICULTURA LOCAL – A CONSTRUÇÃO DE UMA REALIDADE.....61

3.1 A bananicultura e sua fase germinal.....	62
3.2 A fase expansiva – ampliação das escalas e o novo vigor para a produção familiar e economia municipal.....	69
3.2.1 A incorporação regional.....	69
3.2.2 A bananicultura como processo: condição da urbanização local.....	76
3.3 A integração produtiva nas encostas: a bananicultura na mudança na organização sócio-espacial da agricultura municipal.....	79
3.3.1 Da dependência do fumo para a segurança da banana.....	80
3.3.2 O parcelamento das terras, a valorização da encosta nos anos 70 e a da concentração fundiária: uma leitura pela banana.....	83
3.3.3 A industrialização da banana: sinais de novos rumos?	88
3.3.4 A chegada da banana na Região Sudeste, a instabilidade produtiva e o novo significado da produção de bananas a partir dos anos 80.....	91
3.4 Os momentos e as faces da crise: dos anos 80 aos 2000.....	93
3.4.1 PROBLEMA 1: doenças, descuidos e desconhecimento e excepcionalismos climáticos.....	94
3.4.2 PROBLEMA 2 – Marginalidade na modernização do sistema de objetos e ações, o aumento da produção nacional de bananas e a rigidez da cadeia.....	100
3.4.3 PROBLEMA 3: As dúvidas na modernidade e o discurso estatal na produção de bananas	105

CAPÍTULO IV - CONDIÇÕES DA BANANICULTURA LOCAL E PERSPECTIVAS DA ATIVIDADE SOB A ORDEM DE MUDANÇA..... 114

4.1 A banana: Uma visão social pela produção.....	115
4.1.1 Uma rápida Contextualização do Cultivo	115
4.1.2 A cadeia produtiva da banana	119
4.1.3 O circuito comercial in natura	122
4.1.4 O circuito industrial	124

4.2 As bananas de Jacinto: entre a marginalidade e a sobrevivência.....	126
4.2.1 <i>As formas locais da produção de bananas: condições da lógica familiar</i>	126
4.2.2 <i>A atuação dos agricultores da mudança do panorama comercial recente nos anos 90 e 2000</i>	133
4.2.3 <i>Mais um diálogo possível: o efeito “ROUNDUP” e a cultura do agrotóxico_</i>	137
4.2.4 <i>A hostilidade nos ambientes social e institucional</i>	140
4.3 As ordens de mudança e as perspectivas de futuro.....	146
4.3.1 <i>A nova dimensão no sistema agroalimentar nos anos 90: mudança nos padrões de funcionamento dos mercados.....</i>	146
4.3.2 <i>Esperanças e possibilidades de saída da crise</i>	149
 À GUIA DE CONCLUSÃO.....	 154
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 159
 ANEXOS.....	 170

LISTAS

BOXES

Box 1 - Grandes desastres naturais de Jacinto Machado.....	48
Box 2 - A chegada da <i>nova</i> banana.....	66
Box 3 – Os procedimentos tecno-produtivos necessários a produção de bananas.....	96
Box 4 - A coordenação da cadeia no município: o alijamento do agricultor.....	105

FIGURAS

Fig. 1 - Organograma esquemático das fases da dissertação.....	41
Fig. 2 - Esboço das formas de relevo no município de Jacinto Machado	44
Fig. 3 - Croqui do Caminho Conventos/Curitiba (adaptado de Hombold, 1994)	53
Fig. 4 – Esboço da trajetória da colonização italiana em Santa Catarina	57
Fig. 5 - Fluxo de comércio de bananas na primeira fase de produção (1950 - 1965).....	65
Fig. 6 – Desenho esquemático do início e duração dos ciclos de comercialização de Bananas em Jacinto Machado.....	75
Fig. 7 - Esboço esquemático de uma propriedade de encosta.....	82
Fig. 8 – Mapa de Zoneamento climático para a cultura da banana.....	99
Fig. 9 – Estrutura genérica da cadeia produtiva de frutas, legumes e verduras (FLV).....	120
Fig.10– Esquema do circuito industrial da banana em Jacinto Machado.....	126

FOTOS

Foto 1 - Arrozal na Planície Aluvial (Foto do autor)	48
Foto 2 – Produção de fumo no primeiro plano e logo atrás, bananas (Foto do autor)	48
Foto 3 - Caminhões transportadores de banana durante a Festa do Colono – 1974.....	74
Foto 4 - Caixas de banana-prata esperando o embarque com a plantação ao fundo.....	86
Foto 5 - Galpão de armazenagem e distribuição da produção de banana na comunidade de Serra da Pedra.....	123
Foto 6 – Seleção das frutas para <i>descascagem</i> e posterior cozimento.....	125
Foto 7 – Bananal na comunidade de Tenente (sul de Jacinto Machado).....	129
Foto 8 – No primeiro plano a produção de arroz e ao fundo, nas encostas, a banana.....	129
Foto 9 - Detalhe de produtos confeccionados com a fibra da bananeira.....	151

GRÁFICOS

Graf. 1 - Evolução populacional do município de Jacinto Machado entre 1950 e 1970	77
Graf. 2 - Evolução do número de estabelecimentos e das áreas dos estratos	84
Graf. 3 - Evolução nominal da área plantada dos principais cultivos de Jacinto Machado entre 1970 e 1980.....	85
Graf. 4 - Estimativa da evolução do consumo por habitante de algumas frutas no Brasil.....	102

Graf. 5 - Evolução da área plantada (ha) com bananas no Brasil, por estados.....	104
Graf. 6 – Dispersão da porcentagem das áreas dos estabelecimentos cultivadas com banana.....	128
Graf. 7 – Evolução da relação entre o valor produzido e a área cultivada com bananas.....	136

MAPAS

Mapa 1 – Mapa de localização geográfica do município de Jacinto Machado-SC.....	51
Mapa 2 – Área plantada com banana nas microrregiões geográficas do Brasil. (IBGE 1995/96).....	117

PRANCHAS

Prancha 1 - Exemplos da banana utilizada pela indústria para a fabricação de doces	90
Prancha 2 - Aspectos da realidade da produção de bananas em Jacinto Machado	103
Prancha 3 - Realidade da produção de bananas–cultivo, tratos culturais, transporte da produção.....	130

TABELAS

Tab. 1 - Características essenciais do modelo patronal e do modelo familiar de produção agropecuária.....	33
Tab. 2 - Outras características dos quatro modelos teóricos de Lamarche (1998)	36
Tab. 3 - População economicamente ativa nos setores da economia	46
Tab. 4 – Produção das Principais Lavouras em Jacinto Machado – 2004.....	47
Tab. 5 - População de alguns municípios do sul catarinense.....	78
Tab. 6 - Principais cultivos de Jacinto Machado em 1970.....	80
Tab. 7 - Área colhida com banana em diversos municípios brasileiros.....	97
Tab. 8 – Perdas na lavoura de banana.....	100
Tab. 9 - Comparação de recursos destinados para projetos de assistência para algumas culturas em SC	108
Tab. 10 – Comparação entre a produção dos municípios e a produtividade/rendimento dos Cultivares.....	111
Tab. 11 – Principais países produtores de bananas ou plátanos.....	116
Tab. 12 – Inventário técnico-produtivo da cultura da banana.....	127
Tab. 13 – Caracterização tipológica das dos produtores de banana.....	132
Tab. 14 – Comparação entre itens das duas maiores zonas de produção de bananas em SC.....	134

RESUMO

A presente dissertação de mestrado possui o objetivo de analisar o processo de gênese e estruturação da bananicultura no município catarinense de Jacinto Machado sob dois vieses: primeiro, salientando a importância daquela atividade na formação sócio-espacial e nas estratégias produtivas da agricultura familiar local, e, segundo, resgatando a sua construção histórica enquanto cadeia produtiva no ambiente social e técnico das transformações recentes do sistema agroalimentar nacional. A questão principal consistiu em atrelar estes dois vieses para a construção um diagnóstico do desenvolvimento da bananicultura naquele município ao longo dos últimos cinquenta anos. Simultaneamente buscamos entender as bases de sustentação da atividade e, então caracterizar socialmente as práticas produtivas sob tipologias que nos pareceram elementares, ressaltando fatores tais como a capacidade de resposta tecnológica, a utilização de recursos creditícios, a escolha dos cultivares e a inserção do produtor no mercado. Como um estudo de Geografia, verificamos a necessidade de realizarmos uma abordagem qualitativa, onde a teoria e os dados empíricos obtidos nas entrevista e questionários estivessem unidos em um discurso crítico com a premissa fundamental de fomentar ações de melhoria para o grupo social dos bananicultores. No decorrer deste trabalho constatamos a condição de marginalidade enfrentada pelos produtores e as dificuldades dos mesmos de se reproduzir socialmente na contemporaneidade da evolução das circunstâncias técnicas e ambientais.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the process of genesis and evolution of the banana crops in the Brazilian city of Jacinto Machado under two aspects: the first one, detaching the importance of that activity in the socio-spatial configuration, attempting on the productive strategies of the local peasant (familiar) agriculture, and the second one, rescuing the historical construction as a productive chain in the social environmental of the agrifood system latest transformation. The main issue consisted in leash these two points of view toward the construction of a diagnosis concerning the development of the banana crop in that municipally district along the last fifty years. Simultaneously, we tried to understand its foundation and then, characterize, socially, the productive practices under typologies that appear us as elementary factors, such as, the capacity of technological answering, the use of credit resources, the cultivar chose and the insertion of the farmer in the market. As a geographical study, we verified the need to proceed a qualitative approach where the theory and the empirical data obtained in interviews and questionnaires has been merged on a critical speech with a fundamental premise of fomenting actions to increasing life conditions to the banana farmers social group. In the arise of this work we attested the condition of marginality faced by the producers and theirs difficulties of reproducing in the contemporary evolution of the technical and environmental circumstances.

APRESENTAÇÃO DA OBRA

A construção da problemática: um breve relato sobre *minhas* escolhas e caminhos.

O ato de se escrever uma tese ou uma dissertação é para o estudante de qualquer área científica, antes de uma experiência acadêmica dotada de rigor e profundidade científica, um grande desafio particular (subjetivo) que implica em um ajuste de suas forças para o foco da pesquisa. Terminar um trabalho desse calibre, no entanto, significa mais do que simplesmente garantir um melhor futuro profissional, ou de estar apto para a pesquisa, mas, de estabelecer um novo relacionamento individual com os princípios do saber.

Neste pequeno prefácio estaremos compartilhando com o leitor o caminho de investigação percorrido na realização desta pesquisa. O relato que se segue apresenta a trajetória da elaboração dos questionamentos iniciais e de suas redefinições ao longo do trabalho com a incorporação de novos olhares, e sentidos que fizeram desse processo um autêntico crescimento intelectual.

De primeiro é interessante apresentar que a escolha da temática deste trabalho não se processou ao acaso, como escolha livre ou mesmo no domínio do vigente curso de mestrado. Na realidade, a *bananicultura* e o município catarinense de *Jacinto Machado*, duas partes do enfoque proposto a inter-relacionamento para esta dissertação, nasceram certo tempo antes de minha entrada para o programa de pós-graduação em geografia, numa necessidade para o cumprimento de uma das metas de um projeto de pesquisa¹ do Departamento de Geociências da UFSC, no qual enquanto aluno do curso de graduação em Geografia pude participar como bolsista. As premências daquela pesquisa fizeram-me enveredar para o eixo dos estudos rurais e agrários, não sendo, portanto estranho que partisse logo em seguida a estudar um cultivo específico naquele espaço.

Em decorrência deste mesmo projeto propus analisar as relações de *espacialidade* (territoriais) do cultivo da bananeira com os demais cultivos presentes partindo de uma abordagem pelo maior produtor da fruta da região sul catarinense, o município de Jacinto Machado. O eixo do trabalho girava em torno das possibilidades concretas de delimitar os ritmos de crescimento e estagnação produtiva tomando como base a existência de um universo particular de cultivos que *competiam* entre si espacialmente. O embasamento teórico baseou-se em Santos (1985) para tentar entender a forma que se conformava aquela produção espacial. Pelos limites de uma pesquisa de graduação, muitas questões não foram contempladas e as discussões ali inseridas obviamente careceram de maior profundidade metodológica e crítica.

Particularmente foi através desta investida pioneira que despertou em mim a vontade de buscar novos caminhos para compreender certos processos sócio-econômicos (condições de trabalho, estrutura fundiária, níveis tecnológicos e coeficientes de uso da terra) que permeavam o cultivo da bananeira naquele espaço em questão. Numa autêntica *geografia do excedente/produto* como propôs Sanchez (1991), uma vez que existem poucas referências com certa *geograficidade* acerca da produção brasileira de bananas, passei a me interessar por realizar um estudo que sustentasse a compreensão através dos *sistemas técnicos* trazida por Milton Santos (1996).

Nosso projeto de dissertação inicial previa estudar os sistemas técnicos produtivos da

¹ Projeto de Pesquisa Análise Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá – Subsídios para a gestão, do Laboratório de Análise Ambiental –LAAM.

bananicultura como resultado/condição de uma inserção capitalista periférica, baseada na pequena produção familiar e de um caractere estrutural proeminente – a localização das áreas produtivas da fruta nas encostas basálticas de altitude médias. O objetivo principal era caracterizar os sistemas produtivos da fruta relacionando-os entre si de modo a estabelecer um diagnóstico do panorama geral da bananicultura no município e identificar o seu papel frente ao processo produtivo capitalista na agricultura familiar.

Como uma autêntica *problemática* ² logo procuramos centrar força na condição de realização do trabalho e, de fato, na sua aplicabilidade. A criticidade, subjetiva e parcial nos despertou para o exercício artesanal da ordenação da pesquisa e desbaste das idéias, teorias e hipóteses originais, mas que não poderiam ser totalmente aproveitadas ou absorvidas como o *núcleo-duro* da pesquisa. A busca pela abordagem realista do objeto já se desenlaçava conjuntamente ao meu olhar crítico, um sentimento que me acompanhou integralmente ao longo da execução dessa dissertação.

Através de importantes conversas com colegas do curso de mestrado e a essencial colaboração do orientador, a lapidação da temática, a fim de constituir um *autêntico* e *sólido* problema de pesquisa, se pôs como uma ação fundamental importância para germinar o *tronco* denso de idéias por onde, acreditava eu, se ramificariam vigorosamente novos caminhos aos objetivos do trabalho, inicialmente distantes. O tempo e a dedicação a esta empreitada provariam mais tarde a veracidade dessa suposição.

Com o aprofundamento das leituras das obras de Milton Santos, pude perceber então uma falta de sincronia entre a matriz metodológica originalmente prevista e os objetos empíricos. Muito daquilo devia-se a uma confusão teórica por mim estabelecida, algo que comprometia fatalmente o encaminhamento da solução do problema de pesquisa. Assumia os sistemas técnicos enquanto formas individuais e a parte, recipientes da síntese da evolução sócio-espacial da bananicultura quando na verdade são *conteúdos* de uma formação sócio-espacial específica, desenvolvidos a partir da seletividade das relações sociais do capital, e assim denotando racionalidades e coerências re-articuladas *in loco*.

Simultaneamente a construção de uma nova proposta, comecei a me interessar por

² Sobre a proposta metodológica da construção do problema de pesquisa vide BEAUD, M. Arte da tese: como prepara e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário 2ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 174p.

conhecer um pouco mais sobre a origem da *musa*, a dispersão pelo mundo e sua história produtiva no Brasil. Como um entusiasta da etnobotânica, acessei dezenas de sítios da Internet, pesquisei em livros e periódicos e me deparei ante a uma pequena, mas rica bibliografia, que, se não tratava especificamente da fruta, dava pistas sobre a sua renegada construção social enquanto alimento e produto.

O trabalho tomava formas nunca antes por mim imaginadas. Com a continuidade de descobertas e o afloramento de conjecturas e hipóteses, meu interesse com “*as bananas*” parecia envolver agora uma gama sem fim de possibilidades. Passei a explorar o desafio de adaptação de uma geral, e por isso resumida historiografia produtiva da fruta, a compreensão da realidade do município de Jacinto Machado.

Com o constante auxílio do orientador, iniciei uma composição escrita, sem nem mesmo consolidar uma nova problemática para meu trabalho. Em contrapartida, acreditava que aquelas páginas que tanto me esforçava em escrever seriam úteis mais tarde enquanto capítulo ou constituinte.

Com o passar dos meses, e o cursamento das disciplinas obrigatórias e eletivas adquiri maior profusão metodológica e pude, ao mesmo em que escrevia compulsivamente, perceber que muitas daquelas páginas em que me esforcei a conceber não se inscreviam em um corpo de objetivos direcionado a entender o *lugar*. Assim, por ora tratei de arquivar este projeto, e atualmente estou a adaptá-la para que em uma breve ocasião possa torná-la pública, no formato de um trabalho acadêmico.

Em conseqüência de nosso amadurecimento intelectual e nossa de laços de carinho e ternura para com o objeto de estudo

Propusemos uma proposta de estudo na direção de um diagnóstico acurado das relações sociais inseridas no circuito produtivo da banana, a partir de uma realidade já conhecida. O estudo-de-caso traria subsídios para a compreensão das dinâmicas espaciais que se processaram em momentos específicos e a sua natureza perante o processo de estruturação (modernização) da agricultura brasileira nos últimos cinquenta anos.

Com nossa aproximação a História e as constantes interpretações do lugar, tratou-se de enxergar a produção bananícola Jacinto Machado não somente como adendo ao processo de formação sócio-econômica da região sul, mas, na proporção que sua natureza

escondesse um rol de elementos singulares e significativos, e sustentasse em certa medida uma grande parte da força de trabalho e da mais valia absoluta em nível local poderíamos manter a área de estudo para uma nova análise, mas agora com um novo rigor.

Partindo desse pressuposto sacramentamos o interesse na manutenção do tema para o curso de mestrado tentando enlevar a *bananicultura* municipal enquanto o *processo principal de análise*.

Mas e agora? Como articularíamos essa nova empreitada?

Dispor um conjunto de dúvidas como o ponto de partida metodológico para a construção de um enredo nos pareceu desde o início uma boa tentativa para balizar nosso trabalho. Quem nunca se perguntou sobre a origem de algo ou o motivo de existência da tal coisa? É partindo de um corpo de questionamentos que muitas vezes conseguimos desdobrar nossas idéias em páginas e capítulos.

Michel Beaud (1997) afirma que não existe pesquisa sem um *insight* e, não se exerce um trabalho sem um questionamento ou pergunta. De acordo com este autor, o ato de perguntar, parte indissociável da essência humana, tem o poder de sintetizar e qualificar uma proposta de estudo fazendo com que se direcione o pensamento e as ações para responder algo que é concreto e não pura abstração.

Desta forma, iniciamos nosso caminho não em uma única direção, mas no intuito dúbio de resgatar a memória de uma realidade através de uma série de questionamentos simples que supostamente poderíamos responder:

- Como surgiu a bananicultura em Jacinto Machado?
- Qual sua função na formação sócio-espacial daquele município?
- Como, quando e por quê ocorreu o rompimento produtivo com esta cultura e a deflagração das crises produtivas?
- Qual a situação atual dos produtores locais de bananas?

Por meio dessas questões norteadoras, notadamente trans-disciplinares iniciamos

uma exaustiva pesquisa histórica para identificar os recortes teóricos e empíricos de nossa dissertação. Novos objetivos surgiram e um novo vigor se instalou em nossa alma, fazendo com que pudéssemos levar adiante a aventura de conhecer.

A partir deste momento, você caro leitor está convidado a conhecer um pouco mais sobre nossas escolhas e caminhos e a realizar a arte da crítica a um trabalho de mestrado realizado com dedicação e denodo.

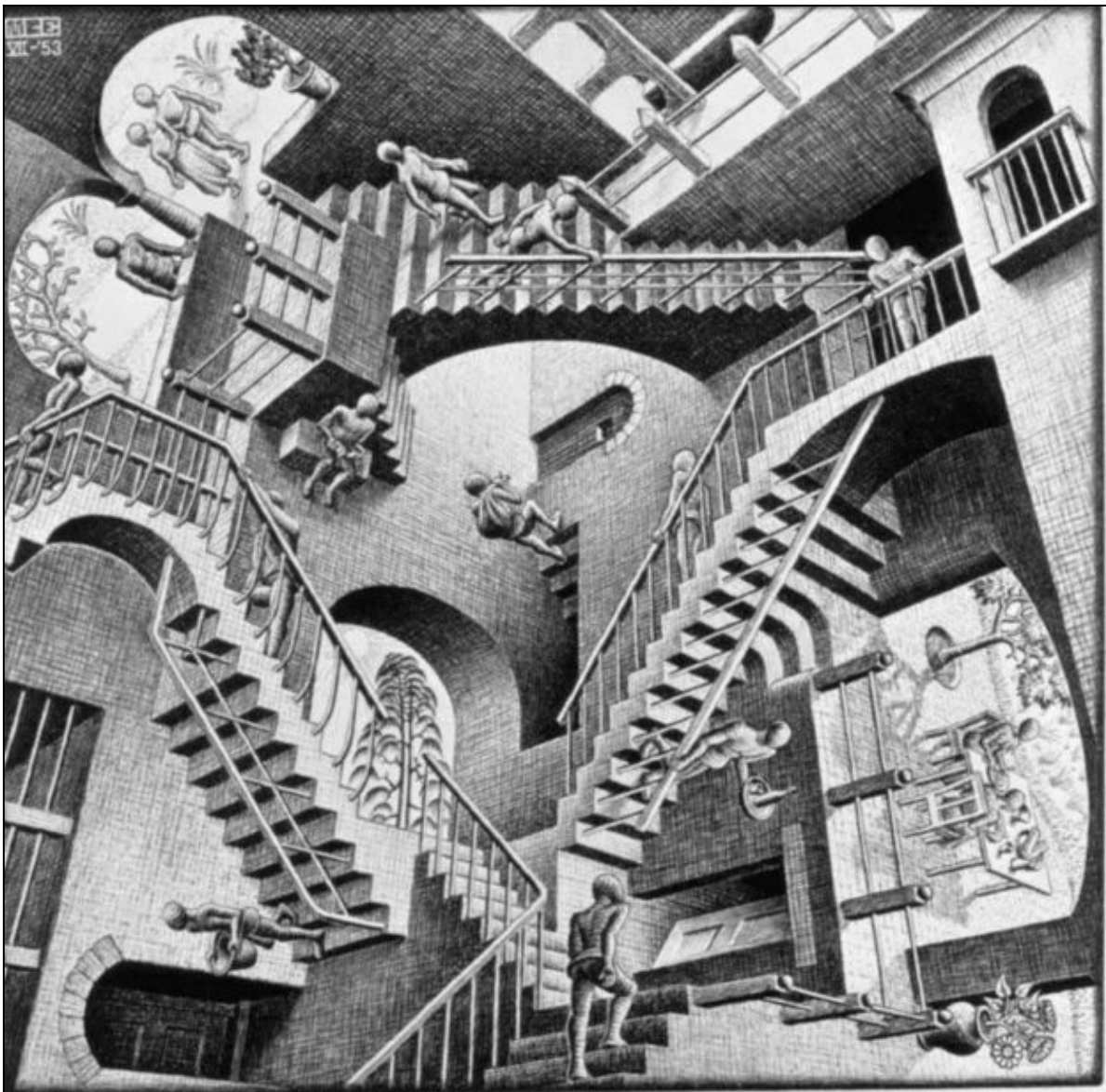
Queremos lembrar que este trabalho se configura uma tentativa de auxiliar a compreensão de uma realidade local e não tem o interesse de se fazer entender como a única interpretação possível. Como um aprendizado individual, pretende criar subsídios para o debate acadêmico de um caractere da contemporaneidade como é o caso da agricultura familiar.

Matheus Molleri Speck

Florianópolis, 22 de maio de 2007

Diante de uma paisagem, ou de nossa vontade de apreendê-la se exerce sobre conjuntos que nos falam à maneira de cartões-postais, ou então nosso olhar volta-se para objetos isolados. De um modo ou de outro, temos a tendência de negligenciar o todo; mesmo os conjuntos que se encontram em nosso campo de visão nada mais são do que frações de um todo (...)

Certo, nós não mudaremos o mundo, mas podemos mudar o modo de vê-lo. Isto é importante por que só assim podemos escapar do dogmatismo epistemológico e marcar um encontro com o futuro. SANTOS (1982:23;26)



ESCHER, M. C. *Relativity*. Litog. 27.7 x 29.2 cm

INTRODUÇÃO

“A realidade não é um todo já acabado” Bernardes (1995:250). Pode se dizer que o que existe no mundo se desenvolve como uma circunstância de um modo de organização previamente estabelecido e das iniciativas de grupos humanos. A sociedade, admitida como uma pluralidade de indivíduos com pensamentos e atitudes distintas e formada genericamente por grupos humanos, comunidades, instituições, empresas, aldeias, classes, categorias produtivas, só pode compreendida quando abordada pela condições efetivas de realização de suas ações. Entendemos que o modo (forma) como cada coisa está no espaço possui o aspecto de um resultado e uma condição, e manifesta, pois uma funcionalidade intrínseca e específica do lugar no âmbito das práticas totais do modo de produção.

Necessário para que as atividades desejadas sejam desenvolvidas logrando o melhor resultado, o modo de produção acaba por criar privilégios por conta dos benefícios obtidos pelos homens, produzindo e reproduzindo diacronicamente do mesmo modo, relações econômicas e sociais vantajosas para si através da ligação entre os lugares. A continuidade de uma atividade produtiva, portanto não se dá por si só, ela depende de ordens maiores e externas, ou seja, provindas e/ou necessitadas de outros lugares e por outros agentes. Sanchez (1991) fala em uma sincronia de eventos em diferentes escalas para garantir a natureza da indissociabilidade da prática espacial. O autor quer dizer que o elenco de agentes que está atuando para garantir a realização *in loco de algo* não está

necessariamente limitado aquele dado lugar, mas sim criando subsídios a sua realização. A utilização e a existência do espaço em si é uma racionalidade dialética, onde os processos não escapam da relação local-local, local-global, passado-presente, natureza-sociedade como bem atestou ELIAS (2003).

Particularmente, as atividades agrícolas utilizam uma porção do espaço de forma mais ou menos extensiva, e produzem sob determinadas circunstâncias ambientais, sociais, políticas, econômicas e ideológicas de modo a responder às necessidades dos interesses pessoais dirigidos àquele espaço. Este ambiente reconhecido se torna não apenas uma parte do todo, mas de alguma forma ele se insere no âmago da lógica social como uma autêntica amostra *in loco* do processo geral de produção. As atividades obedecem a uma lógica hierarquizada, para cada lugar, configurando uma realidade de ações comandadas e dirigidas a um propósito (re)estabelecido a todo momento - um projeto. Ao mesmo tempo em que um espaço produz para algum fim, ele simultaneamente cria condições à sua reprodução, (re)qualificando-se, ou ainda rompendo com a antiga ordem criando assim novas funcionalidades.

É assim, por tamanha heterogeneia de aspectos sociais que a circunscrição prático-teórica dos estudos da produção familiar cada dia mais seduz geógrafos, sociólogos, antropólogos, historiadores e engenheiros. As condições dos tempos modernos, de ampliação dos processos tecnológicos, de interdependência das esferas sociais, econômicas e políticas, de contingências da adequação produtiva e de influência da história e da tradição fazem dos produtores do espaço rural certamente agentes estrategicamente orientados/localizados: partícipes integrais de um jogo dialético de racionalidades fundadas tanto sobre lógicas de sobrevivência como do capital.

Nesse sentido, a abordagem desse trabalho está atrelada ao estudo da organização produtiva da bananicultura no município de Jacinto Machado. Destacaremos a importância daquela atividade, para o processo de desenvolvimento sócio-espacial local, em uma construção descritiva em direção à explicação das principais mudanças que se sucederam na atividade e no espaço ao longo do desenvolvimento recente do sistema agroalimentar nacional. Nosso trabalho conflui o interesse para uma perspectiva de estudo da agricultura familiar local objetivando um diagnóstico da condição de existência da atividade bananícola.

Faz-se mister salientamos a natureza desta investida, sob a análise do lugar, a semelhança do proposto por SANTOS (1997) e praticado por Cabral (2004) e Mior (2003). Assim como existem espaços que podemos chamar de dinâmicos e especializados ou *desenvolvidos*, há também espaços da obsolência e da marginalidade, que se acham inscritos em uma racionalidade de baixa capacidade de mudança congênitas de problemas sociais, clamando assim intervenções estatais, da academia e da sociedade civil. A preocupação para com as questões relacionadas aos espaços rurais no Brasil, embora ainda incipiente e tímida já se tornou uma maneira de aprofundar o entendimento das estratégias em curso dos principais produtores daquele espaço: os agricultores.

Assim, o estudo de caso no município de Jacinto Machado como aqui proposto, sobressai-se qualitativamente no âmbito teórico-metodológico pela resposta local às mudanças ocorridas dentro do contexto da bananicultura no cenário nacional nas últimas duas décadas. Sendo o maior produtor estadual da fruta até meados da década de 80 é o maior produtor da região sul catarinense pode ser considerado e um marco empírico para se entender as faces do desenvolvimento espacial através da agricultura. Na medida das mudanças das formas de produção e da perda de poder do capital comercial para o capital industrial-financeiro, a bananicultura local apresenta-se sob um leque de processos de acumulação e sob uma diversidade de estágios sócio-técnicos.

A (re) produção dos bananais levou a cabo originalmente um processo de incorporação espacial e de dissolução de formas antigas de produção excessivamente vinculadas ao tipo de colonização quase exclusivamente para subsistência e autoconsumo. Ela se configurou pioneira ao possibilitar o florescimento de relações capitalistas (renda monetária) em um ambiente onde a troca e o escambo de produtos entre populações, comerciantes e tropeiros eram recorrentes até meados do século XX.

Diferentemente de outras regiões brasileiras onde este cultivo se constituiu apenas um adendo produtivo ou um resultado direto da estagnação produtiva, como na baixada santista, (LIMA, 1982) a bananicultura em Jacinto Machado torna-se um caso emblemático da diferenciação local do capital, sem que isso possa conter somente um viés. Ao nosso ver, ao refletirmos sobre a evolução particular deste cultivo, estaremos contextualizando uma subliminar análise histórico-geográfica de alguns aspectos: o crescimento urbano, a

repartição e parcelamento de terras, êxodo rural, marginalidade produtiva, liberação da força de trabalho, cadeia produtiva, e utilização de mão-de-obra familiar.

Definitivamente acreditamos que a contribuição da geografia se torna essencial para a compreensão da realidade social diversa na medida que confronta o peso das transformações do modo de produção sobre uma lógica social singular. As respostas e reações obtidas se tornam o nexo da existência de níveis históricos e materiais só qualificados com certa dose de rigor com o conceito de espaço. Através do paradigma da formação sócio-espacial (definitivamente um caminho para o estudo do presente), o geógrafo possui um instrumento metodológico consistente e poderoso para compreender qualitativamente essas singularidades do espaço-tempo, de modo que a interpretação possa se dirigir ao circuito das relações diacrônicas e sincrônicas que moldam e regem as relações entre os sub-espços.

Em face ao exposto acima, na presente dissertação dedicaremos nossos esforços para a compreensão de uma especificidade construída num âmbito de reprodução familiar. Nosso objetivo principal propõe: *analisar o processo de formação e estruturação até o momento presente do cultivo da banana no município de Jacinto Machado - SC.*

Por conseguinte, tal intenção será permeada metodologicamente pelos seguintes *objetivos específicos*:

- Resgatar a importância da atividade na formação sócio-espacial do município de Jacinto Machado;
- Apresentar o circuito produtivo da fruta partindo do município de Jacinto Machado – SC, e a rede de fluxos da produção do município para outras regiões ou cidades em determinados períodos;
- Classificar os sistemas de produção da bananeira contidas no município de Jacinto Machado – SC.

Num certo sentido, nosso esforço de análise se direciona à perspectiva de uma descrição cronológica dos eventos e dos sistemas de ações e objetos que integram o contexto de desenvolvimento do espaço local mobilizado pela atividade bananícola.

Enfatizamos que a escolha do contexto referido (o município de Jacinto Machado) sobressai-se qualitativamente pela sua inserção no panorama de mudanças ocorrido dentro do contexto da produção da banana no cenário estadual nas últimas duas décadas. Sendo o maior produtor estadual da fruta até meados da década de 80 apresenta-se mesmo com perda da liderança na produção o maior responsável da produção sul catarinense e um marco empírico no que concerne à conjuntura agrícola nacional dos últimos tempos, na medida das grandes mudanças das formas de produção e a perda de poder do pequeno capital comercial para o capital industrial-financeiro-monopolista que passa a se apropriar de parcelas maior do excedente de valor gerado pela agricultura, facultando, pois um leque de processos de acumulação e em certo ponto uma amplitude de estágios sócio-técnicos. MOREIRA, (1997); SILVA, (1995).

Apresentando brevemente a estrutura desta dissertação, reportamos a existência de quatro capítulos. No primeiro, sistematizamos a matriz teórico-metodológica sobre a qual se baseia a compreensão do papel da atividade bananícola no município. No capítulo dois, destacamos com brevidade alguns aspectos importantes do lugar; para, no terceiro, entrarmos decididamente no âmbito da estruturação da bananicultura enquanto forma-conteúdo. Por fim, no capítulo quatro estaremos focalizando a condição atual da produção de bananas e as perspectivas e estratégias para a melhoria e a recomposição futura da atividade.

CAPÍTULO I

CIRCUNSCRIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

“O ato de produzir é igualmente ato de produzir espaço” Santos (1985:23)

Parece-nos adequado primeiramente admitir nossa intenção com respeito ao estabelecimento de uma união de propostas teóricas.

Mais do que uma apresentação formal da abordagem teórica, o que se pretende é a construção de um discurso conectado com a realidade de tal maneira que este suporte se torne importante atributo do ato de conhecer.

Sendo assim, propusemos como CABRAL (2004) a noção de “circunscrição”³ por entender que as possibilidades da teoria são vastas em torno de um determinado assunto, e, que sua qualidade essencial é sustentar o *processo amplo* de amadurecimento científico.

Os conceitos e noções desenvolvidas logo a seguir são, portanto fruto de uma tentativa pessoal de conciliar o rigor prático do estudo dos atributos espaciais em torno da nossa temática (a gênese e estruturação da bananicultura em Jacinto Machado - SC) no sentido de que cada linha descritiva ou analítica da realidade contenha indícios fortes de uma

³ O ato de circunscrever segundo o dicionário Aurélio quer dizer basicamente: 1. Descrever uma linha em torno de; 2. Abranger, conter; 3. Limitar restringir.

composição metodológica consistente.

Perscrutam-se a seguir as características definidoras do espaço numa maneira de juntar as possibilidades da investida por via da metodologia da formação sócio-espacial como elemento-chave de integração do nosso elemento de partida e de chegada – a agricultura familiar.

Na segunda parte deste capítulo estaremos então a qualificando enquanto agente de produção do espaço com o objetivo de explicitar suas características gerais e de demonstrar sua importância subliminar na atividade agrícola no desenvolvimento territorial.

1.1 O ESPAÇO COMO COMPONENTE SOCIAL.

Mais do que responder esta aparentemente singela pergunta, cabe a nós, geógrafos pensar o significado desse conceito para os estudos sociais e para as particularidades locais.

Queremos salientar que reconhecemos acima de tudo o espaço como um *objeto não-absoluto*, ou seja, que não está contido (explicado) por uma única corrente filosófica de pensamento e interpretação. Isto posto, não se trata de fazer uma exegese da evolução da própria Geografia, mas discernir os limites metodológicos, os quais se debruça esta nossa pesquisa.

Esclarecemos, portanto, que para a abordagem de nosso objeto de estudo adotamos fundamentalmente o espaço contemporâneo enquanto objeto (agido/natureza) e condição (agente/sociedade) sob um macro-processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais.

1.1.1 Por que se ter o espaço como objeto?

Carregando consigo a mediação imanente do homem com a natureza, o espaço é o meio geográfico de compreensão dos fenômenos atuais. A Geografia propõe sua noção por que almeja entender a contemporaneidade dos fatos. Ela acredita que cada objeto ou

relação existente é derivada de uma racionalidade pretérita (construída) que garante, pois a reprodução da própria existência.

Segundo Santos (1996) embora ainda carente de um conceito unificante e integrador, o espaço pode ser considerado uma categoria análise da sociedade por que é, acima de tudo dela originado: um conteúdo e um recipiente de pessoas, objetos construídos e relações. Embora de existência objetiva anterior ao homem na escala temporal, o espaço é inadvertidamente um ambiente vivificado pelas pessoas e pelas variações dos movimentos do trabalho humano, sejam eles esporádicos, constantes, amplos ou limitados. Nesse sentido como defende o próprio autor (1978:120):

“O espaço como categoria permanente, seria uma categoria universal preenchida por relações permanentes entre elementos lógicos encontrados através da pesquisa do que é imanente, isto é, do que atravessa o tempo e não daquilo que pertence a um tempo dado e a um dado lugar, quer dizer, o propriamente histórico, o transitório, fruto de uma combinação topograficamente delimitada específica de cada lugar”. SANTOS (1978:120).

O esforço teórico fundamenta o entendimento do espaço como uma instância divisível e fragmentada, ou seja, como um rol objetivamente diferenciado de paisagens e de coisas. Isto quer dizer que basicamente o espaço geográfico é participe integral do movimento das forças sociais de amplitude total: não é só um palco de relações, mas é sim a união entre o tecido social (indivíduos, empresas, estados-nações meios de produção, costumes, tradições, experiências, *et cetera*) e o substrato físico que se diferenciam na materialidade dos lugares.

O autor continua:

“O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura de relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos.” Santos (1978:122)

Desta maneira toma-se o espaço como categoria de análise social indispensável por que, epistemologicamente ele propõe entender a expressão da condição material presente dos grupos sociais pelo que, de fato, existe construído, seja um determinado tipo de agricultura, o bairro de uma cidade ou ainda uma estrada. LEFEBVRE (2003)

Segundo este autor o espaço é um arranjo vivo composto de objetos e de ações:

“Social space contains a great diversity of objects, both natural and social, including the networks and pathways which facilitate the exchange of material things and information. Such ‘objects’ are thus not only things but also relations. As objects, they possess discernible peculiarities, contour and form. Social labour (sic) transform them, rearranging their position within spatio-temporal configurations without necessarily affecting their materiality, their natural state (as in the case, for instance of an island, gulf river or mountain).”
LEFEBVRE (2003:77)

Santos (1996) vai mais além e propõe a partir das idéias do próprio Lefebvre e de Jean Baudrillard que o espaço é “o” conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações⁴.

Admitindo esta composição, é inegável o fato de que o estudo do(s) espaço(s) se guiar pelo aspecto *visível*. Isto não quer dizer que deva se tomá-lo como um produto. Muito pelo contrário. Santos (1982:25) diz que o que deve interessar para a Geografia enquanto disciplina e ciência objetiva são *os caminhos da produção deste espaço*. Em outras palavras, *“a lei do movimento geral da sociedade, pois é pelo movimento geral da sociedade que aprendemos o movimento geral do espaço.”*. E emenda: Nada do que existe pode ser por si só. Cada coisa só “é” por que fora gestada e conduzida sobre uma racionalidade superior. O desafio maior, portanto, é empreender a síntese da racionalidade dos fenômenos através de sua formação.

⁴ Segundo Santos (1996) os objetos são as coisas naturais e artificiais que garantem a materialidade. Estes são basicamente o resultado do esforço da humanidade em adequar o lócus em que vive ao seu bel-prazer ou a sua necessidade. As ações, por sua vez são as forças humanas que impulsionam o presente e estes objetos. São de uma forma ampla o trabalho de fazer movimentar as coisas, de transformar as técnicas e os objetos no tempo-espaço e a interação dos indivíduos.

1.1.2 O A (des)ordem capitalista e a subordinação social do espaço: a formação sócio-espacial como um instrumento geográfico do estudo do presente.

Seguindo a fórmula aristotélica, tudo o que de fato *existe* no mundo está em algum lugar. Se o espaço não é apenas um receptáculo de coisas ou de pessoas, algo o torna, de fato um componente das práticas da sociedade.

O significado da existência de qualquer atividade produtiva ocupando fisicamente um espaço é, portanto uma constatação da importância do trabalho pretérito (trabalho morto), criador das perspectivas do presente. É impossível pensar um espaço geográfico como um dado imutável, mesmo que este seja anterior ao homem como nos fala SILVA (1988) SANTOS (1985, 1996).

Pelas estruturas e formas antecedentes se instituem um elenco de especificidades (novos objetos técnicos, abandono de lugares, diversidade de costumes e tradições, relações de propriedade) atuando incondicionalmente como *meio* sobre a própria organização do período presente permitindo que se mantenha a complexificação das relações sócio-espaciais sucessivamente no tempo.

O paradigma da formação social (ou sócio-espacial como propôs Milton Santos) enquanto método não avalia casuisticamente os espaços já que estes não estão separados de articulações totais. Santos (1978, 1985, 1996) defende que a dinâmica histórica serve de método para os estudos geográficos em dadas causas: a) por que, definitivamente o aspecto espacial possui a qualidade de estar vinculado a certos eventos sociais determinantes, hierarquizados no tempo por uma racionalidade que ultrapassa a representatividade meramente superficial e tópica (singular); e, b) por que o aspecto temporal possui a propriedade de justificar as “amarras” da construção dos objetos no espaço geográfico em si com os movimentos globais que se situam na dimensão teórica. Assim a grande amarra apresentada é de como o tempo se transfigura em espaço e vice-versa.

De acordo com Armando Corrêa da Silva (1988) o conceito da formação sócio-espacial supõe o de tempo através da ótica da formação e reprodução, da transformação continuada e do resultado material prático. Convém admitir que o mesmo está sempre mediado pelas forças hegemônicas (e não espacialmente idênticas) do Modo de Produção

dominante e sob uma periodização, que lhe é indispensável.⁵

Para explicarmos melhor este modelo teórico: toda a porção de espaço, quando moldada pelas mãos humanas é, única. Como um mosaico de elementos de diferentes eras agrupados sobre um mesmo substrato continua sua marcha de diferenciação qualitativa justamente por conta das estratégias sociais ali engendradas no tempo - produzindo diacronicamente relações econômicas e sociais com outros lugares. Tal compreensão, no entanto, não quer dizer que ela também não faça parte de uma lógica maior e regente. É o salto qualitativo do discurso geográfico que analisa pela contraposição das esferas do local e do global, do passado e o do presente e, do social e do natural a realidade material humana. Se cada representação fosse apenas singular, ontologicamente a compreensão do Espaço não reteria nenhuma lógica que pudesse ser balizada para entender os processos e as formas diferentes. Sanchez (1981)

Santos (1996) considera que a “*racione*” pertencida aos momentos sócio-técnicos distintos (dentro da ordem capitalista, sobretudo) faz mover a engrenagem dos processos sociais com sincronia, mas não em homogeneidade. Isto significa dizer que apesar, por exemplo da globalização incontestável em que vivemos, com uma maior aproximação dos espaços, os lugares permanecem sempre diferenciados entre si, instituídos em composições orgânicas específicas, só demonstradas através de abordagens fundamentadas na força do movimento histórico da formação sócio-espacial.

Sabemos que desde o seu surgimento em fins do século XVIII e expansão a partir do século XIX, o capitalismo se constitui metodologicamente no maior motor dos processos sociais e que sua natureza da diversificação e perpetuação das formas é a do “*desenvolvimento espacialmente desigual e combinado*” que afirma Corrêa (1995). Por esta base, o espaço só pode ser entendido no âmbito das relações em que contém e é contido, por que nelas mesmas subsistem os nexos causais de uma ordem e de uma *racionalidade superior*.

⁵ Sabemos que a gestação do paradigma da formação sócio-espacial adveio do edifício teórico estabelecido no auge da Geografia crítica européia. Sua tendência marxista, é marcadamente derivada da noção de Formação Econômica e Social (FES) contida fundamentalmente no livro primeiro do “*O Capital*”. Embora a formação sócio-espacial quisesse buscar a autonomia de um discurso geográfico por excelência é inegável a influência da noção dos modelos históricos e da periodização de Marx como base presente no discurso. Do mesmo modo a noção quase subliminar de produção denotando o movimento como a essência da construção material.

Toda representação material existente na superfície terrestre está relacionada a um compasso do tempo. Santos (1978, p.148) definiu essa especificidade congênita dos fenômenos espaciais, de *inércia dinâmica* ou *ativa*, afirmando que o meio geográfico é sempre um resultado e uma condição do modo de produção. Primeiro, porque seu aspecto multifacetado surge através da consolidação de atividades produtivas e então de suas relações diacrônicas no âmbito da divisão técnica (territorial) do trabalho e da especialização técnico-produtiva, auxiliando na organização sócio-espacial diferenciada, e; segundo, porque do mesmo modo esta mesma organização é continuamente alterada por um feixe de forças em função do desenvolvimento dos meios de produção e das ordens sociais, estipulando nos lugares processos de resiliência (resistência), de adaptação territorial continuada, ou então de marginalidade e periferia. Dessa maneira o espaço permanece ativo, porque possui a propriedade de estar em constante construção (mutação) a cada momento gerando e sendo renovado por racionalidades técnicas específicas voltadas a atender uma “nova” função dentro do Espaço da Produção⁶.

De acordo com Santos (1997), no atual período tecnológico a materialidade *permanece* imersa em grande parte na *segurança* do processo capitalista, que apresenta um diferencial de outros períodos técnicos pretéritos: ele institui a globalização como força motora. Os lugares e suas atividades estão imersos neste padrão através de um arranjo espacial *relativo*, desenvolvendo correspondência entre a diversidade suas *forças* congênicas com externalidades. A gama de processos gerados *in situ* é mediada e re-configurada permanentemente por variados agentes que constroem (contidos em uma *funcionalidade não-intencional*, muitas vezes não percebendo seu papel para a coerência do todo) uma representação material única numa síntese infinita. A propriedade de singularidade trazida pelo trinômio *tecnologia-ciência-informação*, estimulada com a acirrada competição capitalista dá sentido profundo ao movimento tornando os espaços mais *abertos* do que eram no passado, compondo a ordem dialética da sociedade. Os movimentos vão sendo paulatinamente distribuídos nos territórios introduzidos sob a tutela da padronização.

⁶ Assumimos que a abordagem espacial se debruça sob a perspectiva da produção por excelência. Esta concepção leva em conta as estruturas dos períodos técnicos, com (inter) relações em níveis culturais, econômicos e políticos-institucionais sendo suportes fundadores da dinâmica das sociedades. Desta forma, podemos trabalhar uma boa parte das relações espaciais empenhadas pelos processos de mudança estrutural, os quais arranjam os lugares através de uma hierarquia de importância dentro da lógica da acumulação.

Esta padronização supõe que os cotidianos das pessoas e as formas de realizar ações estão cada vez mais baseados em tecnologias. As formas e os processos produtivos que se assemelham uns com os outros em uma lógica racional capitalista.

Lefebvre (*The production of space, 2003*) empreendendo uma exegese da necessidade da apreensão dialética e histórica do espaço afirma que os momentos técnicos (empreendidos na evolução dos meios de produção, das formas de trabalho e da composição do capital) enquanto mediações entre processos, entre formas e entre condições e resultados se estendem sobre o eixo da ruptura e da descontinuidade qualitativa dos espaços acrescentando organização ainda que longe de uma certa autonomia.

Em outras palavras, sob o “*feixe*” das representações contidas tomar o espaço como um fim não é reconhecê-lo como “o” objetivo da ordem material, mas apreendê-lo enquanto partícipe incondicional dos movimentos sociais dando conta de que sua produção é certamente artifício humano inacabado, instituído na modernidade no ciclo da produção capitalista.

1.1.3 O papel das formas, estruturas, processos e funções.

Para Santos (1985:57):

“A formação sócio-espacial é o conceito mais adequado ao estudo da sociedade e do espaço (...) por expressar a totalidade espacial em seu movimento, como uma potencialidade e uma realidade. (...) Não resta dúvida que não se pode estudar o todo pelo todo. (...) Antes de tudo devemos encontrar as categorias analíticas que representam o verdadeiro movimento da totalidade, o que permitirá fragmentá-la e reconstruí-la.” SANTOS (1985:57)

Partindo do ideário *lefebriano* (De lo rural a lo urbano, 1969) Santos propõe as categorias analíticas inseparáveis para o método geográfico. São em número de quatro: *forma, estrutura, processo e função*, e todos possuem a propriedade de definir o espaço através da sociedade.

Segundo Santos (1985), a idéia central da interpretação do espaço situa-se na combinação simultânea entre as mesmas. Isso porque, realmente elas não existem dissociadas. O tempo modifica as relações entre os componentes da sociedade, altera processos, incita ações e faculta mudanças instantâneas que só podem ser avaliadas *in loco* e sob a base do *construído*. A geografia, com o método da formação sócio-espacial só existe enquanto ciência quando consegue aplicar este modelo explicativo (que não é absoluto) para a abordagem dos lugares.

Passamos então a pormenorizar estas categorias:

- a *forma* basicamente é um resultado. É o aspecto visível do espaço, (paisagem) e, portanto indispensável para a abordagem geográfica. Refere-se ao arranjo de objetos;
- a *estrutura* é a inter-relação de todas as partes com o modo de organização;
- o *processo* é a ação contínua, desenvolvendo-se em direção de um resultado qualquer. Implica, pois a noção de tempo e de mudança;
- por fim, a *função*, que pode ser definida como uma atividade esperada ou desenvolvida de um modo, por uma pessoa, instituição ou objeto.

É também através destas categorias que a abordagem geográfica contemporânea se aproxima da clássica noção de totalidade⁷ na qual o tecido social se caracteriza qualitativamente como muito além da soma de suas partes integrantes. Obviamente, essa constatação supõe que a explicação para os fatos transcende o emblema localizado dos fenômenos, devendo se transformar em um autêntico sistema de correlações. Isso quer dizer, que os ritmos da produção social que se fazem e se desfazem ciclicamente e esporadicamente são os *inputs* metodológicos para uma construção coerente do conhecimento da ordem espacial.

⁷ Segundo apresentado por Santos (1996) a totalidade exprime a forte condição de cisão e por isso mesmo de ligação entre os setores da economia, da sociedade, dos meios de conhecimento e dos territórios. As formas e os ritmos desse movimento divergem espacialmente, mas a dinâmica geral permanece balizada sob o processo de acumulação pressupondo uma certa unicidade e onipresença do sistema capitalista.

Para Santos (1985:52) forma, processo, estrutura e função são termos disjuntivos, mas associados. Tomados individualmente representam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Quando em conjunto e relacionados entre si “*eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual nós podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.*”

1.1.4 A necessidade de intercâmbio de categorias teóricas para a profusão da análise geográfica: a busca pelos agentes do espaço.

O dilema do estudo em Geografia aparece muitas vezes na ampla circunscrição de seu objeto, que é nada menos do que o espaço geográfico. Na vastidão epistemológica de singularidades locais e pela amplitude de métodos e objetivos, a síntese geográfica necessita muitas vezes de uma bem orientada capacidade de traduzir a materialidade dos processos e dos agentes.

Embora saibamos que os estudos geográficos se debruçam sobre um arcabouço de teorias e de instrumentos metodológicos de outras áreas do conhecimento (na maioria das vezes na economia, antropologia, história e sociologia), é a dificuldade de se construir.

Segundo Santos (1978) é até certo ponto salutar que na busca pela totalidade a partir da noção já apresentada de ‘*produção do espaço*’, e enquanto disciplina geral e reflexiva, a Geografia recorra inúmeras vezes ao exercício da interdisciplinaridade. Não obstante, com este artifício ela não deve tratar apenas de aceitar passivamente os limites da sua existência *em si*, mas de se comprometer à construção de um sistema cognoscitivo de categorias de análise *para si*, onde a sua epistemologia seja contemplada, sob pena de desenvolver apenas uma narrativa geográfica, orientadas por conceitos externos a sua própria cientificidade. O autor então continua (1978:115):

“A sociedade, que deve ser, finalmente, a preocupação fundamental de todo e qualquer ramo do saber humano, é uma sociedade total. Cada ciência particular se ocupa de um dos seus aspectos. O fato da sociedade ser global consagra o princípio da unidade da ciência. O fato de essa realidade total,

que é a sociedade, não se apresentar a cada um de nós, em cada momento e em cada lugar, senão sob um ou alguns dos seus aspectos, justifica a existência de disciplinas particulares. Isso não desdiz o princípio da unidade da ciência, apenas entroniza outro princípio fundamental, que é o da divisão do trabalho científico” Santos (1978:115).

Reitera-se que a utilização de modelos teóricos de análise social e os objetos da realidade empírica construídos não devem macular a busca pelo discurso autônomo do geógrafo. A intenção primária é para com a compreensão do que existe no tempo e no espaço sob a rubrica da produção material. Para isso nada mais justo do que se vincular ao estudo dos homens.

Entendemos que partindo da premissa de uma teleologia, se o espaço existe objetivamente enquanto fenômenos da sociedade e da natureza, ele só pode ser entendido na medida das lógicas dos agentes, sejam categorias sociais organizadas (classes) e/ou indivíduos *per si* que se relacionam sob a rúbrica genérica de um marco conceitual (como a agricultura familiar, por exemplo).

Sanchez (1984) se referindo a Marx é taxativo ao reconhecer que o modo de produção é um dos meios mais férteis de captação da expressão da vida material, ocorrendo simultaneamente às experiências, sensações e motivos individuais. Ao abarcar uma dada sociedade pelo aspecto da produção torna-se sensato acima de tudo comprometer a entender a inserção das condições de vida no amplo circuito social.

O próprio Santos (1996) afirma que os homens estão produzindo o espaço através de seus modos de vida e da sua inserção dentro da totalidade social (econômica, política, simbólica). Constroem territórios (no sentido amplo da dominação de áreas através de suas funções), e estão, a todo momento, calibrando ações com vistas de estratégias pessoais, familiares, empresariais e governamentais.

Isto posto queremos salientar a precedência dos mesmos para os processos. O espaço enquanto categoria social é um marco subliminar a toda a forma produtiva que existe. São os homens que fazem “*cada lugar marcado por uma combinação técnica diferente e por uma combinação diferente de capital*”. Santos (1985:12)

Para os geógrafos, portanto tomar o espaço como uma “metamorfose” é admitir

somente a impossibilidade de abarcar a amplitude da totalidade. Isso não quer dizer que não se possam promover compreensões quando as escalas estão bem definidas e ajustadas com os objetivos do trabalho.

Pelo veio das relações (de/entre indivíduos, firmas, instituições e grupos sociais) sistematizadas e entendidas, o mundo é fragmento na busca inconstante pela integração. O papel dos estudos geográficos, referendados na segurança do método da formação sócio-espacial possibilita com que se retome as bases das formas do presente e se assente o entendimento da utilização dos *territórios* na lógica específica dos grandes movimentos econômicos.

1.2 O DESENVOLVIMENTO RECENTE DO SETOR AGRÍCOLA

De acordo com Santos (1997), o período em que vivemos reflete a transformação dos mecanismos e dos processos do modo de produção capitalista.

Pela evolução dos objetos, da ciência, da técnica, da informação e por conseguinte do mercado, os lugares e suas atividades estão cada vez mais imersos numa ótica sócio-econômico que exclui a homogeneização e as semelhanças a todo instante. Pode-se dizer que ao longo dos últimos três decênios a sociedade brasileira experimenta e participa em maior grau das grandes mudanças dos meios de produção capitalista.

Assim no dizer de Santos (1993) a conseqüência do avanço tecnológico se fecha em uma globalização que atinge cada vez mais os lugares. A globalização é na verdade um fenômeno que se utiliza feixes de relações (políticas, econômicas e culturais) para acontecer. As determinações locais e por sua vez, os vários tempos materializados nos subespaços são re-estruturados pela difusão de inovações. Isto não quer dizer que não haja restrições que imponham barreiras às formas universais do capital.

Na nova ordem produtiva mundial nem todos os lugares podem assumir novas funções ou alguns mesmo, nem possuirão novas funções para assumir. Existem limites para esta capacidade de invasão. Obviamente, em ambos os casos as inserções e exclusões produtivas na atualidade se darão mais de *fora para dentro* do que *vice-versa* por conta

especialmente de agentes hegemônicos da economia.

O período atual caracterizado também como a era da comunicação e da informação carrega consigo o paradoxo da tentativa econômica de romper com a inflexibilidade do modelo fordista propondo alternativas (que se estabelecem também sobre normas rígidas) como a qualidade, a produção *just-in-time*, a individualização dos setores de mercado. Sob esta conformação, mega-coorporações financeiras e industriais aparecem em destaque novamente ditando a cadência das mudanças no macro-espço social - fronteiras são rompidas, territórios são criados, densas redes sócio-técnicas são estabelecidas e o Estado paulatinamente perde potencia em reger o desenvolvimento.

O período técnico atual se mantém dentro da ordem da efemeridade destruindo e construindo paradigmas e assimilando as mudanças sociais estimuladas pelas políticas e pela academia como Santos (1992) corretamente avaliou na questão da mercantilização da natureza. Do mesmo modo, sob o valor da manutenção da competitividade se aprofunda uma guerra de lugares de proporções sem precedentes e comandada por certos valores mutantes que também vão fazendo o mundo se re-direcionar a toda hora.

Diferentemente dos meios técnicos pretéritos é impossível qualificar ao certo a magnitude do período tecnológico e da globalização⁸, por que pela primeira vez um movimento técnico se relaciona com os territórios através de várias esferas – informação instantânea, ampliação da esfera de serviços - e não somente na perpetuação de objetos técnicos, como se fazia outrora. Esta conformação acentua rugosidades ou estabelecendo novos meios de participação dos grupos sociais ao capital numa organização intrinsecamente fragmentária. Não sabemos em que estágio desta revolução nos encontramos por que justamente o mundo se torna uma corrente com vários sentidos, e, nesta incerteza quanto ao futuro paira a frustração da humanidade.

Particularmente podemos da avaliar as formas e processos sócio-espaciais de interação do desenvolvimento capitalista sob o relacionamento no âmbito do sistema agroalimentar⁹. As cadeias agrícolas especialmente ao longo dos últimos cinquenta anos¹⁰

⁸ Na verdade acreditamos que a modernização tecnológica e globalização sejam fenômenos correlatos. O primeiro acabou puxando o segundo na medida da padronização técnica, da elevação da renda capitalista e da economia dos custos. A esfera da globalização, no entanto extrapola a condição de um movimento técnico. Ela é hoje muito mais ampla e multidimensional do que outrora, acabando por se assemelhar grosso modo a uma universalização das redes de relações, sejam elas de qualquer natureza Benko (2002).

⁹ Entendido por Cribb (2003) como a soma das operações de disponibilização de insumos, de produção das unidades

se modificaram em saltos qualitativos, estruturalmente se diferenciando em progressiva especialização setorial acompanhando o ritmo da cisão técnica e a perda da identidade territorial.

Por conta tanto de aportes gradativos e bruscos de inovações tecnológicas que em maior ou menor proporção social e alcance espacial *antigos* permitiu-se que fatores de produção fossem re-atualizados através da incorporação do capital e das inovações técnicas advindas do estabelecimento de um relacionamento mais profundo com a ciência. Este movimento impulsionado pelo que denominamos de Revolução Verde, já a partir da década de 40 tratava de lançar as novas exigências do espaço agrícola de um padrão tecno-produtivo-industrial – uma unicidade técnica regular entre os cultivos - que permitisse concomitante a um aumento de produtividade e um maior domínio da natureza pelo homem, mais um ensejo para alavancar o capital privado industrial. Nas palavras de ELIAS (1996, p.6):

“A rentabilidade do capital almejada pela economia globalizada tornou necessária a existência de formas mais eficazes de produção, transformando radicalmente as forças produtivas da agropecuária, visto que seus conjuntos técnicos anteriormente hegemônicos não condiziam com a racionalidade vigente no período tecnológico. A impossibilidade de controle do processo produtivo da agricultura, com uma estrutura extremamente dependente dos fatores naturais (clima, relevo, solo, temperatura, topografia etc), sempre representou um limite para a acumulação ampliada no setor, uma vez que o tempo de produção é comumente superior ao tempo de trabalho. Desta forma, um dos caminhos buscados pela pesquisa tecnológica voltada para o setor visou justamente uma aproximação do seu processo produtivo com o funcionamento da indústria, parâmetro considerado ideal para obter maior crescimento e acumulação. Diante disso, uma das principais orientações do progresso tecnológico na agricultura teve como intuito a produção de

agrícolas e de armazenamento, beneficiamento e distribuição de alimentos, a lógica deste sistema está regida por redes de agentes criadores da complementaridade dos setores produtivos e que simultaneamente instituem organizações espaciais e estruturas tecno-produtivas compósitas.

¹⁰ De acordo com Delgado (1997) a base técnica da agricultura no Brasil até meados dos anos 50 está ainda fortemente ligada à tração animal, à força de trabalho residente, mas mesmo assim aparentemente atende às demandas criadas pelo processo de industrialização naquele íterim. Por sua vez, a atividade do governo no setor primário resumia-se em intervenções sobre a produção do café (o carro-chefe da economia nacional), mas tendeu também a uma regionalização de políticas com o incentivo a produção de uns poucos gêneros básicos (trigo, milho e mandioca) em certos estados brasileiros para a tentativa de romper com as importações de alimentos. Quanto à distribuição de gêneros, persistiam problemas crônicos de desabastecimento que nem mesmo com a criação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) em 1943 em parceria com o início da Política de Preços Mínimos parecia ser solucionada.

insumos artificiais, produzidos em escala industrial, capazes de substituir parte dos insumos naturais e, assim, ter um maior controle sobre o ciclo biológico das plantas e dos animais, deixando-o um pouco menos vulnerável e, em consequência, capaz de responder mais positivamente às novas formas de produção, distribuição e consumo.” ELIAS (1996, p.6)

No Brasil, a assunção pelo *Estado* do discurso desenvolvimentista remetendo ao agro uma função específica - transferência de renda para o setor secundário - serviu de sustentáculo para o concomitante aprofundamento de questões sociais já seculares como a crônica má distribuição de renda e de terras. Estava claro que o campo deveria ser mantido pautado como um espaço produtivo, mas a dificuldade de certas populações de interiorizar novas tecnologias era grande e advinha do relacionamento inconstante com os mecanismos de mercado. O enfoque setorial mantido pelas políticas públicas para o agro (política macroeconômica, agrícola e agrária) com a penetração de relações capitalistas provocou um acelerado processo disciplinador por parte do poder público tanto na seleção dos gêneros para pesquisa, como para o financiamento e apoio fiscal.

Especialmente entre as décadas de sessenta e oitenta o bucolismo pictórico da vida no campo embebido em um meio técnico e natural singular se vê transformado. Sob a feição da *modernização e da junção com a racionalidade artificial*, a matriz da organização do espaço rural brasileiro foi redesenhada pelas mãos do Estado. Com uma parcela de produtores ficando mais próximos aos mercados consumidores, mas ao mesmo tempo sendo privados e/ou dificultados de autogestão, na medida da dependência de tecnologia e de novos agentes. Na realidade presenciamos as práticas agrícolas se transformarem em atividades profissionais enquanto o país se modernizava e se integrava territorialmente¹¹.

Nesse sentido, a agricultura, como um todo, passaram a tomar visibilidade pela abertura econômica como um campo propício a investimentos e com grandes expectativas quanto à rentabilidade, tendo parte de sua base técnica estimulada tanto a suplantar as vicissitudes produtivas através da artificialização e da capitalização. Através da expansão da modernização dos instrumentos técnicos (o primeiro momento da verve global) gerou uma

¹¹ Especialmente entre os seis anos do chamado “milagre econômico brasileiro” (1967 - 1972), o país se urbaniza aumentando o nível de assalariamento da classe trabalhadora e expandindo consequentemente o consumo o que alavanca a produção. Da mesma forma com o projeto econômico em pleno funcionamento aumenta-se a oferta de energia elétrica, constroem-se novas estradas e consolida-se a população incorporada a chamada classe média.

maior aproximação do agro com o industrial, efeito que se mantém graças ao aumento da demanda e a corrente mudança nos padrões de consumo social nos novos tempos - a individualização da produção e dos produtos, as adaptações da oferta. Em consonância a isto os circuitos locais e regionais híbridos de produção-comercialização-consumo que antes dispunham de certa autonomia produtiva foram preteridos por uma nova dimensão de escala mais abrangente e vertical ligada à invasão de novos valores como a produtividade e a qualidade e a lucratividade Wilkinson (1999)

De fato, através da assunção destes novos valores, certos ramos dos processos agroalimentares passaram de empreendimentos atomísticos e/ou *sui generis* para totalmente associados às *novas* racionalidades discursadas no período, apresentando as mesmas possibilidades das atividades industriais para a aplicação de capital e aferição de rendimentos, tornando-se do mesmo modo competitiva e permitindo uma maior valorização dos capitais nela investidos, o que a aproximou dos demais setores econômicos. Nesse sentido, no Período Técnico-Científico um dos principais signos da modernização do setor agrícola é o fim do isolamento que a atividade manteve em relação aos demais setores econômicos. ELIAS (1996)

Há de se acrescentar o padrão de dependência da evolução da produção agrícola junto ao desempenho dos setores secundário e terciário no nível macroeconômico. Na verdade desde a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, o instrumento fiscal emblemático que deu origem ao progresso tecnológico no campo (em maior escala), o que se presencia nas práticas e políticas agrícolas é a tentativa de integração das atividades a dinâmica colocada pela indústria e pelo setor de serviços. BELIK & PAULILLO, (2001)

Segundo MALUF (2004: 304):

As tendências recentes do sistema agroalimentar caracterizam-se pela coexistência de processos de padronização e de diferenciação no consumo dos alimentos, cujos reflexos vão até a etapa da produção agrícola. De um lado, assiste-se à continuidade da concentração do processamento agroindustrial para fazer frente aos requisitos da produção em grande escala, ainda que as novas tecnologias permitam que a maior escala de produção seja acompanhada da diferenciação dos produtos finais. Uma das

conseqüências dessa tendência tem sido o comprometimento da sobrevivência da agricultura familiar nas regiões e nas cadeias produtivas onde ela tem presença tradicional (...)MALUF (2004: 304)

Mesmo com o aspecto da agricultura se adequando sob o crivo da integração com os elos da cadeia a montante e a jusante e não mais conseguindo evoluir solitária ou localmente, o lócus da produção se declara cada vez mais compósito, movido por variáveis que penalizam e/ou integram os produtores - tecnologia, produtividade, normatização operacional e administrativa (atenção a densidade locacional e aos recursos) BYÈ (1999).

A “globalização” da agricultura brasileira alude que embora o apelo pela universalização tenha atingido qualitativamente todos os cantos, o cunho espacialmente segregacionista deste movimento¹², é protuberante e sintomático - o setor primário da economia nacional e a população em seu bojo são absorvidas de modo heterogêneo, com alguns espaços se tornando periféricos.

Wilkinson (1999) afirma que sob a égide da agroindústria com a automação, a microeletrônica e os novos instrumentos de gestão, a re-estruturação da agricultura brasileira no período tecnológico permanece numa dubiedade sendo positiva pela sua capacidade de ofertar emprego e de direcionar o foco de consumo¹³, e, negativa – na medida especialmente da incapacidade de estimular certos grupos de pequenos produtores familiares (responsáveis pela produção de imensa parte dos alimentos consumidos no país) a permanecer produzindo ou a melhorar suas condições para competir nos mercados (especialmente no caso dos alimentos crus ou in natura). Tal fator acaba por conduzir uma apurada seletividade de territórios, culturas e segmentos sócio-econômicos e a promover um desenvolvimento sócio-espacial cada vez mais desigual e combinado (e dependente exclusivamente das estruturas de mercado). Não é demais afirmar que a complexificação dos meios de produção veio conjugada com o aumento da diferenciação de renda e da igual dificuldade (em relação a

¹² Embora o Estado em seus níveis autárquicos estivesse onipresente com papel fundamental de articulador em vários aspectos de estímulos para a produção e distribuição de gêneros agrícolas específicos, ele parece não ter avaliado com clareza sobre as possibilidades reais das conseqüências do processo modernizador, já que até nos dias atuais a dualidade permanece ainda latente no espaço rural nacional nos fazendo perceber como Caio Prado Jr. havia feito (nos idos de 60), um Brasil moderno e um outro Brasil marginalizado Delgado (1997)

¹³ Vide o exemplo da tendência ao consumo de produtos naturais e orgânicos ou do apelo mercadológico aos modos de produção ecologicamente corretos

outras épocas) em possibilitar a prosperidade sócio-econômica através de um modelo equânime de divisão de lucros.

1.3 A AGRICULTURA FAMILIAR: AGENTES SOCIAIS E A HETEROGENEIDADE DAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO ESPACIAL

Pode-se afirmar (...) de maneira geral, que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade: precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e produção e, especialmente, da terra... (LAMARCHE, 1993, p.180).

A relação entre homem e terra, enquanto trama repleta de elementos modificadores dos espaços, vem recebendo ao longo dos dois últimos decênios maior atenção por parte da academia. Uma parcela desse interesse é orientada na tentativa de redefinição do atual papel da agricultura familiar no Brasil frente ao *modelo* de exploração proposto pela constante re-orientação da composição técnica e orgânica do capital, que grosso modo admite aos produtores, novas fronteiras de inserção mercantil e social.

Os vários trabalhos envolvendo a temática da agricultura familiar revelam que ela se posiciona como um das peças centrais na compreensão do espaço rural brasileiro, sejam tanto na questão relacionada a participação na composição das cadeias produtivas¹⁴, ao relacionamento específico entre os componentes produtivos - terra e trabalho, ou ainda na capacidade de resistência cultural e construção da soberania instituída com/pelos movimentos sociais e ecológicos de defesa dos territórios WANDERLEY (1999)

Não se pretende aqui uma discussão pormenorizada a respeito da trajetória ou das tendências dessa categoria que, inegavelmente transmutou acepções e incorporou noções desde os tempos das obras centrais de Lênin, Kautsky e Chayanov, mas de uma apresentação discernida e sintética que reafirme sua qualidade enquanto *agente* econômico e social central para o desenvolvimento do município de Jacinto Machado -SC.

¹⁴ Segundo o sítio da internet do PRONAF (www.pronaf.gov.br), a agricultura familiar é responsável por cerca 67% da produção nacional de feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café, e 32% da soja. Adicionamos a estes dados a informações de Siqueira (1997) que afirma que, apesar da diferenças regionais importantes, mais de 80% da banana é produzida em estratos de área de até 50 ha.

Salientaremos nesta parte do trabalho a importância definitiva das práticas familiares na construção das formas e processos na agricultura. Enquanto atividade econômica propriamente dita e enquanto força primária de ação do espaço rural brasileiro a agricultura familiar torna-se para esta dissertação igualmente um ponto de partida e de chegada.

1.3.1 Uma palavra sobre a agricultura familiar.

Sem desprezar as diversas correntes de estudos sobre a agricultura familiar queremos nos ater especialmente a compreensão trazida por Hùghes Lamarche (1993; 1998), para a partir da mesma estabelecermos ligações com idéias auxiliadoras no intuito principal de uma geografia das formas, dos processos e das funções.

O termo agricultura familiar está estreitamente vinculado a força de trabalho. Assim ele compreende segundo LAMARCHE, (1998) não uma classe social distinta, mas um grupo social heterogêneo nas formas de organização, nos níveis de modernização, nas áreas de interesse e de produção e na concepção da terra enquanto meio de produção. Este grupo está, porém unido por uma característica íntima: a família como gerente da propriedade, do consumo e dos meios de produção, e estrategista única e permanente das ações de reprodução social.

LAMARCHE (1993) vê a agricultura familiar como um processo corológico e em constante aperfeiçoamento. Baseado nas idéias de Chayanov (1974) propõe uma lógica explicativa que se baseia em dois modelos teóricos: o original (histórico) e o ideal (futurista). Entre esses dois extremos encontraríamos toda a diversidade de situações produtivas, ou seja, *“o produtor pode passar por diferentes estágios, ascendendo naturalmente no contexto evolutivo de cada organização sócio-econômica e política em particular”* Kruger & Gerardi (2003:113)

Essa definição ajuda a diferenciar acima de tudo o processo de produção de tipo camponês e a inseri-lo dentro da lógica familiar auxiliando a combater o ideário sociológico que ainda busca admiti-lo em uma diferenciação estrutural perante a sociedade capitalista.

Para Lamarche a agricultura familiar não pode ser apreendida desvinculada do domínio capitalista, sob pena de se mistificar os agentes como resultados de sua própria força de ação.

Falando especificamente sobre uma das formas de agricultura familiar brasileira, Wanderley (1999) afirma que os aspectos históricos que cercam a matriz teórica da produção familiar são responsáveis pela sua indiscutível contemporaneidade. As transformações estruturais realizadas ao longo dos últimos cinquenta anos não conseguem apagar as recorrentes dificuldades de instituir aos agricultores possibilidades de inserção ou de adaptação continuada aos ditames do, cada vez mais aberto, sistema de mercado.

Segundo Kruger & Gerardi (2003:113):

“(...) as transformações tecnológicas associadas às mudanças de comportamento nas sociedades modernas, refletem-se na composição interna das famílias que, atualmente são mais reduzidas e, no que diz respeito ao trabalho no estabelecimento, não há necessidade de envolver todos os membros na produção. Além disso, o consumo também sofre redefinição, ou seja, o agricultor participa da sociedade moderna, e por isso aspira à conquista de todos os bens materiais e culturais disponíveis” Kruger & Gerardi (2003:113)

O capitalismo através especialmente do fordismo (separação da gestão e trabalho, organização da produção centralizada, especializações, ações padronizadas, etc) se expandiu também para o espaço rural como um corolário do desenvolvimento humano. Desta forma autores como SILVA (1999) e Veiga (1996) trataram de abordar a agricultura familiar através de suas adaptações tecnológicas e suas relações diferenciadas das formas de trabalho eminentemente urbanas e industriais.

Veiga (1996) propôs a adoção de uma perspectiva histórica na caracterização das formas de produção contrapondo a agricultura “patronal” e “familiar”, e tomando como principal fator de diferenciação a renda média bruta do estabelecimento. Para o autor a renda média bruta seria diferença entre receitas e despesas provenientes da atividade agropecuária. As principais diferenças são expostas na tabela a seguir:

Tab. 1 – Características essenciais do modelo patronal e do modelo familiar de produção agropecuária. (continua na próxima pág.)

MODELO PATRONAL	MODELO FAMILIAR
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários.
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação.
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida.
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de terreno e de momento	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra.	Tomada local de decisões, condicionadas pelas especificidades do processo produtivo.
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: Veiga. 1996:10.

Em consonância a compreensão do papel do capitalismo na ordenação do trabalho agrícola, SILVA (1999) afirma que o padrão de produção do setor agrícola como um todo estará fundamentalmente orientado no “*processo de modernização*” da agricultura, com a expansão do vertical do complexo agroindustrial, mas deverá ser dirigida pelo Estado.

O próprio SILVA (1999:142) avalia os impactos das grandes transformações tecnológicas do circuito global do capital, afirmando que a agricultura familiar encontra-se em diversas formas subordinadas a este circuito, seja na obtenção de meios de vida, na compra

de insumos, instrumentos de trabalho e terra, na crescente vendagem de mercadorias, no financiamento dos gastos ou no mercado de trabalho sob a forma de trabalhadores assalariados. Estas diversas formas se conjugam, no entanto, basicamente em três grandes grupos de subordinação: a) as formas subordinadas ao proprietário; b) as formas subordinadas diretamente ao capital comercial, e; c) as formas subordinadas a agroindústria e as cooperativas capitalistas.

1.3.2 Formas e composições da agricultura familiar.

A contribuição da geografia para o estudo da agricultura familiar se situa no ponto da construção dos territórios e das redes de relações espaciais. Partimos da compreensão que a construção do espaço na agricultura familiar subscreve tipologias as quais contemplam níveis de integração e/ou correlação entre formas produtivas (variantes do autoconsumo a monocultura) a produção mercantil e apoios estatais. Da mesma maneira, o grau de utilização técnica e os níveis de apropriação dos valores seguem lógicas próprias que também, via de regra, variam entre os setores produtivos agrícolas, mas que primariamente são diretrizes da diferenciação de formações sócio-espaciais.

Partindo desta visão, trabalharemos com as indicações trazidas de Lamarche (1998) sobre os quatro padrões teóricos de estabelecimentos que podem ser derivados a partir da lógica de produção familiar, que nos parecem pertinentes para nosso estudo de caso. Pelo eixo da dependência tecnológica, da dependência financeira e do mercado e pela relação com a terra e o trabalho o autor sugere uma seqüência de modelos, a saber: a empresa, a empresa familiar, a agricultura familiar moderna e por fim a agricultura camponesa e/ou de subsistência.

Passamos a pormenorizá-los:

- *O modelo empresa* – caracteriza-se basicamente como um modelo pouco ou não-familiar onde a propriedade e os meios de produção são vistos como

mercadorias. É pouco ligado à noção de patrimônio familiar e utiliza freqüentemente uma força de trabalho externa. Geralmente funcionam em sistemas de produção intensivos. Recorrem regularmente a financiamentos e empréstimos bancários. Produzem exclusivamente para o mercado por intermédio de cooperativas ou de firmas privadas

- *O modelo empresa familiar* – diferencia-se primordialmente do anterior pela importância da família. Possui ao lado da excelência tecnológica e da gestão empresarial a organização do trabalho e a noção de patrimônio fortemente vinculada a família. A produção, no entanto é pensada em termos de renda agrícola e o trabalho em termos de salário. Pode utilizar financiamentos públicos e empregar temporariamente.
- *O modelo agricultura familiar moderna* – caracterizada pela diminuição constante do papel da família na produção. Em termos absolutos como afirma Lamarche (1998:71) esse modelo “*representa um modo de funcionamento que teria se libertado ao mesmo tempo das limitações familiares materiais, mas precisamente morais e ideológicas, e das dependências técnico-econômicas*”.
- *O modelo agricultura camponesa e de subsistência* – é composto por estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais. O objetivo primeiro é satisfazer as necessidades de sobrevivência da família. Contam com poucos recursos e produzem fora do eixo tecnológico.

Tab. 2 – Outras características dos quatro modelos teóricos de Lamarche (1998)

Características	Empresa	Empresa familiar	Familiar moderna	Subsistencia
Mão-de-obra	Empregada em maioria	Familiar e empregada	familiar em maioria	familiar exclusiva
Relação com a terra	Mercadoria	Mercadoria/ herança	Herança	Herança V.U. > V. M.*
Utilização de rec.financeiros	regularmente	regularmente	esporadicamente	raramente/ nunca
Relação com tecnologia	Altamente dependente	Dependente	Dependente	Pouca ou inexistente
Relação com elos da cadeia	Cooperativa/ sólida	Cooperativa	Dependente	altamente dependente/frágil
Obtenção de renda	Media - alta	Media	Media	Baixa

* Valor de uso (V.U.) mais importante que o valor mercantil (V.M.)

Fonte: adaptado de dados de Lamarche (1993) e Wandereley (1999)

Salienta-se como o próprio autor, que estes *modelos teóricos* têm por finalidade a aproximação integrada entre os estudos empíricos sendo, portanto flexíveis aos nexos causais e a adaptação de realidades sociais diversificadas a, até mesmo, uma classificação própria (nova, a partir da realidade pesquisada).

O próprio Lamarche (1998) alerta que a utilização deste esquema aparentemente mecânico propõe indicar as direções, tendências dos casos estudados, não possuindo nenhuma intenção em adaptar ou aplicar a realidade à teoria. Na realidade, o esforço metodológico do autor é uma importante ferramenta da análise espacial de nosso trabalho, e que se situa mesclada às fundamentações contidas sobre a o método da formação sócio-espacial e análise dos circuitos de produção já supracitados.

1.4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Ao planejar um trabalho científico prima-se por sua viabilidade. A assunção de meios para se chegar aos objetivos defendidos em uma pesquisa nas ciências sociais, não deve se ater a especializações que desconectem a compreensão ao contexto dominante. As formas das abordagens de uma temática podem variar seguindo linhas de raciocínio, mas devem primar pela resolução do problema na situação em que foi originalmente previsto.

A explicação dos caminhos seguidos a partir dos objetivos é o ato probatório da homogeneidade da proposta, e por assim ser, possui peso decisivo na determinação dos estudos em geografia.

Por se tratar de um estudo de caso, nossa pesquisa esteve balizada constantemente por três procedimentos metodológicos distintos, porém complementares: a pesquisa documental, a entrevista e a observação.

Através da junção destes passos foi possível construir uma identidade qualitativa da escrita e elaborar uma rede de eventos/fenômenos que de outra forma poderiam ser apenas percebidos como meros casuísmos. Salientamos que nossa preocupação sempre se direcionou para a formação de um discurso crítico pelo viés geográfico, mesmo que saibamos das dificuldades implícitas de concretização do trabalho (distância da área de estudo, cumprimento de prazos do cronograma e do próprio programa de pós-graduação) e das limitações teóricas e práticas em que a pesquisa ficou sujeita.

A seguir apresentamos em tópicos específicos as etapas da constituição do trabalho:

1.4.1 A pesquisa bibliográfica

Após a delimitação do problema de pesquisa, a pesquisa bibliográfica é geralmente o passo seguinte a se efetivar. Em um primeiro momento reunimos livros, cadernos, boletins e revistas cuja temática envolvesse a agricultura familiar e o sistema agroalimentar como um todo. Muitas obras foram lidas, tabeladas, resumidas e fichadas com o intuito de fomentar a discussão teórica para nosso trabalho futuro. Foram procuradas do mesmo modo obras a

respeito do método geográfico da formação sócio-espacial.

A maior parte deste levantamento foi efetuado na biblioteca central da Universidade Federal de Santa Catarina.

Um segundo momento foram as visitas a órgãos de pesquisa e extensão agrícola estadual. Foram visitadas as unidades da Epagri em Florianópolis, Criciúma, Itajaí e Araranguá e do ICEPA (Florianópolis) com o objetivo específico de coleta de dados sobre a bananicultura catarinense e nacional e dados dos censos agrícolas. Da mesma forma, os museus de Jacinto Machado e o arquivo público de Turvo foram inspecionados em busca de fotografias e jornais locais.

Salientamos que a pesquisa bibliográfica não fora realizada de maneira direta e conclusiva como uma etapa vencida, mas se processou concomitantemente as entrevistas e a observação através de um amadurecimento epistemológico, vigorando até mesmo durante a redação final de nossa dissertação.

1.4.2 A observação

Segundo CARDOSO (1998) nas práticas de campo, a particularidade do dogmatismo científico predominante até a última década do século XX e externalizada com a máxima de que “*os dados bem obtidos devem falar por si*” foi em grande parte revista e desencorajada. A epistemologia dos últimos vinte anos passou a estimular e facultar o direito do pesquisador escolher o meio de recolhimento dos dados em cada caso de acordo com os objetivos da pesquisa; incentivar a interação entre sujeitos (entrevistador e entrevistado) como meio de romper com o automatismo da análise politicamente engajada, revelando novas particularidades da realidade, e, a rever o processo de escolha de um caminho metodológico.

Sabe-se que do processo criativo do pesquisador geralmente nascem as análises mais interessantes o que acaba por tornar o trabalho uma combinação nova e re-interada da realidade.

A observação se tornou assim parte necessária e indispensável do trabalho social (e

geográfico). Em todas as quatro incursões ao município de Jacinto Machado propusemos incluir a observação como um método sistemático e qualitativo de compreender a bananicultura não somente como atividade produtiva, mas como uma relação específica dos agentes com a sociedade e o meio ambiente. Nas saídas a campo, optamos por atentar para as situações cotidianas, condutas e comportamentos específicos e os discursos dos produtores para análises de sua conotação e de seu contexto.

O grande desafio do pesquisador na análise e processamento dos dados se encontra em unir os circuitos objetivo e subjetivo de forma a não sobrecarregar o estudo com alta dose de ideologia ou subjetivismo.

1.4.3 A prática de campo, as entrevistas e os questionários

Por conta de nossos objetivos estabelecidos nas primeiras páginas deste trabalho se debruçarem sobre os meios de reprodução social de uma gama de agentes da agricultura familiar em um universo empírico tão pouco estudado, faz-se mister ressaltarmos que muitas das páginas deste trabalho são frutos de dados e informações coletados por meio de incursões a campo e organizadas ao sabor do próprio desenrolar das idéias e da criação do contexto ideal e subjetivo de nossa parte, enquanto autor.

Já é sabido que para as ciências humanas as entrevistas são uma maneira de se obter informações e dados brutos importantes. Segundo Gaskell, existem, no entanto diferentes tipos de entrevistas quanto às técnicas: a) fortemente estruturada – um série de perguntas pré-estruturadas; b) semi-estruturadas – na qual as questões são definidas previamente, mas ocorre o estímulo livre do entrevistador ao entrevistado, e; c) a observação participante - a qual o pesquisador se utiliza de um período de convivência com o grupo, para geralmente absorver caracteres locais da cultura.

Em nossa estratégia metodológica, optamos pela entrevista semi-estruturada por considerá-la uma facilitadora da comunicação. Com uma guia pré-determinado de perguntas, mas sempre abrindo espaço para um diálogo pretendíamos que se garantisse um ambiente de comodidade e conforto entre entrevistado e entrevistador com vistas a captura de

informações que muitas vezes passam despercebidas. Utilizamos um gravador para as entrevistas em que julgávamos mais importantes como as dos três moradores mais antigos do município.

Nos termos da seleção dos entrevistados, tínhamos em mente que pelo caso de preocuparmos-nos com a exploração da gama de opiniões e *pontos-de-vista* e das diferentes representações em questão a respeito da bananicultura deveríamos coletar espontaneamente informações de pessoas que residissem em alguma das quatorze comunidades em que o cultivo da banana se faz presente. Assim foi feito.

Aplicamos também os questionários com perguntas abertas e fechadas. Acreditávamos que esta ferramenta nos seria útil para levantarmos as informações em um período relativamente curto, já que os deslocamentos entre as residências nos tomavam um tempo precioso. Ao todo foram aplicados 30 questionários e foram gravadas e transcritas mais de 10 entrevistas.

Salientamos que a escolha dos informantes não seguiu parâmetros rígidos além do já exposto. Dentre os aspectos que permitem traçar um perfil dos entrevistados sobressaem-se: i) em termos de gênero: 28 homens (dentre agricultor, comerciantes e atacadistas) e 2 mulheres (agricultoras); ii) na faixa etária, 65% possui 50 anos ou mais; iii) na estrutura familiar, a maioria absoluta possui filhos, ainda que em 70% dos casos eles não trabalhem na propriedade; iv) quanto a propriedade familiar cerca de 84% são proprietários de terras, sendo que 64 % cultivam em áreas de 10 a 50 ha.

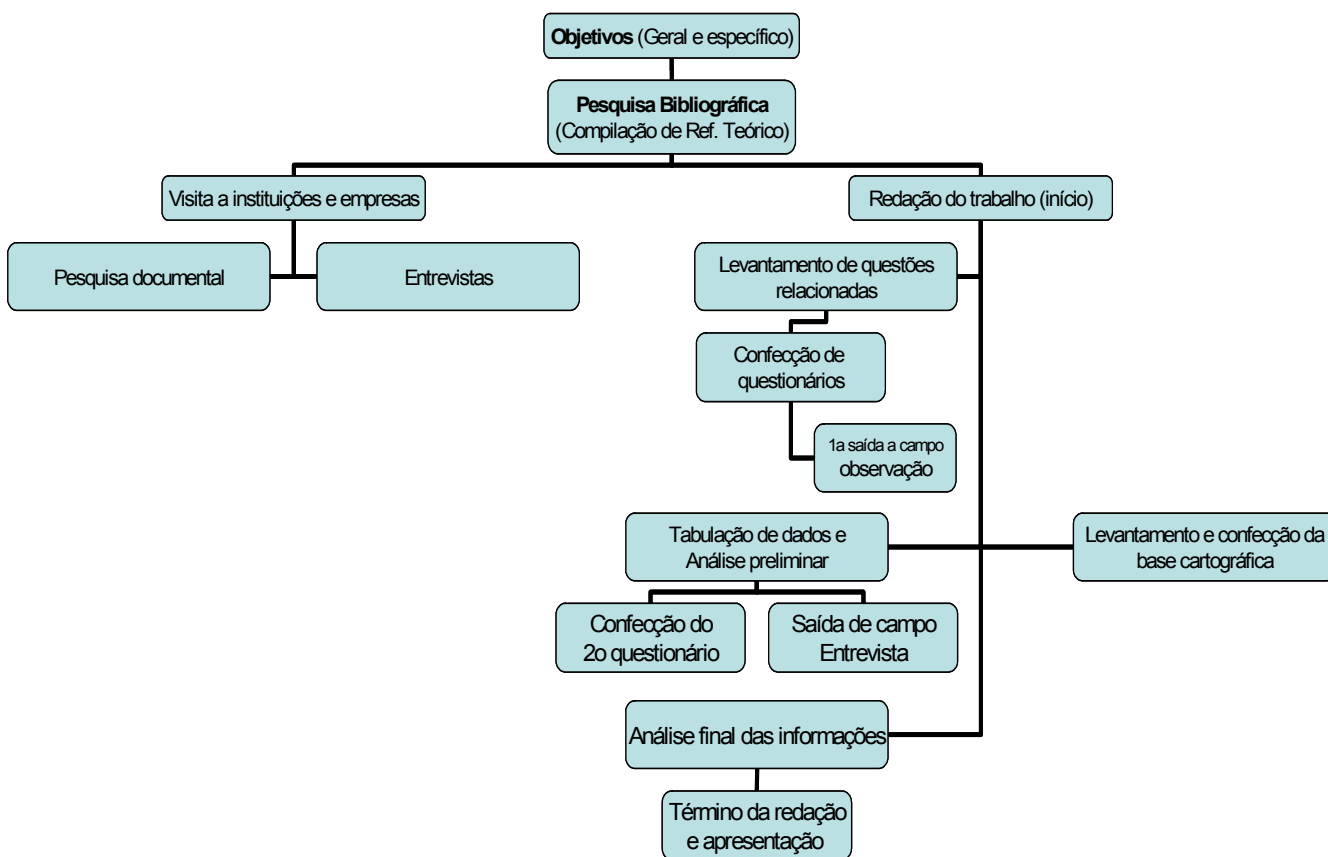
Decidimos então por uma fuga *tout court* da rigidez estabelecida pelo padrão de análise positivista. Ao nosso entender o pesquisador é soberano para decidir sobre os rumos da pesquisa não devendo se atrelar a um número excessivo de normas por um lado ou ainda pecar por uma falta de disciplina pelo outro. Como o espaço de trabalho é essencialmente subjetivo, a formulação das questões e o ato da entrevista e a escolha dos grupos estarão abertos e voltados à constante avaliação do método de compreensão da realidade. A entrevista semi-estruturada como técnica foi então a preferida por razões de praticidade e economia.

Quanto ao processamento dos dados recolhidos junto aos entrevistados, teve-se um cuidado especial na sua apreensão e em sua transformação em conhecimento na medida

que o tratamento dos dados empíricos é uma etapa da ciência e não somente uma finalidade. Isto posto, assumimos que uma epistemologia se faz com múltiplas fontes (tanto de dados empíricos, quanto de bibliografia correlata) e que seu modo de evoluir é sempre através da complementariedade destes fatores.

De uma forma resumida, a **Fig.1** na página a seguir ilustra de maneira didática as fases da realização deste trabalho.

Fig. 1 – Organograma esquemático das fases da dissertação.



CAPÍTULO II

O ESPAÇO MUNICIPAL E A CONFORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

No primeiro capítulo focalizamos a necessidade de trabalhar com o *espaço* enquanto categoria analítica marcante para o estudo dos processos dos/nos lugares. Deste modo, cabe agora articular a epistemologia do conceito com o seu eixo de existência, trazendo a tona às bases empíricas que o tornam um modelo de compreensão da realidade.

Tem-se como objetivo neste capítulo, a demarcação do objeto de pesquisa no nível macro (descrição sintética de sua formação histórica e aspectos sócio-econômicos) entrecruzando-se com a ótica da (re)produção e do desenvolvimento da agricultura. Do ponto de vista do desenvolvimento espacial queremos, portanto saber qual a importância dos elementos culturais e naturais na constituição das formas da agricultura familiar na atualidade?

2.1 ASPECTOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO

2.2.1 O relevo recortado e a compartimentação do território

De acordo com o Mapa Geológico do estado de Santa Catarina (DNPM, 1986) e SCHEIBE & PELLERIN (1997) a área na qual se situa o município de Jacinto Machado, possui três unidades geológicas distintas que basicamente confluem para uma divisão/delimitação do processo produtivo de trabalho em escala local. São elas:

- a) *Formação serra Geral* – sucessão de derrames de rochas de origem vulcânica representadas principalmente por basaltos e diabásios;
- b) *Formação Botucatu* – rochas sedimentares representadas localmente por arenitos eólicos ,e;
- c) *Sedimentos Continentais Recentes* - originados de deposições fluviais em forma de leques.

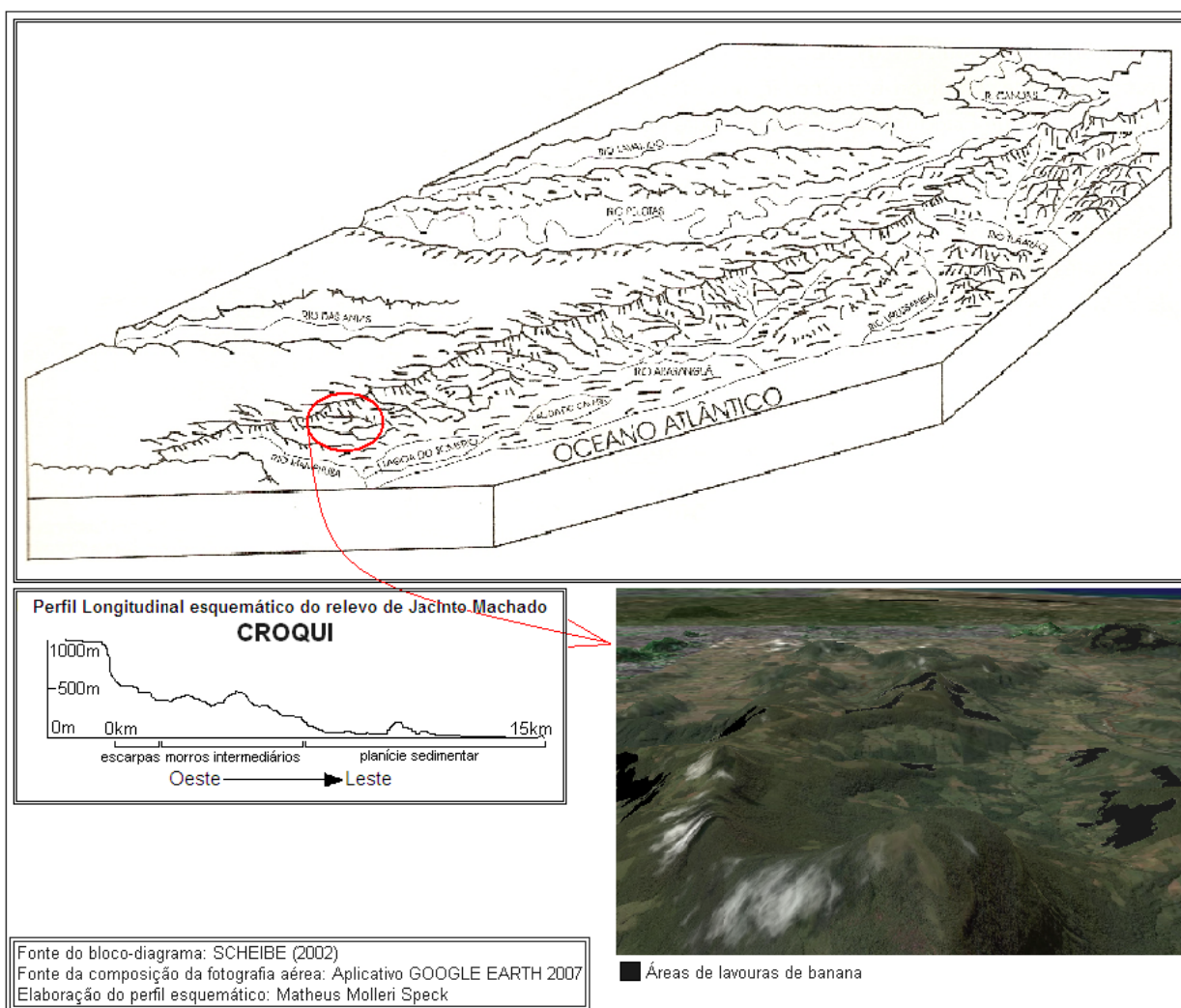
Segundo Valdatti (2000), PDBEE (1995) as escarpas da Serra Geral se situam no extremo leste do município e se iniciam grosso modo na isolinha (altitude) de 400 metros terminando a cerca de 1000 m, onde está estabelecido o ecossistema dos campos de altitude. Por causa da grande quantidade de falhamentos e diáclases, seu relevo é caracterizado por formas abruptas e angulares, formando vales fechados em forma de “V”. Em 1992, parte dessa área foi decretada como área de preservação ambiental permanente com a implementação do Parque Nacional da Serra Geral.

A Formação Botucatu, formada por arenitos, argilitos e siltitos e sotoposta aos basaltos da Serra Geral por sua vez gera um setor de altitude intermediária que se situa praticamente entre as cotas de 100m a 400m. Pelos processos de acumulação e de erosão dos basaltos que ao longo de milhares de anos se desprendem das encostas mais íngremes e/ou que são carregados pelos rios há a geração de solos férteis e agricultáveis destacando-se sobretudo o cultivo da bananeira. Nos solos argilosos e mais planos planta-se o fumo, além de uma rica variedade de produtos para a subsistência.

Já os Sedimentos Recentes constituem a planície sedimentar deposicional,

caracterizada por altitudes abaixo de 200m, com relevo de pouca variação planimétrica e apresentando declividade inferior a 1°, solos de espessura variável e hidrografia de padrão entrelaçado. Essa área correspondente a cerca de 60% do município e são bastante suscetível à inundações e outrora eram apenas grandes várzeas pouco agricultáveis. Atualmente são ocupadas em sua extensão pelo cultivo do arroz irrigado. Neste setor é também onde está situado o distrito-sede do município, com a maioria absoluta das residências do comércio e da indústria. (DUARTE, 1995).

Fig. 2 – Esboço das formas de relevo no município de Jacinto Machado.



De acordo com Koppén *apud* ICEPA (1988), o clima do município e da Região Sul

Catarinense como um todo está classificado como Subtropical Mesotérmico úmido, com verões quentes e úmidos, apresentando médias diárias de 24 °C a 26 °C no verão e de 15 °C a 17 °C no inverno. Embora já se tenham registros históricos de grandes volumes pluviais, a média anual de precipitação é alta e está na faixa dos 1400 mm na planície, e de 1600 mm nas proximidades da serra Geral e Encostas, sendo Setembro o mês mais chuvoso.

BOX 1 – Grandes desastres naturais de Jacinto Machado

Não são poucos os relatos de agricultores e de habitantes locais sobre ocorrência de fenômenos climáticos de grande intensidade e força de destruição no território jacintomachadense provocando perda de lavouras, implementos e residências e vidas humanas. Tratados pela climatologia por *excepcionalismos*, existem registros documentados de alguns eventos (vendavais, enchentes, pequenos ciclones, estiagens) que aparecem, desde a década de 50, periodicamente atingido o município. Nos últimos doze anos, entretanto os intervalos de ocorrência destes eventos se estreitaram, tanto que três grandes ocorrências significativas podem ser citadas:

O desastre na divisa Timbé do Sul – Jacinto Machado no Natal de 1995: estudado e debatido por SCHEIBE & PELLERIN (1996), fora provocado por um volume intenso de chuvas que atingiram as encostas da Serra Geral no Norte do município entre os dias 23 e 26 de dezembro. Dezenas de pessoas perderam suas vidas, grandes árvores foram arrancadas e levadas pela correnteza. Poucas moradias, escolas e igrejas das comunidades de Pinheirinho Alto e Pinheirinho do Meio ficaram intactas ou mesmo permaneceram de pé. O volume pluvial foi tamanho que em alguns trechos o Rio Pinheirinho chegou a ter duas centenas de metros de largura. Formaram-se profundos sulcos nas encostas denunciando gigantescos movimentos de massa e deslocamentos de blocos de rochas e de camadas de solos.

O “Furacão Catarina”: em 2003 o município fora um dos mais castigados pelos ventos de até 110km/h e pela forte chuva, frutos da passagem de um ciclone extra-tropical nas proximidades do litoral sul catarinense e que se formou a 200km da zona costeira norte do estado do Rio Grande do Sul. Segundo laudos da Defesa Civil, não houve vítimas fatais no município, entretanto muitas árvores foram derrubadas além de pontes, casas e benfeitorias terem sido destruídas e cerca de 200ha de bananais tombaram.

A forte chuva e a enchente de março de 2007: castigou especialmente o município de Praia Grande-SC que chegou a declarar estado de emergência. Atingiu também algumas comunidades de Jacinto Machado, (centro e proximidades como Gávea e Serra da Pedra). O fenômeno fora provocada pela

atuação de uma frente fria que se deslocara desde o Rio Grande do Sul. Causou a destruição de equipamentos urbanos como pontes e estradas mas desabrigou poucas famílias. Segundo a Secretaria de Agricultura do Município este evento resultou em maiores danos a economia e a sociedade do que a ocorrência de 1995 relatada anteriormente. Plantações de arroz e banana foram intensamente prejudicadas pela enchente dos rios e córregos. Por se situarem em áreas mais baixas e de pequena declividade (zona de agradação) muitos arrozais foram destruídos pelo transbordamento de calha e acumulação de seixos rolados nos leitos.

2.2.2 Aspectos sócio-econômicos importantes

Segundo dados da estimativa populacional para 2005 do IBGE, o município de Jacinto Machado possui 10.553 habitantes, número que perfaz uma densidade demográfica de 24,6 hab./km², um dos menores índices de todo sul catarinense, e bem abaixo da média do Estado que é de 56 hab./km². A maioria da população, cerca de 55% está fixada na zona rural trabalhando especificamente com atividades agrícolas enquanto proprietários, arrendatários, meeiros ou empregados temporários.

A tabela a seguir apresenta dados da população economicamente ativa (PEA) de alguns municípios do sul e extremo sul catarinense como modo de demonstrar a importância dos setores econômicos para cada economia municipal. Ao observar a **tab. 3** veremos que o setor agropecuário em Jacinto Machado aparece como o terceiro lugar relativo no percentual de pessoas empregadas sobre o total geral município.

Tab. 3 - População economicamente ativa nos setores da economia.

Atividades Econômicas						
Municípios	TOTAL	Indústria	Comércio	Agropecuária	% sobre o Total municipal	Outras
Araranguá	24.305	7.082	6.144	3.974	16,35%	7.105
Criciúma	71.489	23.099	19.536	1.632	2,28%	27.222
Ermo	1.032	187	137	560	54,26%	148
Forquilha	7.829	3.102	1.837	1.436	18,34%	1.454
Jacinto Machado	5.181	936	833	2.715	52,40%	697
Maracajá	2.893	1.022	521	480	16,59%	870
Meleiro	3.124	674	634	1.379	44,14%	437
Morro Grande	1.420	293	173	795	55,99%	159
Nova Veneza	5.349	2.116	1.067	976	18,25%	1.190
Siderópolis	4.936	1.816	943	639	12,95%	1.538
Timbé do Sul	5.055	967	1.112	2.544	50,33%	432
Treviso	1.391	528	250	338	24,30%	275
Turvo	5.345	1106	1036	1982	37,08%	1.221

Fonte: IBGE, 2001

No tocante à produção agrícola, as culturas mais representativas no município atualmente são: dentre as lavouras temporárias - o arroz, o milho e o fumo e, dentre as lavouras permanentes: a banana. A **tab. 4** apresenta os principais cultivos exercidos. Nota-se que a rizicultura e a bananicultura juntas, respondem por 71,49% da área cultivada no município e por mais de 90% da produção agrícola.

Tab. 4 – Produção das principais lavouras em Jacinto Machado – 2004.

Tabela 1 - Quantidade produzida e área plantada com os principais cultivos			
Cultivo	Área(ha)	% sobre o total*	Quantidade produzida (t)
Arroz	4.926	18,35	37.950
Feijão	160	menos de 1	85
Fumo	1.009	4,01	2.439
Mandioca	8	menos de 1	56
Milho	1.321	4,91	2.430
Banana	2.001	7,45	12.601

Fonte: Dados do Levantamento Agropecuário 2004 E.P.A.M. 2004

* da área do município

O arroz cultivado atualmente em Jacinto Machado é do tipo irrigado. Este sistema produtivo embora já exercido no município desde os anos 70 fora impulsionado institucionalmente pelo Programa Nacional de Aproveitamento das Várzeas – Pró-várzeas em 1984 através da disponibilização de recursos e de apoio extensionista nos moldes de um pacote tecnológico. Nas várzeas periodicamente inundadas pela água canalizada de rios, são plantadas sementes pré-germinadas de variedades produzidas em laboratório. A grande maioria dos rizicultores do município cultiva em áreas entre 10 ha a 50 ha, localizadas em planícies aluviais, em terrenos relativamente planos e argilosos.

Foto 1 – Arrozal na Planície Aluvial (Foto do autor)



Foto 2 - Produção de fumo no primeiro plano e logo atrás, bananas (Foto do autor)



A fruticultura de Jacinto Machado por sua vez, está representada principalmente pelo cultivo da banana e do maracujá; este segundo já substituiu lavouras inteiras de fumo e banana no município até o ano de 1996 logrando bons rendimentos ao produtor que respeitasse as necessidades técnicas de produção. No entanto, esta prática começou a cair vertiginosamente a partir da Segunda metade da década de 90. Um dos motivos principais foi a falta de mercado para escoamento a fruta, que competia diretamente com a produção do sudeste brasileiro.

A silvicultura é uma prática que vem se expandindo timidamente no município com o cultivo e extração de madeira em tora, (preponderantemente o eucalipto). Essa prática, com rendimento certo na maioria das vezes, torna-se por vezes solução tanto para os agricultores das planícies – em áreas contíguas a da produção de arroz, e desaconselháveis para prática da rizicultura - como para os de encosta, arrostando culturas típicas, como a da banana e principalmente a do fumo.

Já a produção animal no município, é praticamente restrita à pecuária suína. Embora historicamente estabelecida no lugar tal prática incrementou-se ainda na primeira metade da década de 90, com alguns criadores passando a criar para empresas frigoríficas no regime de integração.

2.2 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO: DO REGIONAL AO LOCAL.

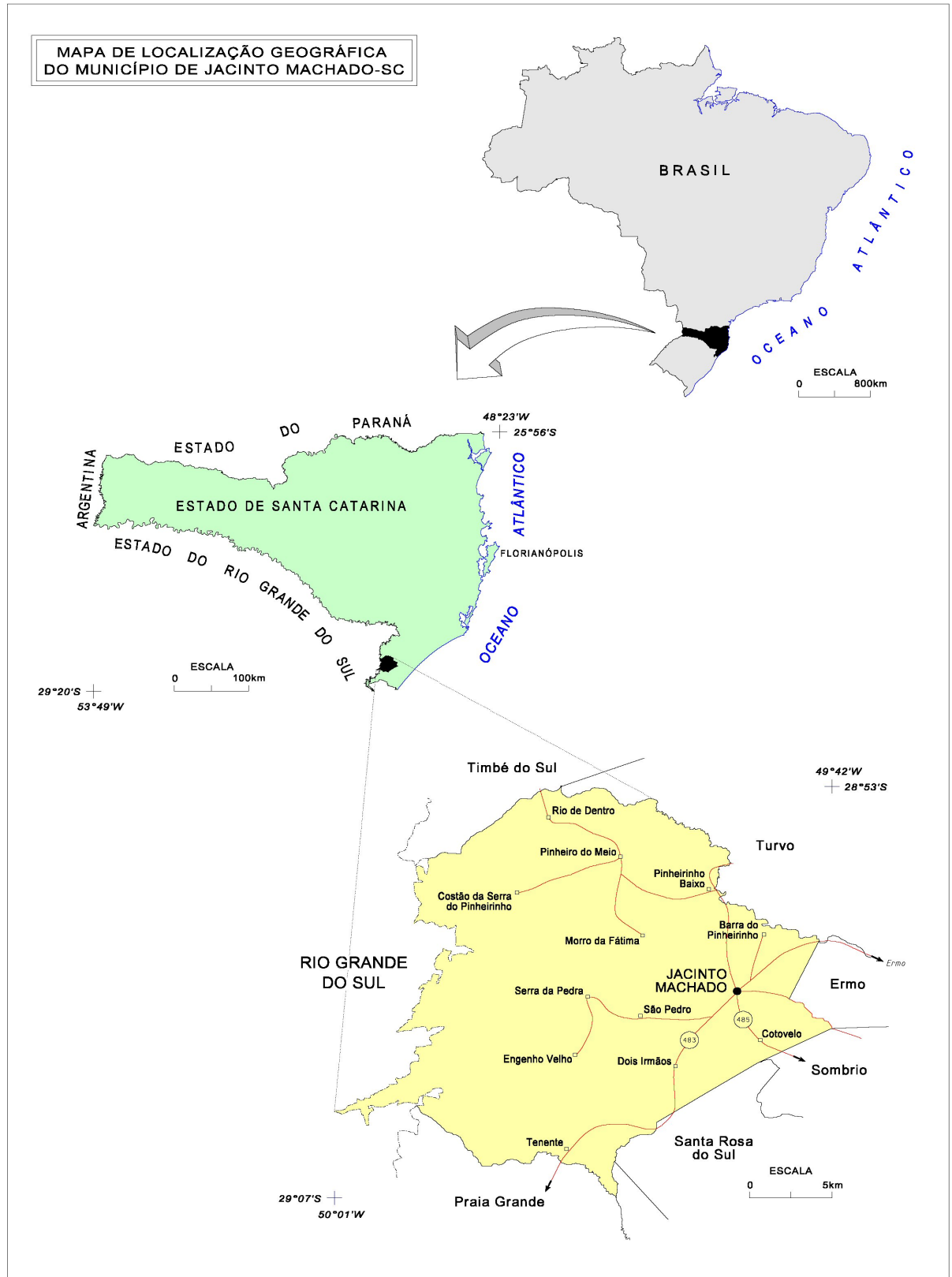
O município de Jacinto Machado possui uma área de 429 km² e está localizado na região sul catarinense entre as coordenadas 49° 41' 49" e 50° 00' 32" de longitude Oeste e 28° 52' 56" e 29° 07' 11" de latitude Sul, limitando-se a norte com o município de Timbé do Sul, a leste com os municípios de Turvo, Sombrio e Santa Rosa do Sul e ao sul com os municípios de São João do Sul e Praia Grande. (Vide mapa de localização na pg 55).

O território está dividido em 15 localidades fisiograficamente espalhadas comportando cada qual entre 50 e 500 habitantes e pelo perímetro urbano central que concentra cerca de 45% da população residente. Algumas destas foram incorporadas somente após a emancipação do município de Turvo em 1958. A rede viária de cerca de 610 km, em sua maioria de estradas vicinais e em chão batido aberta desde os primórdios da colonização europeia liga o centro da cidade a todos estes pequenos núcleos de população. Muitos, especialmente os mais longínquos e situados ao pé da Serra Geral são formados por habitantes antigos do município e possuem mínima representatividade na Câmara de Vereadores, ao mesmo tempo em que carregam consigo pouca perspectiva de melhoria das condições de vida. Os habitantes aí assentados nasceram e cresceram na localidade cultivando a terra, porém, frente às dificuldades encontradas ao longo dos anos com a agricultura, muitos deles se mantêm na atividade somente como bravos sobreviventes do êxodo rural e das mudanças dos mercados e muito fatalmente serão os últimos elos de uma linhagem de agricultores que se iniciou nas primeiras décadas do século XX.

2.2.1 Um resgate histórico em direção ao presente.

O processo de (re)conhecimento e de organização do espaço sul catarinense, e conseqüentemente da área onde atualmente se encontra o município de Jacinto Machado teve início a partir de uma grande força propulsora. As frentes de povoamento partindo da Capitania de São Vicente e rumo ao sul, iniciadas no litoral de Santa Catarina no século XVII,

MAPA DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO-SC



Fonte: Mapa Político do Estado de Santa Catarina, Esc. 1:500000, DGCE/SDO, 2005,

Produzido no Laboratório de Geoprocessamento/GCN/CFH/UFSC (set/2006)
Digitalização/Edição final: Geóg. José Henrique Vilela

que se inseriam no objetivo da Coroa Portuguesa de povoamento e ocupação de toda a região próxima ao marco final do Tratado de Tordesilhas garantindo aos portugueses o direito de posse das terras contíguas em detrimento da ocupação espanhola. (PRATES & ALMEIDA, 1993).

Anteriormente, essas terras eram habitadas e conhecidas unicamente por índios Carijós e Guaranis, profundos conhecedores da região que ali desempenhavam práticas itinerantes de coleta de frutos e uma rudimentar agricultura. Esses silvícolas foram perseguidos, *dês-territorializados* e extintos paulatinamente desde a chegada dos primeiros exploradores, pela diferença cultural com os brancos, sendo por muito também apreendidos e enviados às capitanias de São Vicente e Bahia (FARIAS, 2000).

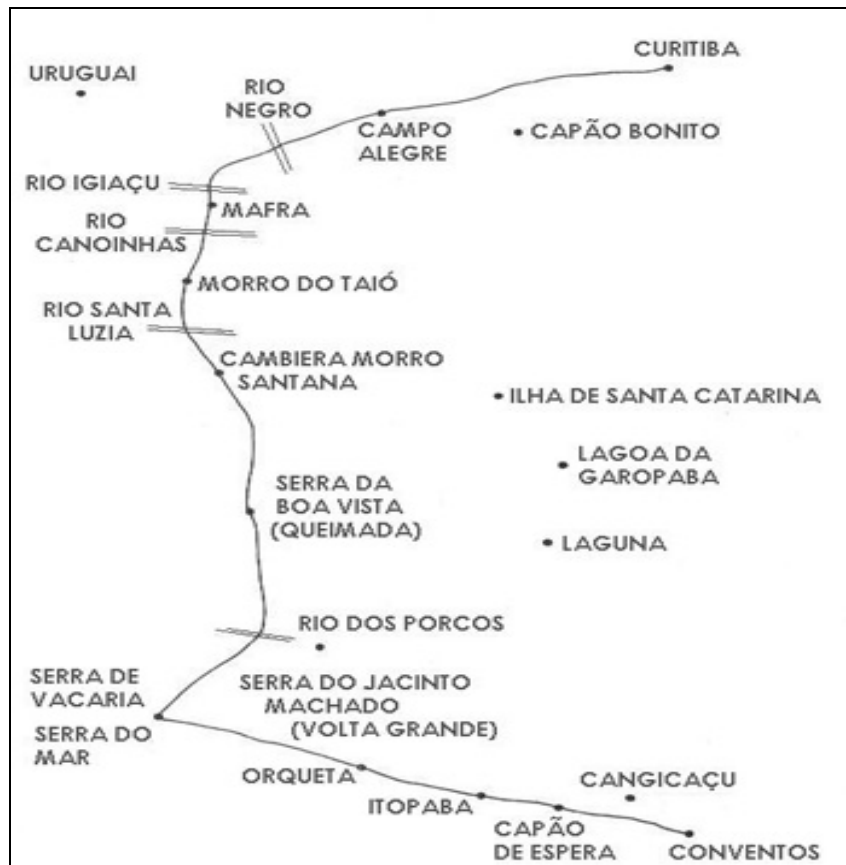
Somente com a criação de Nossa Senhora dos Anjos de Laguna em 1676 e a fundação da Colônia do Sacramento (atual Uruguai) quatro anos mais tarde houve o reconhecimento das terras que compreendem atualmente o sul catarinense e a porção centro leste do estado do Rio Grande do Sul. O logo posterior estabelecimento de uma rota comercial litorânea interligando as duas colônias determinou com que se efetivasse um embrionário processo de ocupação daquele espaço (IBGE, 1977).

Nesse aspecto, Hombold, (1994) destaca que aquele caminho era a única maneira de se alcançar as terras meridionais do Rio Grande, de modo mais ou menos seguro, haja vista a dificuldade de ultrapassar os imensos paredões da Encosta da Serra Geral que erguiam-se a oeste. A alternativa litorânea de uma estrada para o sul, apresentada primeiramente aos brancos pelos indígenas, ajudou, portanto a inserir a região no eixo do desenvolvimento econômico no grande ciclo da mineração. Surgiram na região as estâncias ligadas ao desenvolvimento pecuarista ascendente do Rio Grande do Sul e, assim que se vislumbraram novas possibilidades de mineração de ouro nas Minas Gerais, iniciaram-se com maior intensidade algumas práticas agrícolas (cana-de-açúcar, milho, feijão) tendo algum excedente sendo comercializável nos campos litorâneos como nas planícies aluviais admitidas pela colonização lenta e assistemática de vicentistas.

Com a construção da estrada Conventos/Curitiba em 1728 implementou-se um novo fator para o estabelecimento de vilas e pousios na região sul catarinense, integrando-a enfim ao eixo de passagem das tropas de gado que partiam dos campos sulinos. Essa estrada se

iniciava ao sul de Laguna em direção as escarpas da Serra Geral, sendo que o caminho principal e íngreme por onde subiam os tropeiros – Serra da Pedra - foi provavelmente a força motriz para uma primeira ocupação do atual município de Jacinto Machado.

Fig 3 – Croqui do Caminho Conventos/Curitiba (adaptado de Hombold,1994)



Não obstante a este fato, de acordo com Prates & Almeida (1993), a colônia de Nossa Senhora de Laguna que alcançava relativo crescimento durante o final do século XVII, entraria em um período de recessão a partir da primeira metade do século XVIII, devido, sobretudo a abertura de uma nova rota pelo planalto (o caminho de Viamão) em 1732 desviando o comércio de gado para aquela região e relegando a rota pelo litoral sul a um uso secundário e marginal e isolando os núcleos populacionais remanescente do litoral.

Salienta-se que esse novo caminho se efetivou em caráter de intercâmbio cultural. A

descoberta de ouro nas Minas Gerais atraiu atenção de exploradores que em princípio utilizavam os negros e mamelucos assalariados como meios de transporte de carga. Com o aumento considerável do preço do escravo pelos meados do XVIII vislumbrou-se a possibilidade do uso de animais de carga. No entanto, a falta de eqüinos, muares na região para vencer o acidentado relevo que separava o litoral e as “Minas Gerais” obrigou os sesmeiros a dirigirem-se aos campos sul-rio-grandenses em busca dos animais que eram ali então abundantes. Essa empreitada de amplo efeito econômico acabou dando origem ao famoso “Caminho do Sul” entre Sorocaba e os campos sulinos, atravessando os estados de Santa Catarina e Paraná pelo planalto. (HOMBOLD, 1994; PIAZZA, 1970).

PRATES & ALMEIDA, (1993) avaliaram a situação da região sul catarinense com a conseqüente perda de exclusividade na comunicação com as terras meridionais:

“O desenvolvimento econômico da região sul catarinense não era suficientemente importante para se constituir em elemento dinâmico capaz de consolidar com firmeza a ocupação iniciada.” PRATES & ALMEIDA, (1993: 192)

A partir da metade do século XVIII, numa maneira de reforçar o contingente populacional no litoral catarinense e desta forma fomentar um maior desenvolvimento econômico, a Coroa Portuguesa promoveu a vinda de imigrantes açoreanos, assentando-os primeiramente em três núcleos litorâneos: São Francisco do Sul, Nossa Senhora de Desterro e Nossa Senhora dos Anjos de Laguna. (SANTOS, 1998; PRATES & ALMEIDA, 1993).

Nesse sentido, PRATES & ALMEIDA, 1993 ressaltam que Portugal transportou para o Estado de Santa Catarina entre os anos de 1748 e 1756, cerca de 4.500 açoreanos.

Porém, devido ao abandono em que foram deixadas pela coroa portuguesa, muitas comunidades de descendentes açoreanos não conseguiram se desenvolver, acabando por assumir uma economia de subsistência baseada na pesca, na caça e na produção familiar de milho e mandioca. Na região do extremo sul catarinense, núcleos de família começam a se instalar nas proximidades do litoral, em locais que mais tarde dariam origem aos

municípios de Araranguá e Sombrio. (FARIAS, 2000).

Ressalta-se deste modo que apesar das práticas colonizadoras engendradas pela Coroa, a região sul catarinense, a exceção do litoral, não obteve avanço econômico significativo, ou ainda em níveis de assumir importância por alguns fatores históricos pontuais que Hombold (1994) relata: a própria natureza da colonização portuguesa, a falta de estradas secundárias e vicinais para a realização de intercâmbios comerciais entre os diversos distritos; os constantes recrutamentos de civis que retiravam poucos os agricultores da lavoura para servirem a exércitos, serviços militares ou serviços afins – na construção e conserto de pontes, caminhos e de corte e transportes de madeira e por fim; o mau pagamento dos produtos agrícolas efetuados pelos armazéns reais localizados geralmente nos maiores centros populacionais.

2.2.3 A colonização e o início da ocupação definitiva do espaço

Volta Grande¹⁵ (antigo nome Jacinto Machado) que recebeu esta denominação ainda no século XIX, devido ao grande percurso que se dava de Araranguá para atingir esta póvoa, era então pouco habitada, e ainda possuía pouca atratividade como destino para contingentes devido ao seu isolamento dos maiores centros regionais no início do século XX como Araranguá e Criciúma. Suas únicas funções como entreposto entre as rotas interioranas era o de pousio e abastecimento das tropas que ainda escolhiam o lugar como passagem preferencial Serra / Litoral.

Mesmo com os movimentos populacionais pretéritos em toda a região sul catarinense, não há registros oficiais que asseguram a existência de um aglomerado populacional mais denso ou então de atividades comerciais expressivas no final do século XIX dentro do limite do município de Jacinto Machado. Toma-se como hipótese primária para TREVISOLO apud DALL'ALBA (1997) que existissem somente algumas poucas famílias assentadas com concessão dos donos das terras especialmente onde hoje está o perímetro urbano da

¹⁵ Decorrente das áreas de extravasamento dos rios existentes na planície e do relevo recortado por morros que limitava o seu interior, o acesso a seu território era bastante difícil e disponível basicamente por duas vias: a leste, ao longo do Rio da Pedra, ou por cima da Serra, por onde vieram a maioria dos migrantes que ali se assentaram.

cidade. Ali praticavam uma agricultura e uma pecuária de subsistência e comercializavam algum excedente nos poucos armazéns que serviam para.

De acordo com Prates & Almeida (1993), “a ocupação mais intensa da região sul de Santa Catarina teve lugar a partir de 1875, normatizada pelo Decreto Imperial 5.663 de 17 de junho de 1874”, que possibilitou a vinda de imigrantes italianos e de outras nacionalidades que sofriam agruras em suas terras natais. Esse foi também o caso de poloneses e eslavos.

De início, os primeiros que se assentaram na região formaram as colônias de Criciúma, Tubarão, Siderópolis, Cocal do Sul e Urussanga. (PIAZZA, 1982 apud MARCELINO, 2003).

A chegada dos descendentes de italianos em Jacinto Machado ocorreu especialmente entre as décadas de 1910 e início de 1930, provenientes de fluxos secundários de migração. Muitas famílias partiram de Criciúma, Cocal do Sul, Nova Belluno, mas também de Meleiro e Turvo. Neste ínterim tem-se o primeiro momento de uma efetiva constituição de um território.

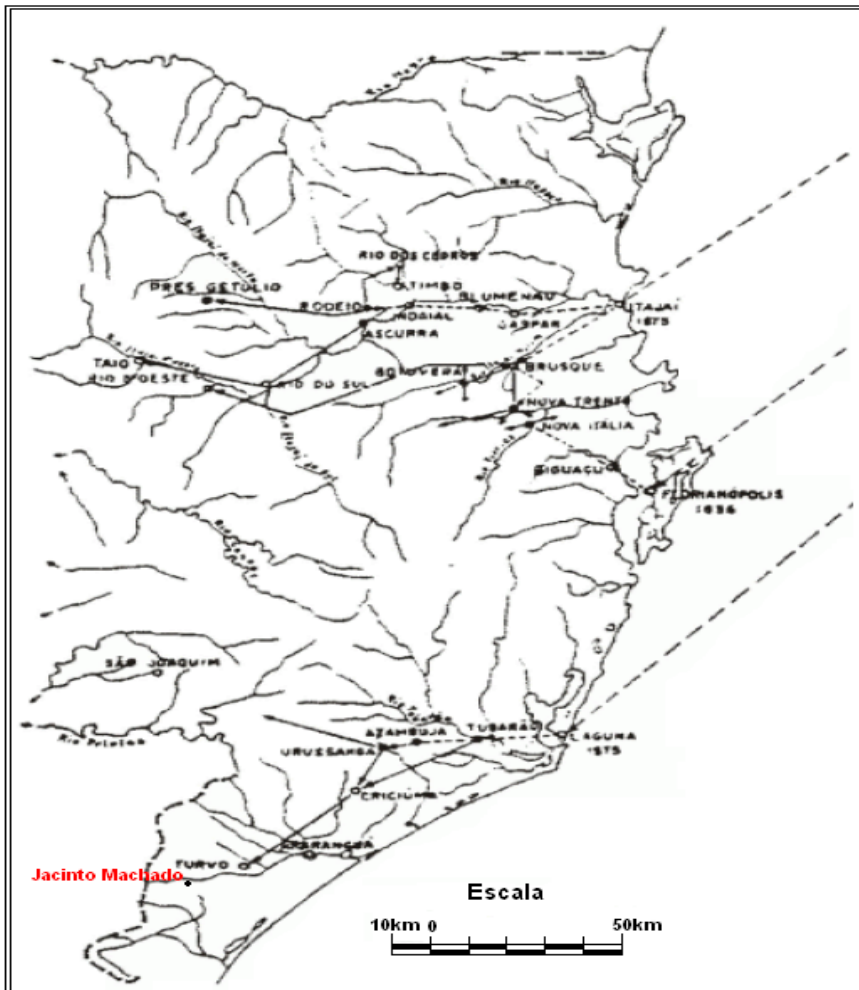
Muitos dos italianos que chegaram tomaram as terras dos latifundiários¹⁶ por força de posse enquanto que outros compraram-nas ou ainda, adquiriram-nas em troca de favores (abertura de estradas, sobretudo). Diz Fontanella (1992) que a maioria dos poucos habitantes que ali residiam antes da colonização venderam suas terras e migraram.

Falando dos italianos, diz o autor:

“Cada qual se estabelecia por conta própria. Muitos compraram já de terceiros. Como os lusos, não dessem (sic.) valor a terra, foram vendendo ou trocando por quase nada. (...)” (FONTANELLA, 1992:8).

¹⁶ O Padre Herval Fontanella (1992:07) afirma em seu livro sobre o município de Jacinto Machado¹⁶ as terras de atual Jacinto Machado pertenceram primeiramente a quatro latifundiários que ali jamais residiram: João da Silva Córdova, proveniente de São Francisco de Paula-SC; Antônio Bernardo Boeira, oriundo de Santo Antônio da Patrulha-RS; Martinho Ghizz(o), provindo de Tubarão-SC e João Hebbe, partido de Araranguá-SC. (*op. cit.*). Todos estes foram aos poucos dividindo-as e vendendo a algumas famílias.

Fig. 4 - Esboço da trajetória da colonização italiana em Santa Catarina (adaptado de Piazza, 1982)



Fontanella (1992) descreve que se a ocupação do município nas três primeiras décadas do século XX fora desorganizada, ela não pode ser tão somente atribuída ao aporte das famílias italianas. O município recebeu especialmente a partir dos anos 20 um contingente muito grande de famílias em busca de terras agricultáveis. Partiam de vários lugares: Araranguá, Laguna, Sombrio, Barra do Ouro-RS e São Francisco de Paula-RS e eram por essência de descendência portuguesa.

Pode-se inferir que o município era até o início do processo de colonização uma área de fronteira. Fundamentalmente só conseguiu ultrapassar, esta condição quando recebeu um contingente populacional que buscava terras a “baixo preço”, “sem donos” ou com poucas

objeções a ocupação. E este fato só acontecera no primeiro quartel deste século. Lusos e ítalos-descendentes se voltaram a Jacinto Machado na medida que aquele pedaço de chão era a priori “*terra-de-ninguém*”.

Diferentemente dos lusos que estavam pouco acostumados ao modo de produção capitalista, os italianos já eram cientes do sentido de *propriedade privada*, mas eram muito mais tocados a usarem as terras como meio de trabalho e quase nunca como mercadoria em primeiro lugar, ou seja, o *valor de uso* das mesmas era sempre maior do que seu *valor de troca*. Enquanto símbolo da sustentação das práticas produtivas, as terras serviam para as famílias e para as gerações seguintes e, dela os colonos não deveriam se desfazer¹⁷.

Assim, a presença italiana, era mais significativa para o progresso social. Fundaram igrejas e escolas, construíram estradas e pontes e estabeleceram serrarias, atafonas de milho e farinha, engenho de açúcar, alambiques, fecularias, moinhos d’água, curtumes, ferrarias, marcenarias e armazéns de secos e molhados. Pela primeira vez permitiu-se com que as atividades agropastoril e manufatureira alcançassem fundamental importância na economia da localidade. A cana-de-açúcar, a banha, o milho, o arroz e ainda em menor grau a banana fizeram que o território pudesse ser valorizado como um espaço produtivo.

No ritmo da evolução agrícola Volta Grande é alçada à condição de distrito em 1930, sendo elevada a vila em 31 de março de 1938, com cerca de 5.350 residentes (Censo do IBGE 1940). A partir de 1943 passa a se chamar Jacinto Machado, em homenagem ao Brigadeiro Jacinto Machado Bittencourt, combatente da Guerra do Paraguai e tão somente em 21 de junho de 1958 é emancipado do município de Turvo pela lei Estadual N° 348/1958.

2.2.4 As bases da agricultura familiar local.

É sabido que os descendentes de italianos se estabeleceram em Jacinto Machado nos terrenos de encosta. Tal opção era, antes de tudo, funcional. Os próprios colonos não

¹⁷ Ainda que esta lógica ancestral da colonização permanece viva entre os moradores mais antigos, ela vem sendo ameaçada de desaparecimento na medida do esvaziamento do campo e do acentuado êxodo rural de jovens nos últimos 30 anos.

sabiam cultivar em áreas planas por que o próprio patrimônio sócio-cultural não os permitia. Muitos dos colonos aprenderam com os pais e avós a produzir preponderantemente em áreas escarpadas e de montanhas e a desenvolver ajustes técnicos específicos exequíveis somente naquelas condições.

Apesar do município possuir maior parte de sua área em com relevo relativamente planos e em cotas altimétricas de até 100 metros, estes terrenos foram inicialmente dispensados por que eram periodicamente cobertos pela água dos rios. A enchente dos leitos lixiviava nutrientes, o que dificultava a estabilidade do plantio agrícola.

Embora haja discordâncias teóricas entre o tamanho mínimo das “*colônias*”¹⁸, o processo de colonização do município se organizou em torno da lógica da pequeno estabelecimento familiar. Tal lógica estava ajustada à produção de gêneros de primeira necessidade (sobrevivência), tendo sempre os excedentes levados à comercialização em feiras nas cidades mais próximas, nos centros urbanos, nos armazéns ou ainda as margens de estradas. Em Jacinto Machado, por conta do agrupamento dos colonos junto aos principais caminhos e trilhas, os armazéns tinham papel fundamental para os tropeiros. Até o início dos anos 50, a circulação de mercadorias se baseava na provisão dos viajantes e no escambo.

A bagagem cultural não impediu, entretanto os italianos de enfrentar obstáculos para poderem produzir: a mata fechada, o terreno acidentado, os animais selvagens, a predominância de solos de baixa fertilidade, os confrontos com alguns indígenas e capangas contratados por latifundiários ilustram o cenário de uma dificultosa implantação da base camponesa.

De um modo geral, apesar de já obsoleto pela época o sistema de manejo colonial consistiu rotação de terras. Fazia-se a “*coivara*” - derrubada da mata virgem com a conseguinte retirada de lenha para logo em seguida a queimada do material vegetal restante. O solo era então arado, algumas vezes adubado com esterco e semeado com cultivos de ciclo curto como milho, arroz, batata, cará e mandioca.

Executada *in situ* uma seqüência consorciada de cultivos por um pequeno período, os ítalos deixavam a terra em *pousio* por alguns anos a fim de recuperar em algum nível a sua

¹⁸ Para uma discussão pormenorizada vide Waibel (1979) e Peluso Jr. (1980).

fertilidade original. Isto implicava na derrubada de novas áreas de mata. Assim o fizeram por muitos anos seguidos.

Embora existissem pastagens naturais, muitas das áreas de *pousio* foram também destinadas à criação extensiva de gado que serviam basicamente como a força motriz dos arados, moinhos e engenhos. Galinhas, perdizes e outras pequenas aves domésticas também eram criadas soltas.

Como já conheciam algumas frutas tropicais como a banana, a laranja e a bergamota, muitos tratavam também de plantá-las perto das residências o que acabava por configurar um autêntico sistema auto-suficiente de recursos.

Não obstante os longos ciclos de produção e a melhora do sistema produtivo com a *rotação de culturas*¹⁹, ao longo dos anos as terras do município perderam fertilidade por conta da lixiviação de nutrientes e o município permaneceu marginalizado pela falta de inserção em um circuito produtivo superior e autenticamente fora da espacialização das relações capitalistas.

¹⁹ A rotação de culturas sugere a utilização de uma mesma porção de solo para a realização de prática agrícola. Basicamente é evoluída a partir da entrada das relações de posse e propriedade no campo e na dificuldade dos camponeses em encontrar grandes extensões de terra agricultáveis. Torna-se o germen de uma ligação mais forte entre a técnica, trabalho e a terra através do rodízio e consórcio entre culturas e o descanso da terra Waibel (1979).

CAPÍTULO III

A BANANICULTURA LOCAL – A CONSTRUÇÃO DE UMA REALIDADE

Gostaríamos de chamar a atenção para este capítulo na medida em que o mesmo se direciona para, além de um resgate histórico e local da bananicultura, um entendimento sobre o papel desta atividade na (re) produção do espaço. Tentaremos tornar a bananicultura visível como processo e como função, contextualizando-na no âmbito dos padrões de desenvolvimento espacial através dos fundamentos da formação sócio-espacial explicitados no capítulo anterior.

Salientamos desde já nosso esforço de articulação com a realidade. Acreditamos que os fatos sociais só podem se apreendidos geograficamente em uma leitura *interescalar* da política, da economia e da cultura, e sintonizada, pois com a intenção e capacidade dos agentes.

Com isto, partiremos das circunstâncias do lugar, na compreensão de um dado conjunto de relações sociais que operam significados que transcendem o tópico, o singular e o meramente visível. Nossa proposta aqui será de qualificar como referência elementar empírica os processos materiais no tempo e no espaço que tornam a bananicultura de

alguma maneira um importante caractere da dinâmica do espaço rural de Jacinto Machado.

3.1 A BANANICULTURA E SUA FASE GERMINAL.

A produção local de banana guarda nas entrelinhas de seu processo evolutivo pequenas pistas de sua condição. As pistas remontam aos aspectos culturais e sócio-produtivos de Jacinto Machado, originários a partir do fluxo de imigração italiana e de descendentes para aquele lugar desde a primeira década do século XX.

Destinados ao autoconsumo, e periodicamente ao escambo e vinculados ao tradicional sistema de policultivo com pouca instrumentação e grande utilização de trabalho humano, os bananais inicialmente acompanharam o estilo da “*coltura promiscua*” italiana, se desenvolvendo espacialmente às custas de um projeto econômico que contemplava normas gerais muito semelhantes a apresentadas por GEORGE (1973): a procura de culturas desigualmente sensíveis às mesma intempéries, de forma que se estabeleça uma espécie de mecanismo de garantia mútua; a escolha de culturas que assegurassem a satisfação das necessidades diferenciadas do consumo de subsistência; e, a escolha de cultivos que garantissem o máximo de lucro.

Embora de acordo com Waibel (1979), a tradição agrícola européia estivesse sedimentada inicialmente no *sistema de rotação de terras*, as técnicas e o sistema agrário empregado naquele ínterim já não eram rústicos quanto as que os primeiros núcleos italianos fundados no sul do Estado (Urussanga, Treviso e Nova Belluno) chegariam a presenciar. Já em fins do século XIX, o tempo, o trabalho e as condições de produção já se encontravam todas de algum modo subordinadas ao capital comercial que também determinava o grau de exploração social e a fundiarização das terras.

MERTZ (2004) lembra que o conjunto de práticas e técnicas que fundamentaram o sistema agrário italiano no sul do Brasil não vigorou, sem um rol de dificuldades: a inexperiência no lide com a terra de muitos colonos; as condições naturais do território, e as diferenças entre o saber e o fazer eram fortes empecilhos para um progresso social acentuado. Por isto, a conjugação destes fatores proporcionou a gênese de laços de

solidariedade que mantinham as famílias unidas quase sob o mesmo nível de desenvolvimento.

A identidade sócio-cultural italiana - assumida aqui como a construção sucessiva no tempo de aspectos de um grupo social em relação às experiências absorvidas pelas gerações anteriores - tendia a ocupação e exploração exclusiva das áreas de *piemonte*, o que determinou em um primeiro momento as possibilidades e os limites do desenvolvimento social e do crescimento populacional partindo do núcleo urbano do município que estava situado nas “*terras baixas*” as margens do Rio da Pedra.

Um morador concede-nos um depoimento interessante sobre a escolha das terras para a produção agrícola:

“Sabe que tem um ditado sobre isso (...) ‘O rio italiano é morro’. Os italianos....que vem da Itália, pegavam morro...não queriam a baixa. Não sabiam mexer na terra. Não conheciam. (...) Quando nós viemos de Siderópolis tinha só umas cabanas aí...Tudo espalhado por esses morros (...) Era pouca gente que morava na cidade.(...) Quando o Bornhausen abriu a estrada do Morro da Queimada veio mais gente pra cá e com as bananas indo bem, aí encheu. D.V. 82 anos Comunidade Gávea

Segundo Z.R., morador mais antigo da comunidade de Serra da Pedra comenta sobre as condições de comercialização pelos idos dos anos 40:

“Só tinha uns armazéns por aí. Em Serra da Pedra tinha um. Acho que tinha também no Pinheirinho e um no centro. Não lembro, bem. Mas...Era só, né? Quando viemos pra cá, a gente tinha que produzir quase tudo aqui. (...) Quando acontecia também a gente negociava com um pessoal que ia levar pra fora, mas era pouquinho”. Z.R. 74 anos Comunidade de Costão da Pedra

Em Jacinto Machado, o aumento da vinda de famílias descendente de outros núcleos de imigração italiana e também de poloneses e de gaúchos luso descendentes, até os anos 40 não alterou o modelo agro-pastoril, muito pelo contrário, manteve inalterado o processo

de desenvolvimento social do trabalho familiar com os excedentes originados sendo vendidos e/ou trocados de modo itinerante e irregular – para os tropeiros que desciam a serra ou através de grandes jornadas de comercialização em ruas e feiras das cidades vizinhas e dos maiores centros urbanos. O núcleo urbano central crescia, mas o papel do capital comercial não estava evoluído o suficiente para que houvesse um salto qualitativo de incorporação regional tencionando as zonas de policultivo na região sul catarinense²⁰ para uma especialização na medida da corrente expansão urbana das metrópoles brasileiras.

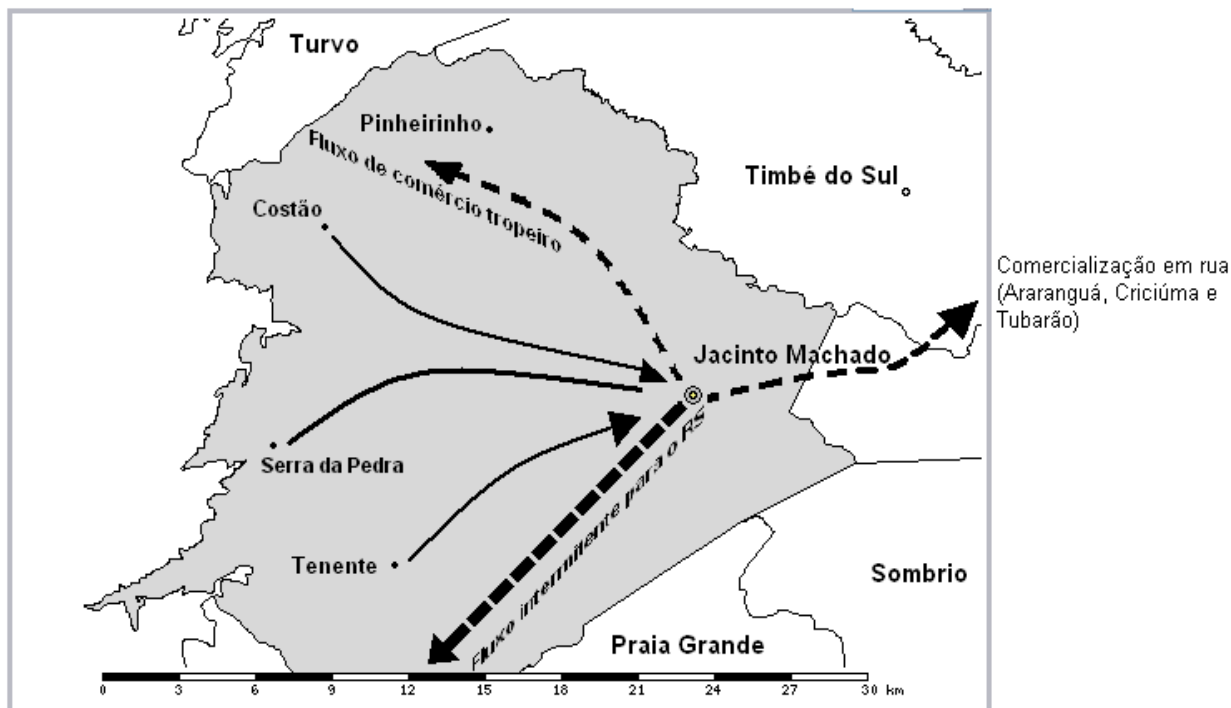
Não obstante de estarem muitas vezes inscritos na rusticidade produtiva de suas glebas os colonos italianos tinham o objetivo de ampliar seu pequeno patrimônio, regionalmente similar, através do desenvolvimento da força de trabalho e pela sua bagagem cultural – técnicas, instrumentos concepções produtivas e gostos particulares.

A evolução do capital mercantil de Jacinto Machado pela banana fora nesse sentido claramente um fenômeno de diferenciação local para um número limitado de famílias, e tal inserção não se permitiu vigorar na inobservância aos limites técnicos do arranjo do sistema de objetos instituídos (estradas e vias) e da demanda logística da fruta (transporte).

A banana aparece como uma singularidade na formação sócio-espacial de Jacinto Machado. Nenhuma outra cidade do sul catarinense teria-a com expressão econômica similar a este município. Desde os anos 50, embora seja uma fruta de clima tropical e plantada sem maiores cuidados já era propriamente uma mercadoria, sendo dirigida a municípios gaúchos por conta do pioneirismo de alguns comerciantes que vislumbraram a possibilidade de produção em grande escala para um abastecimento mais eficiente e regular, sobretudo de Porto Alegre. (Vide figura abaixo)

²⁰ O calibre do processo de acumulação dos maiores centros populacionais sul catarinenses como Araranguá, Tubarão e Criciúma não eram suficientemente fortes para arremeter um processo de integração regional. Por este fator Mamigonian (1965) afirma a tendência da polarização das cidades do sul catarinense as metrópoles de Porto Alegre e Caxias a partir dos anos 60 principalmente com a melhoria da infra-estrutura viária.

Fig. 5 – Fluxo de comércio de bananas na primeira fase de produção (1950 - 1965).



Em uma de nossas entrevistas, com um dos primeiros *bananeiros* do município, ele assim nos contou sobre suas viagens a capital gaúcha para entregar banana:

“Acho que fui o primeiro de Jacinto aqui a levar banana. Sou gaúcho de Garibaldi e vim pra cá há mais de 50 anos. (...) Era caminhoneiro. Comecei em 1956.(...) Como só eu, o P. G., os T., os F. (famílias), tinha caminhão, nós é que levava para lá, mas banana era quase que só eu. A viagem às vezes demorava uma semana. (...) A gente vendia o cacho todo. Era botado lado a lado na caçamba. A banana chegava madura, pois a viagem era longa, às vezes. Não tinha câmara ainda, né! (...) Lá a gente vendia para uns feirantes. A. S. morador de Serra da Pedra

E prossegue, dizendo da dificuldade dos comerciantes gaúchos em conseguir disponibilizar a fruta para a população e da idéia de tornar a banana um valor de troca

propriamente dito:

“(...) a banana que chegava a Porto Alegre vinha ali um pouco de Torres e Osório. (...) Mas, vinha alguma coisa de São Paulo pela estrada de cima, de Vacaria (provavelmente ele se referia a BR-116 que atravessa longitudinalmente o planalto catarinense, passando por Lages). Não tinha banana mais perto. Foi aí que eu disse que a gente podia plantar aqui umas mudas. Pra ver se dava né (...) Eu trouxe alguma coisa de São Paulo e o pessoal daqui topou. Teve gente que depois pegou de outro lugar também...acho que de Tijucas, ou Imaruím, sei lá...e assim foi!”

A banana que fora trazida era diferente da que existia originalmente em Jacinto Machado. Possuía outros atributos que facilitariam a adaptação dos produtores para uma produção em escala comercial.

BOX II - A chegada da nova banana

O projeto produtivo da banana, propriamente dito, nasceu nos anos 50 como fruto das transformações no espaço rural ditadas pelo capital comercial local. Mal tomou início essa tendência tardia já acabou preterida pelo *macro-processo* de incorporação regional que então se alavancava concomitantemente, no ritmo da evolução urbano-industrial das metrópoles nacionais.

Em Jacinto Machado inicialmente produzia-se a banana que “naturalmente” existia no lugar, chamada popularmente de banana branca ou *banana-do-mato*, mas que, devido ao seu grande porte - de 4 a 6 metros de altura – era altamente suscetível ao tombamento e desfolhamento oriundo dos ventos de quadrante sul e oeste, comuns no período de inverno. Tal fator comprometia a expansão mercantil da cultura que já se realizava em pequena escala, e com instável comercialização para Porto Alegre e municípios vizinhos. O salto qualitativo teve início quando as primeiras mudas do cultivar prata-anã foram trazidas de São Paulo. Essa nova espécie, “naturalmente mutante da banana branca” como defende Lichtemberg & Moreira (2006) e logo erroneamente popularizada de “*enxerto*” tinha como diferencial seu porte baixo, sendo então ideal para o cultivo nas encostas. Os primeiros que as adquiriram foram aos poucos repassando rebentos delas originadas aos vizinhos, que mantiveram esse circuito até que o cultivo fosse disseminado nas encostas basálticas dos morros, especialmente entre a população de descendência italiana. A cultura da banana expandiu-se na carência de noções e técnicas mas na esperança de rápida integração mercantil.

De acordo com A. B. ex-produtor (78 anos):

“Recebi umas mudas do Saretto (antigo morador do distrito de Serra da Pedra-Jacinto Machado) e nós “plantamo” aí nos “morro”. (...) Antes disso tinha pouca banana. Acho que fomos os primeiros, né. Se plantava era milho, fumo, cana por essas terras. (...) Tinha “potreiro” (...) “A turma” foi aprendendo (a plantar a banana), aos pouquinhos. Um ajudando os outros.”.

Pode-se dizer que nominalmente a cultura evoluiu com as “carretas gaúchas” que chegariam a Jacinto Machado e partiriam recorrentemente para a região serrana e para a capital sul-rio-grandense abarrotadas com o produto. Muito carente nos mercados de lá, pelas dificuldades climáticas e pela pequena área produtiva do Estado (nucleada nos municípios de Torres, Terra de Areia, Maquine, Osório) pode-se dizer que a banana se tornou o símbolo da entrada do município catarinense na organização espaço-produtiva do capital.

Salienta-se que a histórica adaptação agrícola à bananicultura desde os anos 50 se confunde com o ajuste nas forças do capital. A banana se tornou o primeiro produto livre das raízes produtivas coloniais – simbolizadas pelas vinhas, trigais, e a criação suína e de gado leiteiro - da chamada *frente pioneira*²¹. Ela rompeu o estigma de cultivo de fundo-de-quintal quando se viu amarrada a um processo crescente de mercantilização que transpôs a barreira do intermitente comércio e alcançou uma escala de comercialização mais estável com municípios do Rio Grande do Sul. Deste modo acabou gerando um universo de situações e fenômenos próprios em termos espaciais e setoriais correlacionados na seqüência desta dissertação:

a) a representação simbólica da adaptação cultural italiana a uma nova composição produtiva que privilegiou a re-ordenação do trabalho nas unidades agrícolas familiares. A opção dos ítalos pelo plantio em encostas ajudou na adoção da cultura, naturalmente temente às geadas e orvalhos constantes ocorrentes nas várzeas e baixos;

b) a origem de uma vantagem comparativa a partir da geração da mais valia - diferença entre o valor final do produto e o valor do capital constante (maquinaria,

²¹ Achamos por bem tomar emprestado este conceito proposto de Waibel (1979) e re-trabalhado por Schneider (1999) na medida em que a produção bananícola fora realizada basicamente pelos descendentes de imigrantes italianos que se estabeleceram no município a partir do início do século XX.

instrumentos, terra) e variável (basicamente trabalho humano) - comparativamente maior entre as culturas ali efetuadas;

c) um processo valorização acentuada das terras de encosta em comparação as terras baixas, ascendendo igualmente um processo de competição entre as culturas, originalmente com tendência para a bananicultura e um processo de agrupamento;

d) a urbanização e crescimento populacional diretamente ligado ao aumento da área plantada com o cultivo;

e) a evolução agrícola da bananicultura em termos quantitativos, mas com a elevação da composição orgânica do capital criando uma dependência das indústrias;

f) re-organização dos fluxos de abastecimento da fruta, com o município tendendo em primeiro momento ao abastecimento regional e logo polarizando uma área de abrangência em escala nacional;

g) crises e excessos produtivos e a dependência do fator natural e a resistência a inovação.

h) formação de um oligopsônio no comércio de bananas – com o *bananeiro* como símbolo da exploração capitalista.

A opção pela banana vai marcar o nascimento de uma acumulação social, ou seja, o valor de uso original se modificará para valor abstrato, incorporado pela produção total da sociedade. Segundo Moreira (1999:90):

“A produção de valores de uso (...) é ao mesmo tempo um processo de produção de valor em abstrato que, na medida em que esse produtor se especializa – devido à complexificação da divisão social do trabalho - transforma-se crescentemente em valor de troca”
MOREIRA (1999:90)

O aumento da importância das trocas é proporcional ao trabalho dispensado pela

família. Estas agora estão na sociedade não somente como produtores, mas como consumidores de valores fabricados e distribuídos por outros no mercado Moreira (1999).

3.2 A FASE EXPANSIVA – AMPLIAÇÃO DAS ESCALAS E O NOVO VIGOR PARA A PRODUÇÃO FAMILIAR E ECONOMIA MUNICIPAL.

Apesar da sua boa adaptabilidade às condições edafo-climáticas do território catarinense, a produção comercial de banana sempre se concentrou na vertente litorânea e atualmente se localiza em duas grandes áreas: Norte do Estado – polarizada por Corupá, e; Extremo sul catarinense polarizada por Jacinto Machado²². Tais zonas produtivas não estão localizadas ao acaso. O processo de desenvolvimento e de estruturação das mesmas estão intrinsecamente vinculado ao crescimento da população urbana nos municípios e das metrópoles regionais brasileiras e o conseqüente aumento da demanda por abastecimento de gêneros agrícolas para a população a partir do final dos anos 60.

Numa clara alusão à importância do efeito da proximidade na regionalização econômica naquele período por conta de deficiências infraestruturais (rodovias, sobretudo), demonstrado por Mamigonian (1969), a produção bananícola da região norte catarinense se fortificaria em grande parte abastecendo regularmente Paraná – estado com uma produção comercial deficitária em relação à demanda efetiva, concentrada em sua estreita faixa litorânea (Morretes, Antonina) - e São Paulo – Estado que mesmo desde os anos 60 possuindo a maior zona produtiva do país, o Vale do Ribeira, não conseguia produzir fruta suficiente para o consumo interno. Já a produção em larga escala do sul catarinense se estabeleceu e vigorou quase que simultaneamente a do norte só que abastecendo preponderantemente o Rio Grande do Sul que só contava com uma pequena área produtora no norte do estado (Torres).

²² Pelo caráter pouco difuso dos sistemas de objetos e ações e pelo ar provincial das cidades catarinense em meados do século XX a circulação de gêneros se dava em esferas locais com a produção e o consumo se encerrando em um raio de poucos quilômetros. Desta maneira presenciamos, por exemplo, até o início dos anos 70 que a banana consumida em Florianópolis, São José e Palhoça sendo era provida especialmente por Tijucas e Biguaçu. Particularmente ressaltamos a longevidade da produção bananícola neste circuito regional-local pela existência em Tijucas no final dos anos 20 de uma empresa de beneficiamento de farinha de banana.

3.2.1 A incorporação regional

Se, nas primeiras décadas após a consolidação das primeiras famílias de origem italiana em Jacinto Machado, a banana ocupou um pequeno papel na economia agrícola, caracterizado pela supremacia da condição de cultivo de subsistência e autoconsumo sobre a condição mercantil, no final dos anos 60 a fruta já se apresentava como a principal atividade do município tornando-se símbolo local da *incorporação* do espaço agrário na modernização capitalista.

Trabalhando com as singularidades do processo de desenvolvimento espacial do Vale do Ribeira no estado de São Paulo, Muller (1980) afirma que a *incorporação* é a ampliação de uma rede de novos espaços (lugares) através do desenvolvimento explícito do processo de urbanização das cidades. Para este autor, o movimento de incorporação a trocas mercantis não se reduz ao intercâmbio entre áreas estagnadas e a área urbano-industrial. Caso assim fosse, não passaria de repetição de pretérita e característica conduta segundo a qual o capital comercial restringia-se à coleta de excedentes agrícolas. A incorporação considerada tampouco se reduz à ampliação da fronteira nos moldes das tradicionais frentes de expansão, mas é acima de tudo uma *organização produtiva superior* que redimensiona o papel relacional entre os diversos lugares.

Milton Santos (1979) entende que o capital, materializado e pensado pelo trabalho humano é uma relação *a priori* sem fim. Ele constrói sua necessidade de reprodução através do trabalho pretérito tendendo a expandir-se por meio das capacidades técnicas e científicas construídas. Deste modo promove a especialização e/ou ainda da re-funcionalização dos lugares com novas relações de trabalho, mais ajustadas ao propósito de sua expansão no *momentum*, ao mesmo tempo em que também cria subsídios para tentar proceder esta renovação *ad infinitum*.

O caráter do desenvolvimento espacial de Jacinto Machado nos anos 60 se torna marcadamente horizontal, para utilizarmos uma noção própria de Milton Santos, ou seja, influenciado por uma relação de contigüidade e/ou aproximação de um pólo urbano, pelas facilidades instituídas no âmbito material (infra-estrutura). A conformação deste arranjo afirma o aspecto regional enquanto um momento distinto da formação sócio-espacial do

lugar.

Mamigonian (1965) diz que o fenômeno da regionalização²³ (de base econômica) é o primeiro período de uma mediação entre as forças do local e do global, do singular e do universal, na medida em que os lugares exercem funções produtivas próprias e diferenciadas, mas capitaneadas e sustentadas pela dinâmica da urbanização .

Segundo Muller (1980:18):

“A *incorporação* (regional) verifica-se na medida em que o diminuto capital comercial local vai sendo negado como garantia da realização dos valores produzidos regionalmente e substituído pelo capital industrial e comercial urbano, relacionando a realização dos valores locais.” Muller (1980:18)

Pode-se então dizer que a expansão demanda por abastecimento, relacionado especialmente ao processo de acumulação comercial/industrial do Rio Grande do Sul com a metropolização de Porto Alegre e da cidade de Caxias nos anos 60²⁴, firmou o primeiro momento da fase expansiva da produção bananícola. Naquele momento as bananas de Jacinto Machado, que eram *apenas mais um produto comercializável* da produção familiar, se tornaram a tradução local de um processo de regionalização econômica SPECK (2004).

Com base na proximidade geográfica e nos limites técnicos do arranjo de objetos confirmou-se uma ação de polarização com o mercado gaúcho impulsionando o padrão de acumulação da agricultura de Jacinto Machado rapidamente para fora do circuito original de pequena produção mercantil/subsistência. Em números absolutos, o município aumentou a área plantada com banana em quase 14 vezes, passando de 247 hectares em 1960, para aproximadamente 3.463 hectares no ano de 1970 (IBGE).

²³ Adotamos aqui a noção de região com base na proposta da Geografia Ativa que via as atividades produtivas de uma dada extensão do espaço sendo dirigidas e coordenadas pelos centros urbanos de maior expressão. Esta corrente do pensamento geográfico dos anos 60 de origem francesa que até hoje influencia estudiosos do rural e do urbano considerava que uma região será “mais madura”, no sentido evolutivo do termo, quanto maior for a importância do seu centro (pólo) para a nação e quanto maior for a influência que esse centro exerce sobre seu território. LENCIONI (1999)

²⁴ Segundo Singer (1974) embora atestando um crescimento econômico inferior do que a média da economia brasileira no período de 1920-1970, o Rio Grande do Sul permanecia como o terceiro estado na produção industrial com 8,1% do total nacional, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro e como maior taxa de urbanização dos três estados sulinos. Sua população neste período segundo os censos do IBGE aumentara mais de três vezes, com maior expansão absoluta entre as décadas de 1950 quando passou de 4.164.821 habitantes para 6.664.841.

Através da conformação regional o cultivo ganhou fôlego no município ultrapassando ainda em meados dos anos 70 o estigma de cultura de *fundo de quintal*. Além disso a produção deste gênero se beneficiou da inexistência até o início da década de 80 de muitas áreas produtoras-competidoras, ou seja, a produção bananícola jacintomachadense se baseava em um quadro nacional caracterizadamente favorável ao crescimento absoluto, já que existindo muitos compradores não havia oferta que não fosse consumida.

Podemos, portanto interpretar a transformação espacial como um resultado de uma divisão regional do trabalho, onde Jacinto Machado, enquanto lugar produtivo ocupava uma *função hierarquizada*, de importância diferenciada (singular) em relação a outros espaços. De acordo com Sanchez (1981):

“Uma vez alcançado o modo de produção capitalista << a lógica do proveito e da eficiência econômica conduzem por um lado a apagar toda diferença essencial entre-cidades e a fundir os tipos culturais no tipo generalizado da civilização industrial capitalista; por outro lado, a desenvolver a especialização funcional e a divisão do trabalho no marco geográfico, e, portanto a criar uma hierarquia funcional entre as aglomerações urbanas”
SANCHEZ (1981:159). Tradução livre

Desta forma acreditamos que através do exercício da *função* produtiva de que fala este autor, estabeleceram-se os limites técnicos da penetração capitalista daquele espaço. Desenvolvendo-se sob o fôlego de uma economia urbana, a bananicultura contava com subsídios para forjar uma especialização do local, ainda que se mantivesse sob uma estrutura agrícola frágil.

O exemplo mais proeminente é a evolução das relações produtivas na bananicultura. A partir de uma relação de *horizontalidade espacial*²⁵, a bananicultura assistia uma grande

²⁵ A abordagem sobre as *formas-processos* de produção horizontais está contida em SANTOS (1997) e é aqui admitida, pois discute os arranjos funcionais e territoriais qualitativamente. Ao se contrapor à noção das *formas-processos* verticais, se efetiva como uma ótica geográfica da condição do desenvolvimento espacial.

De modo sintético este autor chama de horizontalidade as extensões formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade possuindo características complementares entre si como, por exemplo, um sistema produtivo adequado em uma região. Por outro lado, a noção de verticalidades são os pontos geograficamente distantes que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. Sua tipologia são as redes que funcionam criando movimentos centrípetos - de coesão e integração espacial como as genéricas tecnologias de melhoramento de produção agrícola (que podem gerar horizontalidades); e centrífugos - de desagregação e ruptura territorial criando, por exemplo, dissonâncias

capitalização de alguns produtores, sendo que os maiores chegando a adquirir caminhões para realizarem o transporte aos centros consumidores, transfigurando-se em autênticos atacadistas de origem - os chamados *bananeiros* – e criando um novo patamar de acumulação ao recolher também a produção de pequenos produtores.

Verificava-se nessa maneira, também a sentença proferida em MALUF (2004), de que:

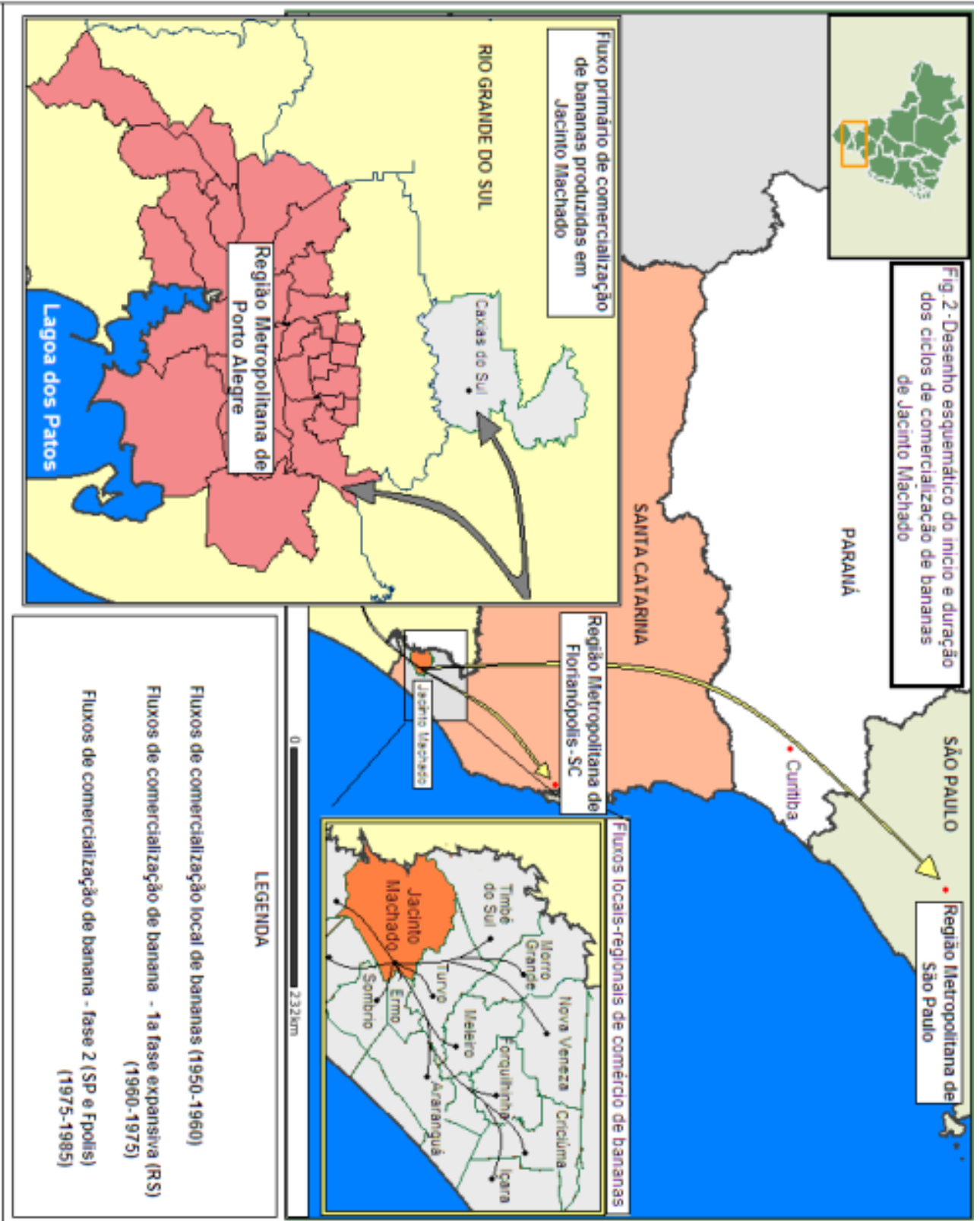
“(...)a manutenção do perfil diversificado das unidades de produção familiares rurais, com seus múltiplos vínculos mercantis, tende a se ver comprometida pelas pressões competitivas na direção da elevação da escala de produção e, conseqüentemente, de um maior grau de especialização produtiva. A aplicação dos recursos (terra, capital, mão-de-obra e recursos financeiros) passa a se concentrar num leque reduzido de produtos e a inserção mercantil dirige-se mais fortemente às cadeias integradas e aos mercados correspondentes nacional ou internacional” (MALUF, 2004).

Em Jacinto Machado, essa feição é uma tradução relativa da elevação do padrão de rentabilidade no campo. Como se pode inferir pela **Foto 3** (na pág 74), a boa situação de mercado estimulava a produção no município a crescer em ritmo acelerado, e a incorporação tecnológica aumentava, embora de maneira desigual e descompassada ao ritmo o crescimento produtivo.

Ainda que a atividade proporcionasse a evolução do poder de compra da população, criava-se um universo de pequenos produtores subjugados aos ditames dos comerciantes e que exploravam a bananicultura de maneira pouco sustentável, muitas vezes apenas se aproveitando da capacidade natural de frutificação da espécie e sem se preocupar com exigências de manejo. SPECK, (2004).

Foto 3 – Caminhões transportadores de banana durante a Festa do Colono – 1974.





3.2.2 A bananicultura como processo: condição da urbanização local

O processo de especialização para a bananicultura, embora não acompanhado proporcionalmente pelo efetivo aumento da composição orgânica do capital como verificado em outras culturas agrícolas converteu-se em raiz do macro-processo de urbanização local e de aumento populacional conforme demonstraremos a seguir.

Ao atentarmos o **gráf. 1** notamos que o crescimento populacional de Jacinto Machado, até a década de 1950 não supõe ligação a alguma dinâmica produtiva maior. Muito mais importante para essa conformação era o processo de ocupação de terras que se iniciara na década de 10²⁶, realizado pelos descendentes de europeus provindos de municípios vizinhos e de gaúchos de *cima-da-serra*.

A marginalidade da acumulação capitalista (na escala local/rural) mantinha ínfima a taxa de crescimento da população total naquele período, não superando os 0,7% anuais. A população urbana, mesmo com uma maior expansão em relação à população rural também não era expressiva, denunciando a ausência de um padrão efetivo de acumulação.

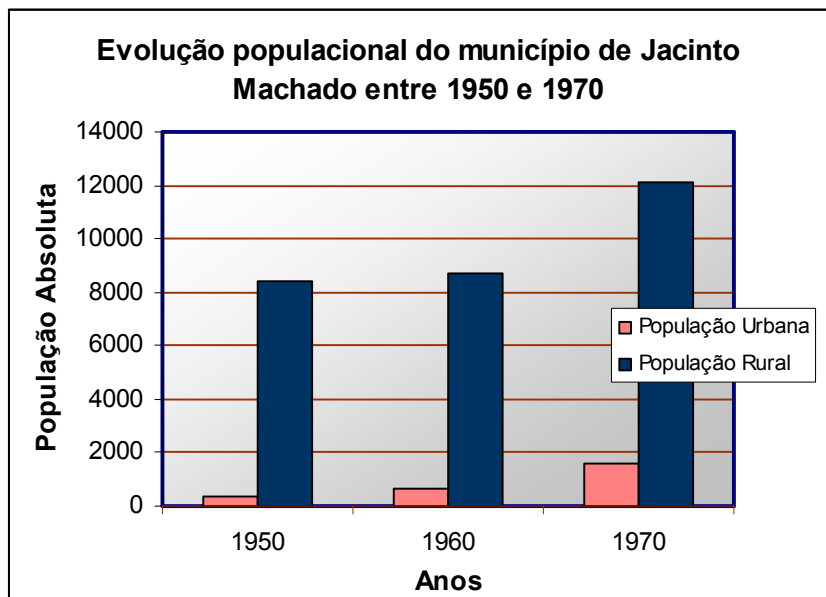
Muito embora já se efetuassem trocas comerciais desde o início da colonização italiana, as práticas produtivas eram pouco resistentes às vicissitudes do sistema de objetos implementados naquele íterim. Ferrarias, serrarias, armazéns, curtumes, engenhos e outras manufaturas prestavam serviços essenciais, mas possuíam pequenas margens de acumulação e de diferenciação social. Esta situação obrigava até então o *não-desprendimento* das práticas estrategicamente articuladas à subsistência e a segurança alimentar familiar. A prática comercial, embora existente estava vinculada ao que segundo Lamarche (1998) chamaria de *modelo camponês* – com baixa capitalização e pouco utilização de tecnologias.

O crescimento populacional absoluto se efetuou no momento em que a produção bananícola do município transpôs o limite da comercialização local e esporádica. Um contingente sem precedentes na história local passou a se dirigir para o município,

²⁶ Disputas violentas entre os latifundiários – os *donos* originais das terras - e os italianos posseiros foram comuns em toda a região sul catarinense (Prates & Almeida). Os últimos adquiriram-nas através de troca por excedentes comerciais, instrumentos ou pelo estabelecimento do *direito de uso*, sendo até hoje passadas como herança de pai para filho.

principalmente dos Municípios de Meleiro, Sombrio, Praia Grande, Turvo e Timbé do Sul.

Gráf. 1 – Evolução populacional do município de Jacinto Machado entre 1950 e 1970



Fonte: Dados dos censos agropecuários do IBGE

A partir do final dos anos 60 a remessa de bananas de Jacinto Machado para os estados do Rio Grande do Sul aumenta consideravelmente e a transformação espacial toma a forma da expansão do perímetro urbano.

Agências financeiras e cooperativas de créditos são criadas e a população total cresce de maneira singular. A acumulação proveniente da fruta impele o crescimento do município, fazendo-o receber um importante aporte migracional. Pode-se dizer, então que a banana construiu as bases de desenvolvimento espacial do município de Jacinto Machado. Se atentarmos para a **tab. 5** na página a seguir, veremos que até o início da década de 80, este município possuía a maior população e gozava de maior desenvolvimento econômico dentre todos aqueles em que a migração italiana se fez sentir no primeiro quarto do século XX.

Tab. 5 – População de alguns municípios do sul catarinense

Municípios	1960	1970	1980	Variação 1960-1970		Variação 1970-1980	
				Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta
Jacinto Machado	9375	13689	12333	46%	4314	-10%	-1356
Meleiro	8597	11306	10697	32%	2709	-5%	-609
Praia Grande	6957	7451	8012	7%	494	8%	561
Santa Rosa do Sul	5649	6152	5308	9%	503	-14%	-844
Siderópolis	9010	9759	9493	8%	749	-3%	-266
Sombrio	8984	11894	11986	32%	2910	1%	92
Timbé do Sul	6608	6300	5882	-5%	-308	-7%	-418
Treviso	3299	3582	2093	9%	283	-42%	-1489
Turvo	6072	8340	9371	37%	2268	12%	1031

Fonte: IBGE. Censos demográficos

Ressaltamos, no entanto que o segundo momento da evolução continuada da bananicultura não se fez unicamente aos moldes de uma incorporação regional, mas também acompanhou as condições de desenvolvimento ensejadas pelo “*Estado regulador*” e assim pela perpetuação do capital. Na verdade, o processo local de qualificação da banana como mercadoria se beneficiou de um conjunto de fatores que transpassam os limites regionais:

- a) a consolidação de infra-estrutura viária - abertura, implementação e asfaltamento de grandes vias de comunicação como a BR-101 e a SC possibilitou fluxos intercambiantes de mercadorias nunca antes testados. Os lugares e territórios se aproximaram, construíram ou adaptaram novos processos e assumiram papéis espacialmente diferenciados dentro da esfera capitalista da produção, distribuição, circulação e consumo;

- b) a intensificação da urbanização e industrialização especialmente das grandes e médias cidades com o aumento exponencial da população e o conseqüente aumento de demanda por abastecimento alimentar;
- c) a construção de centros de estocagem e de armazéns pelo governo, as chamadas CEASAS, com vistas a estabilização dos procedimentos de comercialização agrícola;
- d) a pouca concorrência inter-regional entre as áreas produtivas. Este elemento parece ser fundamental para explicar a “*especialização*” ocorrida em certas regiões. Até a década de 70, existiam poucas áreas produtivas no Brasil capazes de abastecer com regularidade os mercados, o que motivava a sazonalidade de oferta, controlada pelos atacadistas de destino (compradores). O aumento da produção bananícola em Santa Catarina claramente se vinculou em atender demandas que provinham de outros Estados brasileiros.

Enfim, a melhoria do *sistema de objetos* ensejou a mudança de escala no destino da produção de bananas. Sucederiam-se, em crescente freqüência, os primeiros fluxos de banana para Estados mais distantes e o município de Jacinto Machado começaria a se inserir no espaço nacional como uma área agrícola de maior importância econômica e social.

3.3 A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA NAS ENCOSTAS: A BANANICULTURA NA MUDANÇA NA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA AGRICULTURA MUNICIPAL.

A funcionalidade específica da lavoura da banana só se justifica plenamente dentro da estratégia de reprodução familiar local de articulação econômica dos setores capitalistas (agroindústrias, atacadistas). Ao mesmo tempo em que torna o espaço agente participativo da divisão social do trabalho, a função produtiva exercida numa perspectiva integradora é capaz de exprimir o caráter da tomada de decisão do grupo social.

Como nos fala SILVA (1999:142) “o campesinato não é independente, nem está desconectado do circuito global do capital”. Muito pelo contrário, ele (no sentido da agricultura familiar) é constantemente conduzido a re-converter sua autonomia produtiva original (meios de vida) com base nos mecanismos de mercado em vários níveis, sejam nas obrigações da técnica, nas necessidades domésticas, ou ainda na subordinação direta ao capitalista comercial ou industrial.

Ao tomarmos a agricultura familiar enquanto uma categoria tipificada do espaço rural local, temos em mente, portanto que acima de tudo suas ações são diferentes no tempo e no espaço. Se voltadas a atender as necessidades básicas das famílias sobre uma ótica de construção dos laços de integração com o mercado, elas não podem ser avaliadas fora da concretude em que se encontram. Wanderley (1998)

3.3.1 Da dependência do fumo para a segurança da banana.

Como nos mostra a **tab. 6** a seguir, em Jacinto Machado, particularmente o período que nominalmente se inicia em meados dos anos 60, se estende por toda a década de 70 é marcado pela adaptação espacial inequívoca à bananicultura. Como outrora já mencionamos, este cultivo vai, na verdade, capitanear a entrada do município no processo de divisão regional do trabalho.

Tab. 6 – Principais cultivos de Jacinto Machado em 1970

<i>Produto</i>	<i>Informantes</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Produção (t)</i>
Arroz	706	2898	3960
Banana	1499	3463	26830
Fumo	417	*	1656
Milho	895	2456	2082

Fonte: censo agropecuário IBGE 1970

É marcante perceber naquele período a força de *modelamento* espacial do cultivo no arranjo da ocupação do solo. Embora não podendo constatar precisamente por falta de

dados objetivos da época admitimos a hipótese que a forma com que a bananicultura se firma no município de Jacinto Machado se insere em uma lógica de potencialização mercantil da agricultura familiar. Vinculando-se como frente de ocupação de “*terras improdutivas*” (pastos, matas) dos morros e encostas da Serra Geral este cultivo, inicialmente tomado com desconfiança pelos agricultores fora preferível em uma perspectiva original e singular de subsídio e valoração espacial das terras. Em contrapartida ao fumo que pagava aos agricultores apenas uma vez ao ano, a adesão ao cultivo da banana apresentava-se como uma ótima alternativa porque poderia funcionar como uma espécie de reserva-de-valor, ou seja, uma remuneração mensal hipoteticamente estável ao produtor no sentido tipificado de uma renda-salário²⁷.

A fumicultura, embora rentável como nenhuma outra atividade na ocasião, era espacialmente limitada²⁸, e o processo produtivo era controlado pelas fumageiras. A lógica industrial forçava muitas vezes o agricultor a especialização, tendo naquela atividade sua única fonte de renda monetária. Pela ampla necessidade de controle da qualidade da safra do produto, a ocupação do agricultor com outras atividades comerciais era minorada e ao mesmo tempo quando ocorria era vista com maus olhos pela empresa.

O grande problema da especialização na fumicultura era a insegurança dada pela cultura. Vez por outra o agricultor era acometido por imprevistos e necessitava de uma imediata utilização de capital-dinheiro. A forte dependência do fumo (que também acarretava muitos problemas de saúde), deixava os agricultores vulneráveis e aflitos com a possibilidade de não conseguir meios de sobrevivência para aquele ano de trabalho. Assim o Sr. R.R. (55 anos), morador do Distrito de Serra da Pedra nos dá um exemplo da importância da banana nesta dinâmica:

“Quando deu aquele vendaval (...) há uns trinta anos atrás, né! (...) Destruiu tudo aqui nas encostas. Derrubou muitas casas, árvores (...) muita estufa de fumo foi pro chão, sim! (...) Teve uma família lá na Linha

²⁷ Para entender a função da bananicultura pode-se traçar um paralelo (com devidas restrições) com a obra de Carneiro (1998) onde ela também discute sobre a necessidade/importância do trabalho assalariado para os camponeses do departamento francês de L'Isere para a manutenção e funcionamento da propriedade rural.

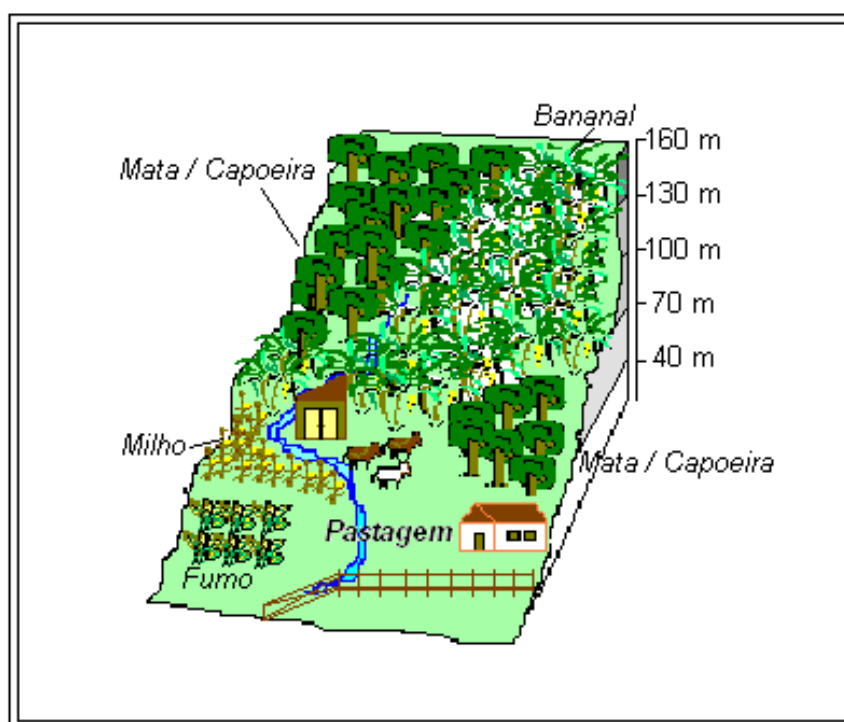
²⁸ Raríssimas vezes ultrapassando 5 ha por estabelecimento, devido sobretudo a ampla necessidade de cuidados específicos na lavoura (aplicação de veneno, capina, colheita, estocagem, fardagem, secagem), que vez por outra chegavam a transcender a força de trabalho meramente familiar.

São Pedro que morreu dentro de casa. Perdemos muita banana, também(...) Mas naquele mês nós tinha um dinheiro da venda da banana. Foi dali que nós conseguimos sobreviver e recuperar o que tinha perdido”

Com uma necessidade menor de dedicação (força-de-trabalho) e de insumos para produzir em comparação a lavoura do fumo, a bananicultura acabara possuindo um custo-benefício²⁹ igual ou superior para o agricultor, ao mesmo modo que se apresentava como uma maneira de libertação das amarras do sistema de integração produtor-fumageiras, criava perspectivas de melhorias da renda na atividade agrícola.

Deste modo, a produção sob o panorama produtivo encontrava meios para a manutenção da valorização das propriedades.

Fig. 7 – Esboço esquemático de uma propriedade de encosta.



²⁹ Além de poder ser cultivada em grande escala, diferentemente do fumo que prescinde de um cuidado integral durante certas partes do ano por parte do agricultor e de sua família, a bananicultura era uma alternativa viável a ocupação das áreas íngremes onde era basicamente impossível o cultivo e o trato de culturas anuais.

3.3.2 O parcelamento das terras, a valorização da encosta nos anos 70 e a da concentração fundiária: uma leitura pela banana.

A rede coesa e crescente de fornecimento de banana aos mercados do sul e sudeste do país só fez crescer o número de produtores. Em 1970, ainda sob forte domínio do mercado gaúcho, praticamente 60% das propriedades do município contavam com alguma área plantada com banana-prata, e em 15 anos, de 1970 a 1985, a área de produção bananícola aumentou quase 20%, chegando a pouco mais de 4.000 ha em 1036 estabelecimentos o que fez o município ser conhecido como a capital catarinense da banana (FIBGE, 1970).

Para se ter uma idéia da importância do município, em 1975 o município sozinho era responsável por cerca de 19,8% da área cultivada com banana no Estado de Santa Catarina (FIBGE, 1975). Comparativamente os dois municípios do Norte catarinense (Corupá e Garuva), que posteriormente viriam a capitanear uma *zona produtiva especializada* com apoio técnico-institucional da EMPASC/EPAGRI, não possuíam juntas sequer a metade da área de produção da frutífera de Jacinto Machado.

Segundo o **gráf. 2** da página a seguir, supõe-se que, os bananais enquanto materialização³⁰ de um primeiro momento da ampliação da escala produtiva da economia local foram importantes na conformação da estrutura agrária.

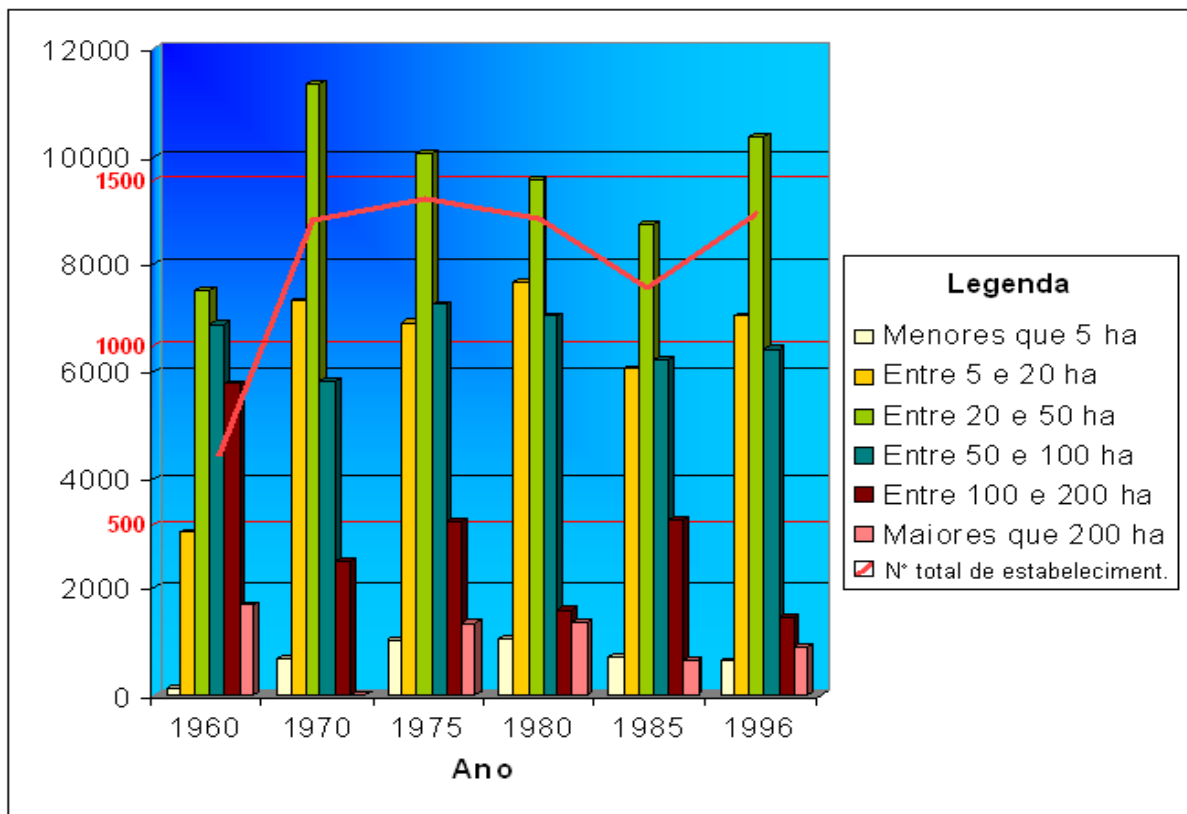
Pode-se discernir dois momentos no panorama do movimento fundiário cujos momentos comerciais da bananicultura auxiliou fortemente: um que se inicia nos anos 60 e um outro que toma forma a partir da década de 70.

Com base nos dados dos censos agropecuários (FIBGE, 1960;1970), entre os anos de 1960 e 1970 a expansão impressionante da bananicultura ajudou a promover, além do incremento da área agricultável municipal em cerca de 10,6%, passando de 25.008 para 27.683 hectares, um re-dimensionamento da estrutura fundiária com o parcelamento das propriedades com mais de 100 hectares. Elas foram reduzidas em mais 60% em números

³⁰ Reforçamos aqui a defesa de nossa tese de que, embora houvesse um início de acumulação com base na policultura, a bananicultura fora o primeiro cultivo que, de fato estabeleceu um divisor de águas na produção agrícola familiar em termos de geração de renda.

absolutos e quase 67% sobre o percentual da área. Grande parte deste parcelamento de terras resultou em um maior número de estabelecimentos entre 20 a 50ha, que, de acordo com nossas pesquisas de campo eram as que possuem a bananicultura como atividade principal;

Gráf. 2 – Evolução do número de estabelecimentos e das áreas dos estratos



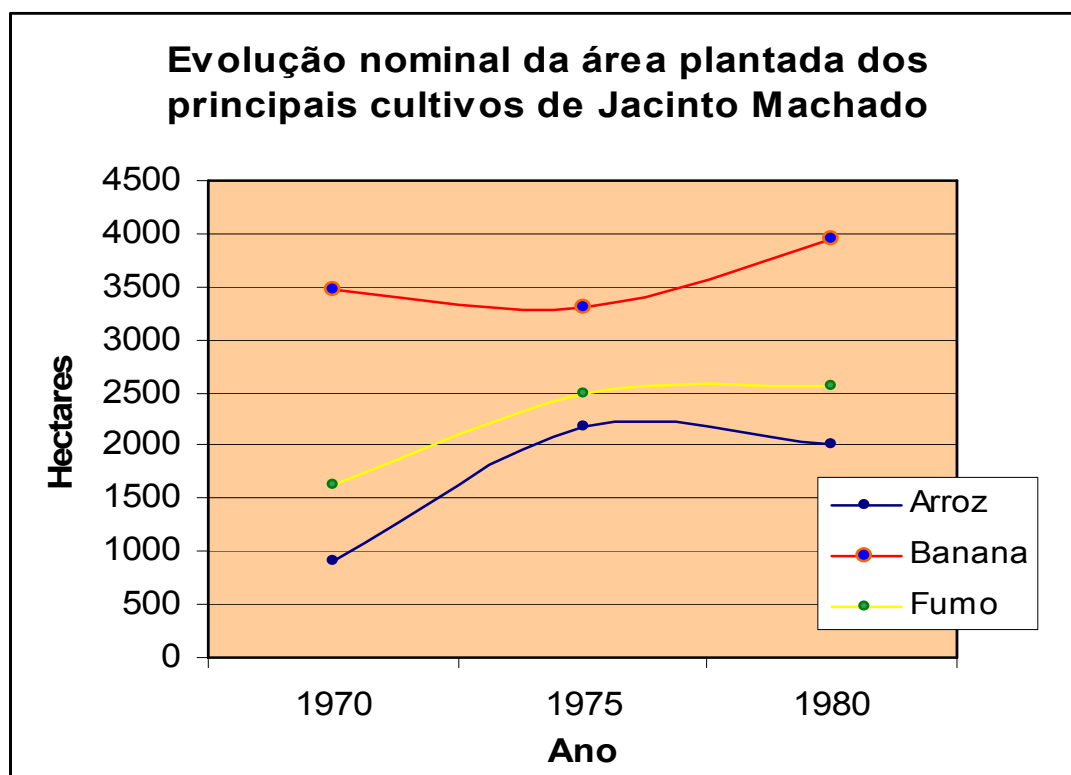
Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários 1960-1996. Elaboração e edição: Matheus Speck

Num segundo momento, a partir da primeira metade 70 com a acumulação diferenciada dada pela banana pode-se dizer que se estabelece um processo de concentração de terras com a evolução da área dos estabelecimentos maiores que 50ha, além de um aumento efetivo de aproximadamente 9% da área agricultável total. Com muitos produtores se capitalizando, sendo alguns também se tornando atravessadores, os bananais se expandiram nas propriedades, tomando áreas de pastagens de outros cultivos de menor lucratividade. Como atesta MOREIRA (1999; 1997) pode-se dizer que a julgar pela elevação quantitativa da produção, se inicia um processo de incorporação do capital social a terra com

a transmutação dos *valores de uso* originalmente preferenciais. No caso específico do nosso estudo, a bananicultura, enquanto atividade agrícola e *processo social* se torna a força propulsora de valorização da terra na taxa de lucro média.

A bananicultura, responde como principal contribuinte na configuração da estrutura fundiária local até o final dos anos, sendo, portanto possível uma análise social da evolução da forma de uso da terra através da atividade.

Gráf. 3 – Evolução nominal da área plantada dos principais cultivos de Jacinto Machado entre 1970 e 1980.



Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1985.

Deve-se ressaltar que a partir de 1980, ocorre um redimensionamento no padrão de desenvolvimento espacial devido a crise e decadência da cultura da banana, assunto que será abordado ao final deste capítulo, e a expansão da atividade rizícola incentivada pelo Provárzeas.

SILVA (2003), classifica o Provárzeas como de inequívoco valor para a inclinação à especialização produtiva com a grande incorporação de tecnologias modernas de produção irrigada nos municípios da região sul de Santa Catarina, levando-os a colocarem-se entre os mais destacados no cenário nacional em nível de produtividade. O cultivo do arroz irrigado na característica de um pacote tecnológico clamou pelo rebaixando da composição orgânica do capital social ao mecanizar funções que há pouco tempo atrás eram realizadas manualmente. O resultado além de uma nova diagramação da estrutura fundiária, com especial aumento dos estabelecimentos de 20 a 50 hectares, foi o esvaziamento do campo e uma urbanização mais acentuada na última década.

O pró-várzeas homogeneizou as planícies, adequando-as à rizicultura irrigada. Atualmente, todo o arroz cultivado no município é do tipo irrigado. As várzeas são periodicamente inundadas pela água canalizada de rios, sendo que a grande maioria dos rizicultores do município cultivam em pequenas propriedades entre 10 ha a 50 ha, localizadas na planície aluvial, em terrenos planos e argilosos.

Foto 4 - Caixas de banana-prata esperando o embarque com a plantação ao fundo.



Na realidade, com o binômio bananicultura-fumicultura, a encosta se torna um território *preferencial de desenvolvimento*. Apesar de não se conseguir estatísticas a respeito da evolução do preço da terra do município naquele período, duas entrevistas gravadas trazem excertos interessantes de moradores a respeito desta particularidade.

“...se eu te disser que naquele tempo essas terras daí de baixo não tinha ninguém pra comprar tu me (sic) acredita?...Ninguém queria...Todo mundo que vinha pra cá queria as terras de cima. ... As terras eram caras, sim...era da banana, né? Todo mundo queria plantar por que dava muito dinheiro...todo o mês, né”. V.F., 94 anos (morador de Serra da Pedra e segundo muitos o habitante mais antigo do município).

“...Teve um tempo em que quem plantava nas encostas era considerado rico. Tu vê! Só se produzia banana nessas terras...era muito mais valorizada que as “vargem”....Tinha o arroz, né!? Mas o que dava dinheiro era banana”. S.A. 55 anos (morador de Pinheirinho).

Na agricultura a terra, embora primordialmente meio de produção se torna mercadoria (possuidora de valor) por que ela passa a representar essencialmente um recurso (capital produtivo) em potencial, parte integrante do capital produzido pela sociedade na sua diversidade de organizações produtivas. No entanto, como afirma MOREIRA (1999:96-97) “o *crescimento relativo do valor da terra não implica necessariamente em uma elevação da produtividade do trabalho*” pois, de fato depende de uma contrapartida na evolução da composição orgânica do capital social.

Não obstante o virtuoso crescimento absoluto na área total, a banana permanecia atrelada a um sistema de produção, com baixo investimento tecnológico na lavoura.

O apelo à rentabilidade pela bananicultura provocou o aumento do preço das terras naquelas circunstâncias. Mas, diferentemente de um processo de homogeneização espacial das encostas ela não confirmou uma esperada especialização produtiva.

A qualificação do processo de acumulação que nos fala Marx (1991) não poderia

somente manter-se sob os níveis de composição orgânica do capital, sob pena de manutenção de uma produção estacionária, a qual o resultado incidiria diretamente sobre a valorização das terras, *in loco*.

3.3.3 A industrialização da banana: sinais de novos rumos?

Embora Jacinto Machado já contasse desde a década de 60 algumas unidades industriais³¹, fora especialmente através da acumulação agrícola na década de 70 que ocorreu uma expansão do setor secundário no município.

Como o adensamento do núcleo urbano, a industrialização de Jacinto Machado fora um processo lógico que respeitou os moldes da inserção do lugar na divisão territorial do trabalho. Como a bananicultura logo se mantinha como o carro-chefe da economia municipal, liberando recursos para a economia urbana o que se presencia era que logo a um gérmen de circuito agroindustrial³².

Tanto a expansão horizontal como a acumulação social (local) daquela atividade foram estímulos para a abertura de duas empresas alimentícias já na primeira metade dos 70. Com a abundância de matéria-prima e a facilidade de escoamento da fruta para grandes centros urbanos (Porto Alegre, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Rio de Janeiro) através da recém inaugurada BR-101, estas indústrias se especializaram no mesmo rol de produtos: o fabrico de mariolas e balas de polpa de banana. Embora não fosse em grande escala de produção e de distribuição, a industrialização da banana gerava ocupação para boa parte do setor secundário municipal.

Não obstante a geração de emprego e renda efetivada com a instalação daquelas

³¹ Em tempo, ressaltamos conforme algumas entrevistas, que Jacinto Machado dispunha no final dos anos 60 de poucas unidades fabris com empregados. Pode-se citar nominalmente uma empresa de extração de seixos rolados, utilizados para a construção de estradas vicinais, uma indústria de transformação alimentícia (farelo de arroz), e ainda uma pequena manufatura de móveis.

³² Não estamos aqui interessados na discussão do termo que implica em uma compreensão diferenciada pelos muitos estudiosos do rural. No entanto, queremos assumir aqui o sistema agroindustrial como a somatória das operações envolvidas na manufatura e distribuição dos insumos (antes da porteira); as operações na fazenda (dentro da porteira) como plantio, colheita, tratamento do solo, etc, e; por fim o armazenamento, processamento e a distribuição das mercadorias da fazenda e itens deles originados (depois da porteira). DINIZ (1984)

plantas torna-se importante ressaltar a natureza do fenômeno da industrialização da banana em escala local.

Resumimos em dois pontos o nascimento da indústria da banana local como um acontecimento sem grandes implicações qualitativas para o desenvolvimento setorial e para distribuição social da mais-valia pela bananicultura. Em nosso trabalho anterior (2004) avaliamos que a indústria apenas aproveitou:

- i) a grande quantidade de cachos perdidos e descartados no período da colheita, bem como pelas práticas de cultivo tradicionais;
- ii) as propriedades físico-químicas da banana produzida em Jacinto, (prata-anã) considerada ótima para o fabrico da polpa.

As indústrias coletavam caixas de “*bananas de descarte*”³³ de agricultores fixos, pagando-lhes cerca de metade do preço de uma caixa considerada de “*primeira*” ou de boa qualidade. No princípio poucos agricultores queriam vender para as empresas como atesta o depoimento do agricultor G.A. (70 anos):

“...a última escolha era cortá pra indústria, né! Eles só pegavam banana de segunda, e pagavam menos. Nós cortava pra vende ali pro Saretto que levava pra São Paulo, Porto Alegre e tudo mais” G.A. (70 anos, morador de Linha São Pedro)

³³ A “banana de descarte” era assim denominada pelos atacadistas e comerciantes por apresentar imperfeições no fruto. São, portanto, desqualificadas para a apresentação nas gôndolas dos mercados, mas são .

Prancha 1: Exemplos da banana utilizada pela indústria para a fabricação de doces



Deste modo, pode-se assumir industrialização, não como um fenômeno da evolução socio-técnica em si mesmo, mas muito mais um corolário das *vantagens espaciais* do sistema produtivo familiar da banana³⁴.

Estas vantagens não eram para as indústrias apenas a de uma localização privilegiada no tocante à matéria-prima. Eram antes de tudo fundamentadas na falta de gestão setorial da cadeia da banana, pulverizada por pequenos comerciantes locais. Assim pode-se dizer que o capital industrial apenas conjugou as funcionalidades já implementadas não se atendo para a possibilidade de dinamizar os processos ou as estratégias produtivas

³⁴ Apenas a título de exemplo, de acordo com o IBGE (1975) em 1974 cerca de 2,11% dos bananicultores catarinenses declaravam utilizar algum tipo de maquinário para a colheita, empregar técnicas padronizadas de cultivo, ou ainda de realizar um manejo na lavoura. Este dado reforça a inserção marginal da atividade bananícola no âmbito da modernização da agricultura no Brasil.

historicamente alicerçadas. Vigorou, portanto aproveitando as especificidades contidas em um modelo produtivo que já dava claros sinais de obsolescência tecnológica com o objetivo único de *maximização do lucro*.

A difusão espacial das formas de uso da terra na banana logo traria um castigo aos produtores locais com a necessidade de expansão da fronteira agrícola no país.

Lembramos, então que enquanto mercadoria *in natura*, a banana respondia a altura da demanda por que basicamente até final dos 70 não sofria concorrência com a produção de outros estados. Sua posição era de monopólio conquistado.

3.3.4 A chegada da banana na Região Sudeste, a instabilidade produtiva e o novo significado da produção de bananas a partir dos anos 80.

A década de 80 inaugura um novo momento na divisão espacial do trabalho na bananicultura. Nas páginas anteriores deste capítulo vimos que o desenvolvimento desta atividade obedeceu a uma progressão nos termos em que Sanchez³⁵ tipificou em sua obra '*La geografía y el espacio social del poder*' (1981). Se nos anos sessenta havia uma racionalidade baseada na pequena produção mercantil e no intermitente comércio de escambo (tropeiro), passando para uma produção em maior escala e com novos moldes sociotécnicos para o regular abastecimento das cidades gaúchas ao longo dos anos 70, a partir especialmente dos anos 80 pela incorporação continuada do sistema de objetos no país, ocorre à expansão do raio de atuação da cadeia de bananas partida do município.

No entanto, a ordenação do território nacional não se constituiu o único ponto para a ocorrência do fenômeno do aumento da escala de abrangência da banana de Jacinto Machado. A ocasião da crise de abastecimento³⁶ de algumas metrópoles (São Paulo e Rio

³⁵ Sanchez (1981) afirma que a divisão espacial do trabalho obedece a uma ordenação das funções produtivas, partindo de uma fase onde a produção-circulação-consumo são locais, passando para uma dialética rural-urbano, nacional-regional e por fim internacional. Este modelo não quer supor que as relações sociais não ultrapassem tal articulação, mas apenas expressa que existe uma tendência de orientação das práticas produtivas.

³⁶ O aumento expressivo da população dos centros urbanos solicitava a reordenação dos fluxos de insumos e alimentos e a ampliação da fronteira agrícola. A *hinterlândia*, não mais suportaria ser a fonte exclusiva de matérias-primas para o usufruto

de Janeiro especialmente) relatada por BELIK (1999) parece ser o fator-chave da mudança dos fluxos de alimentos *in natura* naquele momento histórico. Este redirecionamento proporcionou a origem de um regime de comercialização nunca antes testado, e, por conseguinte o estabelecimento de um *novo* circuito comercial para a banana catarinense.

Salientamos, assim que a banana-prata proveniente de Jacinto Machado não fora a única beneficiada. O crescimento espantoso da área de produção de banana caturra da região do litoral Norte catarinense provavelmente está vinculado a este fator, bem como as facilidades de comercialização promovida pelos novos padrões de relacionamento entre as esferas do comércio e da agricultura, onde podemos citar a assinatura de um contrato de distribuição, a entrega *just in time*, e o pagamento do produto ao final da transação.

Em Jacinto Machado, por cerca de cinco anos a banana foi intensamente escoada para São Paulo. Articulado inicialmente pelos comerciantes D. R. e A. S. que levavam esporadicamente algumas cargas de banana para o sudeste nos anos 60 e 70, o fortalecimento desse fluxo representou um incremento de ânimo na produção, que rompia finalmente o nível de divisão espacial do trabalho ao se incorporar ao mercado nacional. Em pouco tempo, muitos caminhões vinham de São Paulo e se carregavam de produto no município para a viagem de volta. Os cachos recolhidos de dezenas de produtores eram embarcados em caixotes de madeira sendo levados para as CEASAS e de lá distribuídos especialmente para as feiras-livres, mas também armazéns e supermercados.

Acreditamos que o aporte de um maior volume de banana de Jacinto Machado na região sudeste e a solidificação das relações comerciais foram marcos históricos do desenvolvimento da bananicultura daquele município, pois conseguiu redirecionar momentaneamente o fluxo preferencial do Rio Grande do Sul. Em 1985, conforme o Censo Agropecuário do IBGE o município contava com quase 5.000 hectares plantados com a fruta, sendo que já se observava uma maior distanciamento da manutenção do processo de regionalização produtiva.

Pelos dados do ICEPA (1988), a partir da década de 80, a banana de Jacinto Machado era consumida na Grande Florianópolis, nos municípios próximos e vizinhos (Criciúma, Sombrio, Araranguá), mas ainda predominantemente no Rio Grande do Sul, o que

da crescente industrialização das cidades.

parece trazer a tona a íntima relação entre o aumento populacional urbano e o aumento do gasto e consumo per capita de alimentos.

J. C, (54 anos) comerciante de bananas no bairro de Dois Irmãos em Jacinto Machado nos concede um depoimento interessante sobre o destino de comercialização da banana:

“Há uns vinte anos (...) levava banana para São Paulo toda a semana. Eu fazia umas duas viagens por semana. (...) Aqui o pessoal entregava na CEASA. De lá ia para as feiras, né. Todo mundo comprava os legumes, as frutas na feira, então a gente vendia.” J. C. comerciante de bananas.

Fruto da grande mudança das relações comerciais nacionais, poder-se-ia dizer que a bananicultura então seguiria uma progressão livre para se manter como base de acumulação social municipal. No entanto, como sabemos todo o processo social não é linear e nem mesmo intangível a radicais mudanças de rumos. A atividade bananícola sofreria um período depressivo e veria sua importância econômica declinar na proporção do aumento da produção rizícola. Passamos então a pormenorizar alguns pontos de vista sobre as representações da crise da bananicultura no município.

3.4 OS MOMENTOS E AS FACES DA CRISE: DOS ANOS 80 AOS 2000.

Os processos produtivos não são apenas oriundos da técnica apropriada/desenvolvida *in situ*. Estudos de caso em geografia como, por exemplo, os trabalhos de Bernardes (1995), Welsh (1999) e Minatto (2002) dão conta que a lógica de reprodução das atividades na atualidade é derivada muito mais do grau de inserção sócio-espacial do capital (acumulação social do trabalho abstrato), ou seja, da condição de estruturação dos lugares. Os mecanismos e instrumentos (fixos) instituídos na materialidade (estradas, apoio estatal, agências financeiras, recursos, informação, ciência) podem ser considerados os principais promotores da organização dos territórios por que eles possuem a característica de potencializar *a produção do espaço*, originalmente estabelecida pelas intenções dos

indivíduos em diversas ocasiões e maneiras.

Quando então nos referimos a uma dada função produtiva de um espaço, temos em mente que ela se conjuga a um conjunto de termos sócio técnicos, e que por assim ser são avaliados no limiar de uma economia dos *custos-benefícios*. Sabe-se que a agricultura, como um setor de alta volatilidade e em grande parte dependente da lei de oferta-demanda dos produtos é fortemente atrelado a fatores naturais (solo e clima). Com as imprevisibilidades de safra, a falta de uma política de Estado satisfatória para o abastecimento nacional e para a inserção mercantil dos agricultores, e com a organização setorial pulverizada, porém controlada pelo médio e grande capital comercial, as cadeias produtivas sofrem em demorado com as crises. Apresentaremos a seguir alguns elementos que se sobressaem em nossa análise específica da crise da bananicultura em Jacinto Machado. Obviamente algumas de nossas contribuições não se tratam apenas de propriedades espaciais, mas de elementos constituintes da cadeia que se fazem presentes nos inumeráveis circuitos espaciais da fruta no país.

3.4.1 Problema 1: doenças, descuidos e desconhecimento e excepcionalismos climáticos

A partir da disseminação da produção de bananas nas propriedades do município nos anos 70, começaram a ocorrer surtos fitossanitários. Os episódios de problemas em bananais antes esporádicos de pequena amplitude e de fácil tratamento passaram a ser freqüentes, em maiores proporções e gravidade. Decorrentes da falta de traquejo do agricultor com os procedimentos técnicos necessários e da inexistência de uma assistência regular da extensão rural municipal estes problemas marcaram o início do trajeto de obsolescência da bananicultura jacintomachadense que vem se estendendo na contemporaneidade do desenvolvimento recente do sistema agroalimentar. A partir daquele momento histórico, a bananicultura não mais seria uma atividade cujo sinônimo se sustentava na segurança produtiva, vigorante durante sua fase expansiva. Seria muito mais, um retrato de abandono e de marginalidade da agricultura familiar no Brasil.

Da segunda metade dos anos 70 até início dos 80, as plantações começaram a sofrer terrivelmente com doenças, especialmente com o *Mal-do-Panamá*³⁷. Extensas áreas de bananais afetados por ela foram abandonadas, transformadas em pasto e/ou deixadas ao sabor dos novos meandros do processo de desenvolvimento espacial por mero desconhecimento e incapacidade no lide com as técnicas de manejo sustentável da fruta. Muitos agricultores venderam suas terras no momento em que quantidades substanciais de banana estavam sendo enviadas a São Paulo e Rio de Janeiro. Neste momento a fruta começaria a perder a força de explicação na formação sócio-espacial local, sendo então substituída em importância (de cultivo preferencial), com a *chegada* do arroz irrigado no início dos anos 80 através do Pró-várzeas.

Segundo o técnico da Secretaria de Agricultura da Prefeitura de Jacinto Machado:

“Eles nem sabiam o que fazer. Muitos deles haviam plantado banana até sem saber como cuidar do bananal... aí, muitos deles tiveram que vender tudo para saldar as dívidas. Muita gente foi embora daquela época” E.R. 29 anos

De acordo com ICEPA (1988), no final dos anos 70 a região sul catarinense como um todo utiliza(va) pouca tecnologia de manejo fitossanitário dos bananais em comparação a produção que crescia vertiginosamente da baixada Norte catarinense. Embora os cultivares fossem diferentes e com necessidades também diferentes, as práticas mais comuns no sul catarinense não eram satisfatórias, e compreendiam apenas o plantio em espaçamento regular entre plantas (ainda que na maioria das vezes não se respeitasse o espaçamento ideal do cultivar, de 4m x 4m), o desbaste da planta e a capina manual do terreno. As reformas nos bananais eram insuficientes e quase não se realizavam tratamentos específicos contra pragas como a *broca-da-bananeira* e o *moleque-da-bananeira* (que apesar de baixa incidência eram muito prejudiciais ao desenvolvimento da planta), e ainda

³⁷ O Mal-do-Panamá é uma moléstia endêmica causada por uma elevação extraordinária dos fungos *Fusarium oxysporum* f. sp. *cubense* naturalmente existentes nos solos. Este fungo ataca o rizoma da planta deixando-a fragilizada e fazendo-a secar, formando frutos sem qualidade comercial. Uma vez constatada a doença no bananal, deve-se exterminar as touceiras contíguas daquelas em que se constatou a doença e proceder o monitoramento na propriedade, aplicando rigorosamente nos períodos devidos o óleo mineral e o fungicida.

sim, a aplicação de agrotóxicos se resumia à aplicação do fungicida e herbicida de modo esporádico, descontrolado.

BOX III Os procedimentos tecno-produtivos necessários a produção de bananas.

Segundo MANICA (1997), a bananeira é uma planta perene que ao ser cultivada em observância aos rigores da prática comercial, produz cachos o ano todo, um de cada vez. Em Jacinto Machado, a bananeira é plantada geralmente no início da estação chuvosa (do clima subtropical), que compreende os meses de setembro a janeiro. Seu cultivo, como já mencionado é realizado exclusivamente em encostas dos morros e da escarpa da Serra Geral, em latossolos e em altitudes que variam dos 30 metros até o limite de 400 metros, dependendo da declividade do terreno.

A área do bananal é geralmente iniciada através da derrubada e queima da mata. Ao realizar essa prática adaptada dos imigrantes europeus e conhecida regionalmente como *coivara*, fertiliza-se o solo por um período curto.

Depois de plantada, em cerca de um ano a bananeira floresce e está fisiologicamente apta a produzir. A partir deste ponto, os cuidados são exigidos para seu trato:

- a *capina regular do terreno*, especialmente para a eliminação das plantas competidoras;
- o *desbaste*, que consiste na eliminação de grande parte dos brotos (pseudocaulis), deixando-se somente cerca de um a três *filhotes* (rebentos da planta). Esse trabalho, realizado de duas a quatro vezes ao ano pelos produtores, é necessário para evitar o excesso de touceiras, já que estas comprometem a formação dos cachos e a qualidade da produção;

- a correção periódica do solo em Jacinto Machado, os bananais são plantados exclusivamente em latossolos - solos medianamente ácidos (pH de 4,5 a 6) e medianamente profundos, oriundos da decomposição físico-química dos basaltos e diabásios da formação geológica *Serra Geral*. Localmente a maioria dos bananicultores realizam calagens e adubação, ainda que em número insuficientes. A principal função do calcário (dolomítico) é insolubilizar os íons livres de alumínio, mitigando os efeitos nocivos à planta, corrigir o pH e melhorar a estrutura física dos solos. O fosfato natural é também importante para o crescimento vigoroso da planta, no entanto é pouco empregado, a exceção em áreas do bananal que apresentam dificuldades de crescimento.

- a adubação, procedimento técnico que, embora indispensável para um crescimento vigoroso da planta, não é realizado em larga escala entre os bananicultores no município devido ao alto preço da saca. Constatou-se através da aplicação do questionário, entretanto que dentre o universo de 30 entrevistado é recorrente a utilização de adubo de origem animal nas covas, ainda que este processo não se efetue constantemente;

- prevenção e combate a pragas e moléstias. A bananeira é uma planta que só é viável economicamente quando sadia. Todos os produtores entrevistados realizam a aplicação de óleo

mineral (insumo que protege as plantas do Mal-de-Sigatoka) pelo menos uma vez ao ano, embora a medida necessária sejam três pulverizações anuais. A aplicação de herbicidas, fungicidas e nematicidas, também recomendada pelos órgãos de Extensão e Pesquisa para uma alta produtividade, mas é realizada precariamente em Jacinto Machado, e, assim como na maioria das áreas produtoras no Brasil, é corrente o aparecimento nos bananais, de zonas de incidência de problemas fitossanitários como o Mal-do-Panamá que inviabilizam a produção *in situ*.

- a observância do espaçamento entre mudas. De acordo com N. V., 48 anos, e bananicultor há vinte, as touceiras de banana de sua propriedade são dispostas em fileiras com espaçamento médio entre plantas de 1,5 m. X 2 m., de modo que o número total de plantas por hectare pode estar na faixa de 2.000. Ainda que seja difícil comprovar *in loco* esta informação por unidade de área dada a declividade dos terrenos, o que parece ocorrer na maioria dos produtores entrevistados em Jacinto Machado (em cerca de 70%) é uma clara inobservância a densidade espacial das mudas. Estudos técnicos como o de PEREIRA et al (1999) atestam que para cada tipo de clima e de solo a produtividade pode estar comprometida pelo esquecimento deste item.

Deve-se ressaltar que a bananicultura do município também se encontrava em uma tendência de crescimento seguindo o aumento da demanda urbana que se fazia sentir. Jacinto Machado possuía naquele íterim a maior área de produção da fruta do Estado e uma das maiores colhidas na região sul do Brasil como apresenta a **tab. 7**, a seguir.

Tab. 7 – Área colhida com banana em diversos municípios brasileiros

Área colhida de municípios produtores em 1975		
Municípios	Produção	área(ha)
Jacinto Machado-SC	599	1709
Governador Valadares-MG	796	1112
Corupá-SC	716	1408
Torres-RS	2431	3705
Eldorado-SP*	598	2833
Miracatu-SP*	457	3329
Registro-SP*	238	2519
Sete Barras-SP*	425	2833
Juquiá-SP*	385	2764
Itariri-SP*	334	3075
Morretes-PR	402	1346

Fonte: Censo Agropec. IBGE, 1970(com *) e 1975.

Na mesma maneira, os problemas climáticos contribuíam bastante para o prejuízo dos agricultores. Chuvas intensas por certos períodos, estiagens, tempestades e vendavais eram problemas constantes ao longo das safras anuais, o que fazia a produção de bananas apresentar riscos cruciais que freavam a sua tendência de expansão. Incidentes nas décadas de 70 e 80 em semelhança com o daqueles relatados no BOX I do segundo capítulo desta dissertação provocaram estragos suficientes para que muitos produtores renunciassem a utilização tecnológica e de crédito bancário, com medo de uma suposta perda do bananal, mantendo então semelhante os níveis de produtividade aos do início local da atividade, e que eram por sua vez muito aquém dos níveis encontrados nos municípios do Vale do Ribeira em São Paulo, (Itariri, Registro, Eldorado, Miracatu, Juquiá), a maior zona produtora do Brasil.

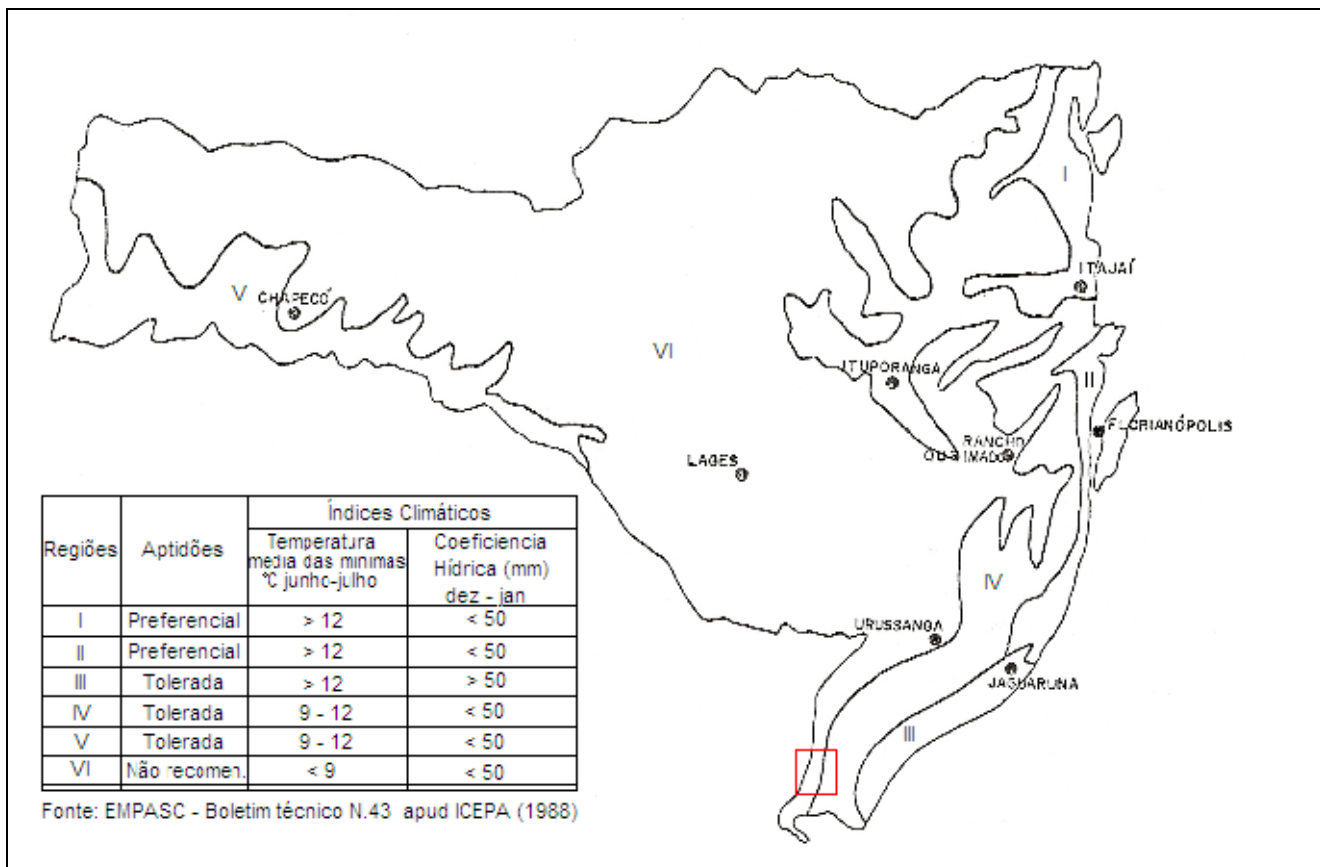
De um modo geral, apesar do município contar com melhores áreas da região sul catarinense para produzir banana - pela conformação recortada em de seu território, com a existência de linhas de morrotes de altitude mediana ao sul do município funcionando como uma barreira natural aos ventos de quadrante sul, as incertezas relativas aos aspectos climáticos na região fazem da atividade um risco.

È inegável que a técnica auxilia na mitigação dos problemas naturais. No entanto, em uma realidade onde ela é limitada, os caracteres naturais aparecem como um gargalo produtivo. Dentro da bananicultura local, os agentes climáticos acentuam a *divisão territorial do trabalho* ao funcionarem como fatores limitantes à expansão da cultura. O capital por sua vez estabelece seus coeficientes práticos de controle dos excedentes produzidos através da regulação de preços: estabelecimentos produtivos de face para o sul geralmente produzem um fruto acinzentado, com muitas manchas, de valor comercial ínfimo e somente aproveitado na indústria de balas. Em contrapartida os preços verificados nas melhores áreas para produzir (abrigadas dos ventos) são até 150% maiores do que o primeiro caso.

Para sacramentar nosso entendimento, acerca deste primeiro ponto da crise da banana, apresentamos a seguir o mapa produzido pela EMPASC em 1983 (**fig. 8**), que coloca a área do município de Jacinto Machado (grosso modo, o retângulo em vermelho) nas classes de '*Tolerada*' e '*Não recomendada*'. Em outras palavras, esta classificação demonstra que em comparação a áreas naturalmente apropriadas (classes I e II), a cultura da banana em Jacinto Machado possui limites físicos (temperatura, solo e condições

climáticas) para o desenvolvimento da fruta, o que inviabiliza o próprio acompanhamento das novas necessidades de mercado (como a mudança para um cultivar de maior aceitação comercial e/ou a obtenção de uma certificação produtiva).

Fig. 8 - Mapa de Zoneamento climático para a cultura da banana



Sendo assim, embora o quadro econômico fosse decididamente favorável à sustentação do aumento quantitativo da área e dos estabelecimentos produtivos (pelos preços pagos ao produtor), o *problema conjugado* da insanidade vegetal e dos excepcionalismos climáticos se tornou um entrave decisivo na expansão da rede de comercialização da fruta. A **tab. 8** a seguir, baseada numa análise dos censos agropecuários de 1970, 1975 e 1980 apresenta em primeira mão uma estimativa da perda de produção por fatores climáticos e fitossanitários. Nota-se o período crítico, com dificuldade de produção entre os anos de 1970 e 1985.

Tab. 8 – Perdas na lavoura de banana

Banana - perdas na lavoura								
BANANA	1970		1975		1980		1985	
	<i>Absoluta</i>	<i>Relativa</i>	<i>Absoluta</i>	<i>Relativa</i>	<i>Absoluta</i>	<i>Relativa</i>	<i>Absoluta</i>	<i>Relativa</i>
<i>Área plantada (estimat.)</i>	3655	100%	3312	100%	3960	100%	4891	100%
<i>Área colhida</i>	3463	94,7%	1709	51,6%	1961	49,5%	4480	91,6%

3.4.2 PROBLEMA 2 – Marginalidade na modernização do sistema de objetos e ações, o aumento da produção nacional de bananas e a rigidez da cadeia.

Sabe-se a partir de Marx (1991), que os objetivos da geração da relação social chamada capital advém da progressão das necessidades humanas, sejam individuais ou coletivas. Quando falamos em uma determinada atividade sob a rubrica desta relação, estaremos provavelmente relacionando em nosso discurso as características dos instrumentos de sua produção, ou seja, os meios de *corporificação* do trabalho.

Dessa forma a história (no sentido de uma direção e de um processo) é instrumento fundamental para entendermos as nuances da mudança. Milton Santos (1996) afirmara que ‘a roda’ do capitalismo não pára, por que se inventa a cada minuto, e na sua alteridade, salienta ou prostra relações, espaços, objetos e atividades na medida das adaptações regulares dos seres humanos. Com isto, ele quer dizer que existe uma lógica de *sincronia* da produção humana com a técnica, com o tempo e com a lucratividade que demanda a necessidade de melhoramentos ‘*daquela roda*’ a toda hora.

Para entendermos esta idéia na prática, basta atentar para o decurso da historia local do nosso objeto de estudo: a produção de bananas de Jacinto Machado. Esta atividade, na sua manifestação recente (a partir do final dos anos 80) contém a explicação para a sua condição atual de marginalidade.

Rugosidades para Santos (1978) são formas extemporâneas, de tempos pretéritos, na maioria das vezes obsoletas e descontextualizadas, e que não apresentam função, a não ser a de representar um marco vivo do processo de produção. Com isto quer se dizer que não há

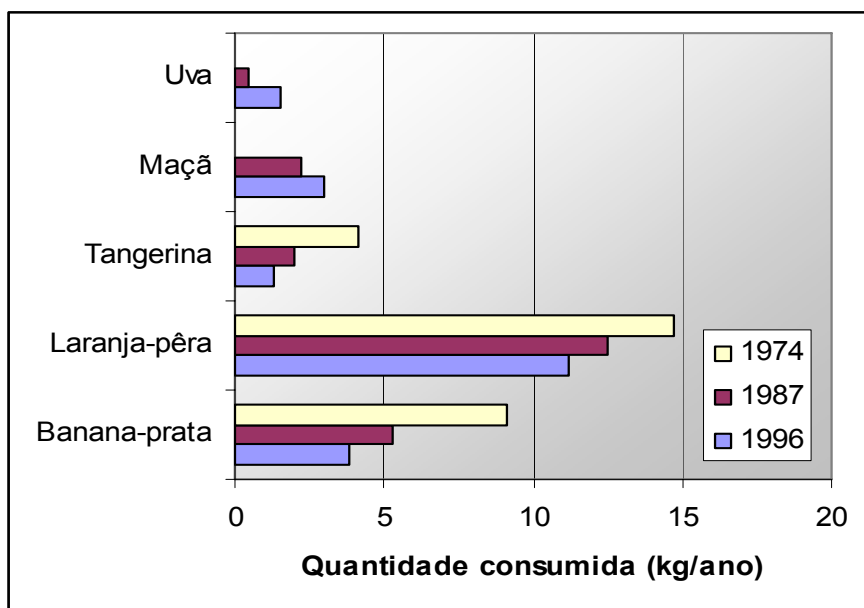
como ignorar a perspectiva da *duração* dos eventos. As rugosidades existentes nos subespaços são importantes contribuintes para se conhecer a acumulação de ações nos níveis concretos de existência, ou seja, os processos (fluxos) que ocorrem entre a escala local-global. Podemos então utilizar essa analogia (com as devidas ressalvas) para apontar a necessidade de ajustes da produção da fruta naquele município.

Assim devemos contextualizar o panorama social experimentado naquele momento. A primeira grande constatação é que os anos 80 marcam a entrada do país em uma nova fase social. Embora a economia nacional cresça em ritmo desacelerado, a ponto dos cientistas proclamarem os anos 80 como a “*década perdida*”, o que se presencia é uma reordenação dos padrões de desenvolvimento espacial no país, que não podem ser desmerecidos, sejam eles dados pelos novos comportamentos e gostos humanos, no fortalecimento do poderio das empresas e do setor produtivo privado ou ainda no papel do Estado na articulação de procedimentos legais. BENKO (1996).

Para se ter uma idéia dessa reordenação, basta atentarmos topicamente para a mudança do padrão consumo de alimentos do brasileiro. Historicamente muito mais focada na disponibilidade regional, a década de 80 e o início dos 90 vão marcar um divisor de águas para a historiografia do consumo alimentar no Brasil através da abertura comercial e do aumento da disponibilidade de alimentos através ampliação das redes de varejo. O crescimento populacional traz a necessidade da *artificialização* das cadeias agroalimentares. Assim, fortalece o rigor agroindustrial com o agronegócio, o agribusiness e automaticamente se estabelece novos parâmetros culturais para a prática social do comer e do alimentar-se.

Para exemplificarmos esses novos padrões a partir dos anos 80 construiremos um gráfico simplificado contendo a evolução de consumo de algumas frutas que ao nosso ver constituem a alimentação das populações interioranas no país. Repare-se então no **graf. 4** a tendência decrescente de consumo nos três anos disponíveis e, em espacial ao consumo em quilogramas/ano

Gráf. 4 – Estimativa da evolução do consumo por habitante de algumas frutas no Brasil³⁸



Fonte: P.O.F/IBGE 1987 e 1996 e Levantamento Estatístico de Aquisição Alimentar 1974 - IBGE

* Toma-se como base de análise a banana-prata e a laranja-pêra;

** Não conseguimos obter dados a respeito do consumo de Maçã e Uva no ano de 1974.

Nesse sentido é importante fazermos uma ressalva. Embora Não é somente pela maior disponibilidade de recursos e ativos técnicos e dos organismos de crédito que se garante a agricultura o seu caráter de setor econômico essencial, mas justamente na contrapartida social, ou seja, a adaptabilidade das atividades (e da população) aos ambientes jurídico, social e econômico.

A bananicultura de um modo geral, pouco se adaptou as mudanças tecnológicas. Enquanto algumas zonas produtivas eram criadas com advento de programas estatais e de incentivo a fruticultura (vide a CODEVASF no Norte Mineiro, e Sudeste da Bahia; o Nordeste catarinense, e o Rio Grande do Norte) foram se desenvolvendo as custas de um processo de excelência (irrigação, rigoroso controle de qualidade dos frutos, crédito rural extensivo, utilização de mudas certificadas, associativismo comercial para exportação, modelo empresarial de gerenciamento da cadeia) e outras, como o Vale do Ribeira, iam se

³⁸ Existem muitas disparidades de metodologia e de dados a respeito do consumo de alimentos no Brasil. Optamos, todavia por aqueles dados que nos parecerem mais coerente e, portanto, de menor impacto quantitativo.

tencionando para acompanhar o ritmo das mudanças, a bananicultura do sul do Rio de Janeiro e do sul catarinense, iniciavam seu período de agruras, sistematizados pela dificuldade de adaptação as novas necessidades que o mercado impunha como: normas de qualidade do produto, capacidade de resposta tecnológica, e aumento absoluto da oferta nacional da fruta.

Prancha 2 - Aspectos da realidade da produção de bananas em Jacinto Machado

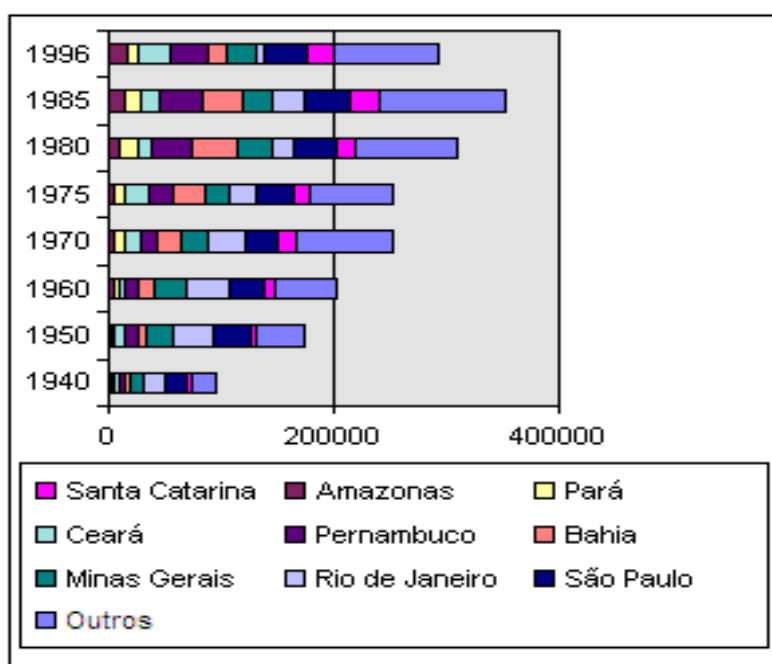


Sobre este último aspecto, salientamos que o escoamento da produção do município de Jacinto Machado foi bastante prejudicada, por que houve a partir de 1980 um aumento expressivo de oferta especialmente dos estados de Minas Gerais e Bahia e Pernambuco e do Norte catarinense, e uma intensificação das redes de abastecimento das zonas produtivas daqueles estados em direção aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, maiores

demandantes nacionais da fruta SIQUEIRA (1997). Por motivos logísticos e de qualidade, a banana jacintomachadense que como já mencionamos era escoada para estes centros consumidores, passou a ser paulatinamente preterida, o que auxiliou o panorama de diminuição da produção com o abandono da atividade e o êxodo rural³⁹.

A seguir, apresentamos um gráfico com a evolução da área plantada no país por estados. Reparem a evolução total entre os censos de 1970 e 1985, bem como os avanços de produção de Santa Catarina, Bahia e Pernambuco neste período.

Gráf. 5 - Evolução da área plantada (ha) com bananas no Brasil, por estados.



Fonte: Censos Agropecuários do IBGE

Em consonância a grande expansão da área de produção nacional de bananas, outra questão importante para a constituição do panorama de crise na bananicultura vem da própria organização dos agentes. O agricultor é na maioria das vezes vítima de sua frágil condição sócio-econômica (falta de conhecimentos técnicos, de educação básica, dificuldade de articular/incentivar outros produtores a produzir e de receber conselhos e críticas), acabando por estar terminantemente dependente dos interesses de grupos de comerciantes provenientes ou não de outras cidades.

³⁹ A população rural do município que segundo o IBGE era de 9.958 pessoas em 1980 sofreu um decréscimo de 29% até ano de 1996, totalizando 7.082 habitantes. Segundo Speck (2004) pode-se atribuir este panorama aos problemas conjugados da lavoura da banana que no início da década de 80 constituía a melhor fonte de renda das propriedades.

BOX IV - A coordenação da cadeia no município: o alijamento do agricultor.

Ao nosso ver, não se pode apreender o significado da crise da produção de bananas sem atentar para as questões de estruturação da cadeia produtiva. Salienciamos que não é nosso objetivo dedicarmos esforços em demasia para a explicação das estratégias setoriais, mas torna-se oportuno lembrar que estamos nos referindo a uma prática social, e, pois, a um universo de inter-relações humanas.

Em tempos da globalização as informações e a necessidade dos consumidores/clientes demandaram que mudanças fossem geradas nas cadeias. Da mesma forma ocorreu o rebaixamento de custos de produção e o aumento da taxa de rentabilidade em prol do grande capital comercial e industrial, mas nem todos os agentes e espaços foram beneficiados. (MACHADO, 2002; FARINA 1999)

Acreditamos que como uma amplitude técnica, a cadeia produtiva da banana evoluiu juntamente com a progressão espacial da produção, não somente em termos locais, mas também nacionais e mundiais. Todavia, não se possa falar de uma única estrutura empírica por conta das formações sócio-espaciais distintas que promovem ajustes e deformações no circuito, especialmente a montante (na fase produtiva).

A grande dificuldade da cadeia de bananas e m Jacinto Machado, assim com a maioria das chamadas cadeias de FLV (frutas, legumes e verduras frescos) se encontra no gerenciamento de suas estratégias. Como estas cadeias se definem numa ampla e pulverizada rede de agentes, na qual nem sempre todas as pessoas conhecem o que estão negociando, ou ainda negociam “*tête à tête*”, não existem mecanismos que garantam especialmente ao agricultor (o elo primário e essencial da cadeia) uma autonomia produtiva ou ainda um poder de barganha para enfrentar um mercado competitivo, por que é o capital comercial que determina os preços.

Da mesma forma o produtor ainda depende fortemente do intermediário o que reforça o papel deste ultimo na constituição da cadeia de valor. Solitário e *atomizado*, o produtor fica a mercê dos ditames do capital comercial, que abocanha percentualmente mais do que o valor gerado pelo trabalho no campo.

3.4.3 PROBLEMA 3: As dúvidas na modernidade e o discurso estatal na produção de bananas

“Vinha gente de Araranguá, Urussanga, e até de Criciúma mostrar pra gente como é que era (...) Nós é que tínhamos às vezes que ensinar eles a plantar”
Z. B. morador de Serra da Pedra

“Os técnicos vinham aqui e ensinavam um monte de coisa errada (...) Disseram para enterrar a raiz a meio metro no solo (...) Quem não sabia muito, aceitava. Todo mundo sabe hoje que isso tava errado” Jornal Diário Catarinense, 29 de janeiro de 1989.

Como afirmamos anteriormente, a atividade bananícola desenvolveu-se em Jacinto Machado sob o signo do tradicionalismo dos descendentes do fluxo migracional italiano. Como era uma cultura ainda pouco conhecida pelos colonos, expandiu-se muito em decorrência das experiências adquiridas e repassadas ao longo dos anos de lide com a frutífera, a ponto de se poder estabelecer, pouco tempo depois, uma ligação identitária entre o lugar e o produto. Entretanto, cabe neste ponto um aparte sobre as bases de sustentação (técnico, científico) desta atividade em termos institucionais.

O papel do Estado (autarquias) para a construção da bananicultura em Santa Catarina pode ser dividido *grosso modo* em dois tempos, com características respectivas: a) até 1980, e; b) após 1980. O primeiro momento demonstra a ausência de mecanismos governamentais de fomento e pesquisa do cultivo, até mesmo pela inexistência até a primeira metade dos anos 70 em território catarinense de um órgão propriamente dito de pesquisa agrícola. A ACARESC, fundada em 1956, era então o instrumento da política desenvolvimentista do Estado catarinense, e estava voltada a constituir e consolidar iniciativas agrícolas de significativa importância para a economia agropecuária catarinense e forçar a especialização produtiva e a dinamização do campo.

Para se ter uma idéia da *falta de compromisso* para com a bananicultura, até 1975 o único projeto direcionado especificamente para os produtores da fruta se deu no biênio de 1967-68, durante o governo de Ivo Silveira. A iniciativa pioneira já se tratava de uma emergência, pois possuía o objetivo de mitigar os problemas trazidos pelo Mal de Sigatoka que já assolavam produtores de alguns municípios catarinenses. No entanto, segundo dados dos censos agropecuários do IBGE mostram que na época Jacinto Machado despontava como o maior produtor catarinense de bananas, o Plano de Trabalho Integrado para a Agropecuária de Santa Catarina reconhecia a região norte do Estado como aquela em que a atividade bananícola era mais desenvolvida e, portanto a que receberia a maioria absoluta dos recursos governamentais.

Embora afirme MUSSOI (2002:46) que “*a extensão rural passava a exercer um papel determinante na introdução do modelo de transformação da base técnica da agricultura, orientando-se no sentido de trabalhar com produtos específicos*”, é latente o fato que os organismos estatais ‘*esqueceram*’ de executar projetos de melhoria das culturas

consideradas de baixo nível tecnológico, dentre elas a da banana.

Somente com a criação da EMBRAPA em 1972 e o estabelecimento de uma sede de pesquisa nacional de fruticultura e mandioca em Cruz das Almas em 1977, na Bahia, o panorama da pesquisa e produção da bananicultura no Brasil ganhou fôlego. Novas espécies foram criadas no intuito de conceder ao produtor uma garantia em qualidade do produto e de sustentabilidade econômica em longo prazo. Ainda que a abrangência das ações iniciais não culminasse com o desenvolvimento de novas espécies produtivas, ressalta-se a que através das pesquisas de técnicas de tratamento de doenças, e a implementação de bananais-pilotos, a atividade iniciaria um latente processo de artificialização.

Planos e Metas do Governo que se estenderam ao longo dos anos 50 e 60 passa-se a encarar a agricultura como um dos pilares de alavancagem da economia nacional. Desta forma consolidam-se estruturas institucionais de extensão, auxílio técnico aos produtores e de pesquisa agropecuária para subsidiarem programas e planos de estímulo a produção especializada de gêneros. Os objetivos principais estavam centrados no aumento da produtividade com disponibilidade de recursos de crédito e financiamento, integração agroindustrial⁴⁰, que garantiriam o incremento da produção estadual gerando receita aos municípios e renda aos produtores.

Em consonância a este panorama, em Santa Catarina inaugura-se a em 1975 a EMPASC, fruto da tendência modernizadora assumida nacionalmente. Tem início “*um agressivo programa de capacitação de pesquisadores, inaugurando um novo período na trajetória de sofisticação da base tecnológica adaptada*”. Mussoi (2002:49)

Embora o ideário propalado fosse o de “*transformar a agricultura tradicional mediante mudanças de métodos de produção e da utilização de insumos modernos*” com garantia de assistência e de crédito (op cit.), até a criação da Estação Experimental da EMPASC/EPAGRI em Itajaí-SC, poucos eram os técnicos, e agrônomos habilitados a lidar da especificamente com cultura da banana, a maior atividade de fruticultura do Estado. Na realidade, como afirma ELIAS (2003) e BRITTO & SILVA (1982) é sabido que as políticas modernizadoras que foram se sucedendo ao longo dos anos 60 e 70, priorizavam as culturas

⁴⁰ Muitos cultivos já praticados no estado foram estimulados a serem praticados em sistema produtivo baseado no uso de tecnologias – insumos, equipamentos e outros sendo introduzidos na forma de pacote

de alto valor agregado de tecnologias e com potencial de estabelecer uma cadeia agroindustrial, (arroz, milho e criações (suínos e aves), enquanto que alguns cultivos que proviam a alimentação básica da população (a bananeira, por exemplo) sendo longamente cultivada nos solos catarinenses eram pouco considerados devido ao baixo valor mercantil e/ou capacidade de transformação.

Para reafirmar esta tese, expomos a seguir a **tab. 9** com dados de dois momentos (1975 e 1992) distintos e as a diferenças entre os recursos estaduais destinados ao desenvolvimento de projetos para algumas culturas.

Tab. 9: Comparação de recursos destinados para projetos de assistência para algumas culturas em SC.

CULTURAS	1975					1992			
	No de informantes	No de projetos	Valor*	Assessoria Técnica	% dos recursos para o ano	No de informantes	No de projetos	Valor*	% dos recursos para o ano
Banana	25998	183	2177.00	6	1,03	27028	189	558.000	4,46
Fruticultura temperada	38126	536	73320.00	4	6,37	---	673	1590000	12,72
Arroz	102957	2344	46648.00	18	9,72	49462	386	1.245.000	9,96
Feijão	112935	1272	6922.00	16	1,23	129611	375	140.000	1,12
Milho	171709	525	118700.00	28	27,12	151075	555	273.000	2,18
Suínocultura	163803	3365	65000.00	18	11,57	154877	282	485.000	3,88

Fonte dos dados: IBGE, Censos Agropecuários de 1975 e 1995/96; ACARESC/EPAGRI - Programa estadual de assistência técnica e extensão rural dos anos de 1975 e 1992.

* Valores dados em Cr\$ x 1000

A partir de 1981, esta Estação Experimental da EMPASC iniciou os primeiros trabalhos de melhoramento genético da bananeira com um seleto grupo de pesquisadores. Muito embora, a agência prestasse serviços para todas as regiões catarinenses, os produtores da Região Norte do Estado, já organizados em cooperativas agrícolas e associações desde meados dos anos 70 eram os principais *clientes*, também por contar com a melhor área de Santa Catarina para produzir a fruta. As ações da EMPASC e da ACARESC, além da assistência técnica ao produtor eram preferencialmente a produção de mudas de cultivares do sub-grupo Cavendish (popularmente conhecida como caturras) imunizadas e livres de doenças, por entender que as mesmas apresentavam as melhores condições de expansão

no mercado interno e externo⁴¹. A produção de mudas de bananeiras do grupo genômico da banana Prata embora também existisse, eram relegadas a segundo plano.

Em 1982, no exercício do PROSUL vinculado ao PROINFRA⁴², sob a coordenação da Estação Experimental da EMPASC em Urussanga se estabelecem as primeiras medidas oficiais para o estímulo da bananicultura do sul do Estado, com o desenvolvimento de estudos sobre métodos de controle das principais doenças dos bananais e o mapeamento e identificação dos problemas locais da atividade.

ICEPA (1988) e SOUZA & CONCEIÇÃO (2004) admitem a dificuldade dos órgãos estatais em prestar auxílio e assistência às propriedades e aos agricultores do Sul catarinense, por conta dos costumes historicamente estabelecidos⁴³ e pela própria forma própria de produzir a banana. É perceptível que existia, portanto um discurso subjacente que tensionava a entrada da bananicultura na era da modernidade, e que para conseguir este nível era preciso escolher alguns caminhos. Este direcionamento foi posto em prática na segunda metade dos anos 80 com o aumento no aporte de recursos para a produção de mudas certificadas de banana no tipo Caturra⁴⁴

Para J.M. engenheiro da EPAGRI/Itajaí:

“a tecnificação da bananicultura leva à exclusão de variedades e de produtores. Se o cara não acompanha com planejamento, com uma visão um pouquinho empresarial que seja (...) se ele mexe com uma coisa que estava em equilíbrio natural(...) não tem jeito.” J.M. Engenheiro da EPAGRI/Itajaí

E segue:

⁴¹ Embora a produção do Norte catarinense fosse inicialmente com a banana-prata, houve uma preferência pela adoção da banana caturra nos anos 70 na medida em que aumentava a demanda por esta fruta no mercado paulista.

⁴² Programa de implantação da infra-estrutura agrícola.

⁴³ Dentre os nós de estrangulamento da produção pode-se citar o costume de aquisição de mudas de banana com os bananicultores “vizinhos” sem certificação e a não aplicação dos corretivos e adubos nas covas no momento do plantio das mudas.

⁴⁴ De acordo com SANTA CATARINA (1987) as metas para o quadriênio 1988-1991 com relação a produção de mudas de bananeira eram progressivas. Estimava-se a produção de 27.500 mudas no primeiro ano, 30.250 no segundo, 33.275 no terceiro, e, 36.600 no quarto ano.

“(...) Então tem estas coisas do próprio manejo da cultura, da expansão do cultivo, do aumento do mercado, da necessidade de aumento da produção aí você cai num problema fitossanitário. Então, aumenta doença, o produtor vai pro beleléu, né! E, ainda mais que tem aquele tipo de produtor que acha que explorar a bananicultura é explorar a bananeira, que pensa que agricultura é plantar e colher.(...) Comercialmente é outra coisa!” J.M. Engenheiro da EPAGRI/Itajaí

Para a EPAGRI, o problema da produção de bananas no sul do Estado era (e ainda é) a falta de um controle do produtor sobre a sua produção, nos termos de qualidade. Tentou-se algumas vezes durante os anos 80 e 90 introduzir cultivares como a Mysore, e a Grande Naine, sem obter melhores resultados porque a grande maioria dos agricultores não teria como produzir, (dadas as necessidades técnicas e de controle do cultivar), nem de escoar sua produção para outros lugares, já que abririam mão do mercado gaúcho, grande consumidor da banana-prata.

Um grande impasse para o desenvolvimento da cultura em Jacinto Machado é que a banana-prata vai se perpetuando na medida de sua *robustez*. Muitas áreas que hoje produzem são bananais antigos, com mais de vinte anos, e necessitariam de reformas⁴⁵ e adequações estruturais urgentes, até mesmo para uma eficiente operacionalização da barreira fitossanitária catarinense, que planeja evitar a contaminação das zonas produtivas com novas doenças, como a *Sigatoka-Negra*. Segundo MANICA (1997) e MURAYAMA (1973) esta banana é uma espécie que suporta uma maior variação de temperatura e necessita de menos cuidados técnicos de plantio e manejo em comparação com as bananas do grupo das caturras. A escolha por este cultivo parece então além de atestar a natureza da disparidade condições técnicas produtivas entre os dois pólos produtivos catarinenses, manter viva uma tradição produtiva que nos moldes atuais é considerada atrasada e de baixo potencial de crescimento.

⁴⁵ A reforma é definida do MURUYAMA (1973) como a exterminação de partes velhas do bananal, o descanso periódico desta terra e o plantio de novas mudas. Isso é importante para o agricultor porque permite objetivamente que ele colha mais bananas, e também porque evita que haja uma infestação de pragas que se tornaram resistentes aos venenos aplicados na lavoura.

Pode-se dizer que a bananicultura do município encontra um meio de vida através de uma identidade singular. Ao atentar para os valores expressos na **tab. 10** a seguir, que apresenta uma pequena comparação objetiva da condição espacial dos cultivares na Região Norte Catarinense e no município de Jacinto Machado, estar-se-á vendo o corolário dos muitos problemas da produção de bananas.

O primeiro ponto importante é a consolidação da dificuldade de crescimento quantitativo de bananais – hoje o município ocupa apenas a quarta posição no cenário estadual com uma área plantada de pouco mais de 2.000 hectares. O *rendimento por hectare* e a *rentabilidade bruta* dos cultivares naquele espaço são os piores dentre todos os municípios apresentados⁴⁶, o que nos remete da suspeição para a certeza da dificuldade instituída de sustentabilidade na produção de bananas sob os rigores tecno-produtivos correntes *in loco*. Se admitirmos, por exemplo, uma pretensa substituição de cultivar na maioria das propriedades no atual coeficiente médio de tecnificação da agricultura municipal veremos que o panorama desta fruticultura tropical pouco melhorará.

Tab. 10 – Comparação entre a produção dos municípios e a produtividade/rendimento dos cultivares

BANANA PRATA							
MUNICÍPIO	N. de informantes	Área plantada	Área colhida	Produção (t)	rendimento(kg/ha)	Rentabilidade bruta*	
Jacinto Machado	265	1.726,9	1.675,7	9.431,3	5.628	2.589,01	
Criciúma	72	373,5	358,9	3.280,4	9.140	4.204,53	
Corupá	161	357,6	347,0	6.620,1	19.078	8.775,97	
Guaramirim	36	215,2	199,1	3.056,8	15.353	7.062,43	
Jaraguá do Sul	70	169,8	152,8	2.632,5	17.228	7.924,99	
Massaranduba	44	131,1	98,4	1.734,3	17.625	8.107,33	
Schroeder	34	73,5	68,3	1.221,8	17.889	8.229,08	
Araquari	40	222,8	206,8	2.308,1	11.161	5.134,04	
BANANA CATURRA							
MUNICÍPIO	N. de informantes	Área plantada	Área colhida	Produção (t)	rendimento(kg/ha)	Rentabilidade bruta*	
Jacinto Machado	59	320,3	296,0	3.142,6	10.617	2.707,33	
Criciúma	33	156,5	146,5	1.965,8	13.418	3.421,67	
Corupá	610	4.686,5	4.573,6	121.140,8	26.487	6.754,18	
Guaramirim	104	644,4	558,8	14.216,9	25.442	6.487,65	
Jaraguá do Sul	369	1.921,3	1.831,2	40.830,6	22.297	5.685,79	
Massaranduba	309	1.978,5	1.848,1	47.534,4	25.721	6.558,78	
Schroeder	179	1.003,6	938,2	28.361,0	30.229	7.708,43	
Araquari	44	241,7	222,7	5.864,8	26.335	6.715,40	

*Média de renda monetária em R\$/ha. Relação entre o total produzido(Kg) e preço médio da banana recebido pelo produtor no ano de 2006.

Fonte : ICEPA 2006

É interessante atentarmos para a diferença de rentabilidade entre os cultivares e entre

⁴⁶ Lembrando que escolhemos colocar na tabela os maiores produtores estaduais da fruta para uma comparação direta.

a produção dos municípios. A microrregião Norte do Estado, além de possuir naturalmente as melhores áreas para se produzir bananas, de acordo com o ICEPA, possui uma atividade dinamizada, com sistemas técnicos relativamente bem adequados ao espaço, uma organização produtiva - associações municipais e regionais de Bananicultores e a sede da Federação Catarinense dos Bananicultores FECABAN - que permite aos produtores um poderio de barganha frente ao grande capital comercial bem como um melhor suporte extensionista DIÁRIO CATARINENSE (p. 14 de 30/01/2006). Assim, além de conseguirem rendimentos semelhantes aos das melhores áreas produtivas do mundo, como Equador e Caribe os produtores reduzem a margem de variação dos preços recebidos com um produto de boa qualidade.

Embora seja preciso ressaltar que um cacho de banana caturra pese duas vezes mais do que de um de banana prata, e o preço pago por quilograma produzido seja nominalmente maior para os produtores da banana prata, não se pode dizer que esta diferença seja capaz de pender a favor da produção de Jacinto Machado nos termos da lucratividade. Em uma mesma medida de área para os dois sistemas produtivos (de banana caturra de Corupá e.g. e a prata de Jacinto Machado), se colherá um montante de caixotes de 20-22kg de banana caturra 4,5 vezes maior do que o do segundo tipo rendendo *monetariamente* 1,5 mais do que a segunda opção.

Lembremos que muito provavelmente, esta circunstância *quantitativa* seja um fator importante para a decisão dos técnicos agrícolas os organismos de pesquisa e extensão agropecuária salientarem seus esforços para a consolidação produtiva da banana caturra em detrimento da banana prata.

Pode-se dizer que a evolução espacial recente da atividade bananícola em Jacinto Machado é marcada dentre outras características pela dificuldade de convergência entre os poderes sociais e as políticas públicas para a agricultura. Como já comentamos nas páginas prévias deste trabalho, a bananicultura vigorou enquanto produção por meio de sua força interna e própria. Embora Santa Catarina seja o maior produtor de bananas do sul do Brasil desde os anos 60, pouco se fez em nome de uma política que garantisse a qualidade da produção estadual como um todo. O Estado deu preferência para a articulação de uma zona pioneira, catalisando apoio e incentivos financeiros e tecnológicos em detrimento da criação

de instrumentos políticos de inserção de grupos populacionais que da atividade realizavam suas vocações produtivas. O resultado é uma bananicultura desagregada, onde por um lado à microrregião Norte do Estado (da banana caturra) vai se dinamizando batendo recordes de produtividade e por outro as áreas coloniais do sul catarinense permanecem prostradas tecnologicamente, ao sabor dos ventos dos mercados.

CAPÍTULO IV

CONDIÇÕES DA BANANICULTURA LOCAL E PERSPECTIVAS DA ATIVIDADE SOB A ORDEM DE MUDANÇA.

“A ruptura na qual o capital aposta sua “salvação” é antes de tudo uma modalidade de aprofundamento das relações capitalistas” BENKO (1996:20)

Mais do que compreender do fenômeno produtivo da bananicultura local, faz-se mister vincular a análise contida neste trabalho às possibilidades de sobrevivência e à capacidade, na atualidade, de reordenações das formas técnicas ao macrossistema técnico. Para o pesar de muitos estudiosos do rural, parece não ser mais possível pensar em uma agricultura que se realize espontaneamente longe da adequação a racionalidade vigente se levarmos em conta um mundo onde o discurso capitalista continua disfarçadamente ditando e forjando comportamentos, escolhas e regras e, comandando pessoas, espaços e a natureza como bem advertiu SANTOS (1992).

Guardadas as devidas diferenças e validades das propostas, Lênin na sua mais famosa obra *“O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”* já afirmara que as populações cujas formas tradicionais de agricultura não acompanhavam os ritmos técnicos da economia mercantil estariam fadadas a total dissolução por tipos sociais engajados com a construção de uma coerência totalizadora. Tal previsão seria endossada quase um século depois, por autores brasileiros como SILVA (1999), Wanderley (1999) Abramovay (1999; 2004).

Para a Geografia e os geógrafos rurais, cabe particularmente sob os estudos das dinâmicas agrícolas, a perspectiva de tradução dessa mudança, acompanhado a uma ideologia humanista de integração espacial das populações, a partir das potencialidades diagnosticadas dos territórios e das demandas dos agentes primeiros da produção do espaço.

É então nesse sentido que compreendemos a premência da adequação e do fortalecimento da produção de bananas no município de Jacinto Machado. Sabe-se de antemão que a manutenção das atuais circunstâncias tecno-produtivas a bananicultura local fatalmente não possibilitará, ao longo de todo o século XXI, a generalização de condições de acumulação na agricultura familiar, na mesma maneira que logrou em décadas passadas, enquanto baseava-se em um regime produtivo vinculado à progressão populacional do país e as contingências do abastecimento alimentar.

Nesta parte final da dissertação estamos assumindo o discurso da reciclagem das formas produtivas com vistas às sustentabilidade da economia familiar. Nossa preocupação com o rigor científico leva em conta o que Bordieu (2000) chamou de experiência laica – a construção subjetiva e não-dogmática de objetos socialmente importantes através das relações.

Nos alerta este autor para o fato que não devemos destituir do âmbito de uma epistemologia a eficácia de um apelo a observação prática e as notações empíricas, pois estas são muitas vezes os estímulos para a criação e a construção do objeto e então para o descobrimento suas facetas que sustentam em relações espaciais, culturais, econômicas e políticas com outras facetas, particulares, psicológicas e individuais.

4.1 A BANANA: UMA VISÃO SOCIAL PELA PRODUÇÃO.

4.1.1 Uma rápida Contextualização do Cultivo

A bananeira é uma das espécies mais cultivadas em todo o mundo. Originária da região meridional da Ásia, principalmente onde hoje se encontra a Índia, ela foi cultivada

pelas sociedades antigas e levadas pelos árabes para a África e à Europa Mediterrânea, de onde se difundiu para o restante do mundo tropical e subtropical se adaptando muito bem as regiões mais úmidas. Segundo SOUZA & CONCEICÃO, (2002), ela foi introduzida na América Latina em São Domingo pelos Espanhóis no ano de 1516.

A importância dessa fruta se concentra no grande número de empregos gerados tanto em sua produção como em sua comercialização, e por sua representação como alimento básico na dieta diária de grande parte da população mundial, devido a grande facilidade de encontrá-la no comércio varejista e/ou de cultivá-la para subsistência. A produção mundial de acordo com SOUZA & CONCEICÃO, (2002), está conforme a **Tab. 11** fortemente centrada nos países que possuem as melhores condições climáticas e de solo para o cultivo, como a Índia, o Brasil e o Equador e o Panamá.

Tab. 11 – Principais países produtores de bananas ou plátanos.

PAÍSES	Produção (mil ton.)		Área (mil ha)		Rendimento (ton/ha)	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Brasil	6.802	6.583	499	491	13,6	13,4
India	16.820	16.820	690	680	24,4	24,7
China	6.708	6.245	274	269	24,5	23,2
Equador	6.118	6.132	221	226	27,7	27,1
Burundi	1.600	1.600	300	300	5,3	5,3
Indonésia	4.503	4.874	315	314	14,3	15,5
Costa Rica	2.220	2.220	41	42	54,1	52,9
Bangladesh	898	706	53	49	16,9	14,4
México	2.250	2.361	76	78	29,6	30,3
Filipinas	6.282	5.631	417	415	15,1	13,6
Tailândia	2.000	2.000	153	153	13,1	13,1
Vietnam	1.344	1.329	93	92	14,5	14,4
Guatemala	1.000	1.000	19	19	52,6	52,6
Colômbia	1.764	1.577	64	62	27,6	25,4
Camarões	855	797	84	82	10,2	9,7

Fonte: FAO

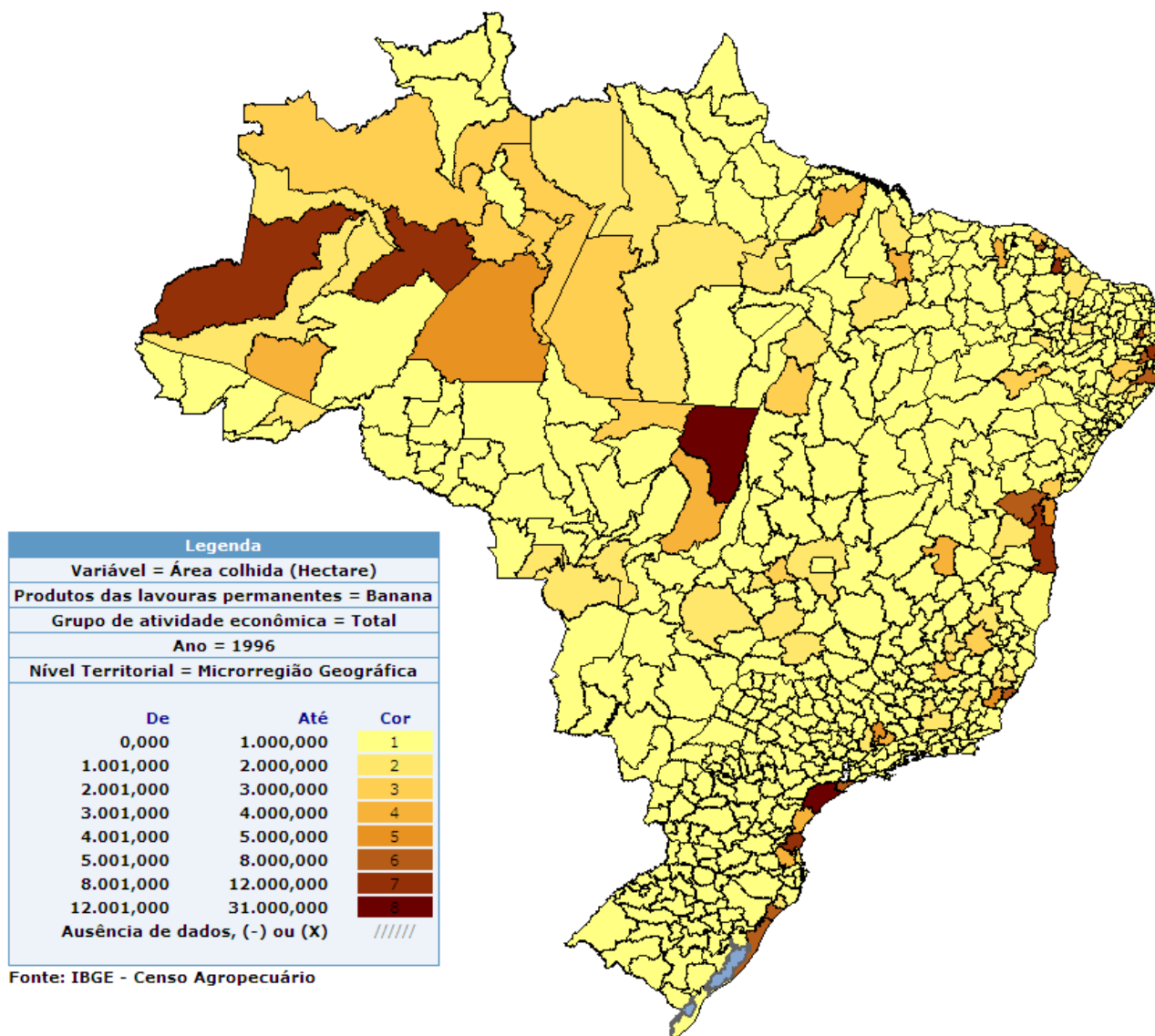
No Brasil como um todo, a produção de banana só é menor do que a da laranja, sendo cultivada em maior ou menos escala, em todos os estados da Federação, com destaque especial para São Paulo, Minas Gerais Bahia, Santa Catarina e Amazonas (vide **mapa 2**, a seguir com as estimativas de áreas plantadas nas microrregiões brasileiras - IBGE 1995/96).

Por ser um planta com boa adaptação aos vários tipos de clima, a bananeira é cultivada na maioria das vezes no Brasil, como um adendo de produção dentro de um

estabelecimento agrícola, auxiliando na produção a cultura principal, e legando ao produto uma alternativa de renda. (ICEPA,1988)

Mapa 2 – Área plantada com banana nas microrregiões geográficas do Brasil. (IBGE 1995/96).

Escala 1:25000000



Em Santa Catarina, a bananicultura ocupa uma posição de destaque no cenário agrícola, pois é a principal frutífera em área cultivada. O Censo Agropecuário de 1995/1996

do IBGE mostra que existem no território catarinense, aproximadamente 5.000 estabelecimentos agrícolas cuja banana é a principal fonte de renda. O censo identificou ainda, que a maior parte dos produtores catarinenses (97,7%) cultivam menos de 10 ha.

As microrregiões catarinenses com maior destaque na produção são: a de Joinville com 284.240 toneladas da fruta, colhidas em 2001, especialmente nos municípios de Corupá, atualmente o maior produtor da fruta no Estado, Luiz Alves, Jaraguá do Sul e Guaramirim; a de Blumenau com 99.840 toneladas produzidas em 2001; Itajaí, com 66.820 toneladas produzidas e; Araranguá, onde se encontra o município de Jacinto Machado, com 64.852 toneladas colhidas no ano de 2001. (*Op. cit*)

Segundo SOUZA & CONCEIÇÃO, (2002), os cultivares explorados em Santa Catarina se dividem em dois subgrupos:

- a) **Sub-grupo Cavendish**, com os cultivares Nanica, Nanicão e Grande Naine, introduzidos no Estado durante a década de 70 e detentores dos maiores rendimentos. São plantados, sobretudo no Litoral Norte do Estado.
- b) **Sub-grupo Prata**, representados pelos cultivares Prata, Branca, Enxerto, plantados sobremaneira no Sul do Estado.

De acordo com ICEPA, (1988), SOUZA & CONCEIÇÃO, (2002), o estado catarinense, é juntamente com São Paulo, um dos que mais investe em tecnologias de produção da fruta, com o desenvolvimento de mudas selecionadas mais resistentes ao frio e a doenças e de novas técnicas especiais de monitoramento climático. Essas ações auxiliam o estado a obter o segundo maior rendimento entre todos os estados da Federação (20.831 kg/ha segundo a P.A.M. 2005), chamando a atenção de outros mercados consumidores para a fruta como os dos vizinhos Argentina e Uruguai que já importam a fruta de produtores do Norte do Estado.

Mesmo com os avanços técnicos obtidos com a “*ressalvada*” modernização da agricultura e, as recorrentes tentativas políticas de salvaguarda setorial⁴⁷, o sistema agroalimentar brasileiro no alvorecer do século XXI permanece sob uma forte dicotomia estrutural. Por um lado o agronegócio nacional com uma matriz de acumulação baseada na

⁴⁷ Especialmente quanto a realização das exigências sanitárias instituídas em decretos e portarias a partir dos anos 90 quando o Governo Federal e os governos Estaduais recrudesceram suas ações restritivas legais passando a fiscalizar produtos de origem animal e vegetal para o controle de doenças e pragas.

ciência e na tecnologia e de outro, uma diversidade de cadeias de produção, (especialmente aquelas que se dirigem à provisão de gêneros *in natura* e de primeira necessidade ao mercado interno), arquitetadas em logísticas heteronômicas⁴⁸ com difícil controle de sustentabilidade da atividade primária.

4.1.2 A cadeia produtiva da banana

Segundo Machado (2002) o sistema agroalimentar é constituído dos sub-sistemas produtivos estabelecidos sob nexos formais e informais, numa sucessão de ações verticais que se apresentam interdependentes, privilegiando a relação entre a agropecuária, indústria (de transformação e distribuição) ao redor de um produto específico principal.

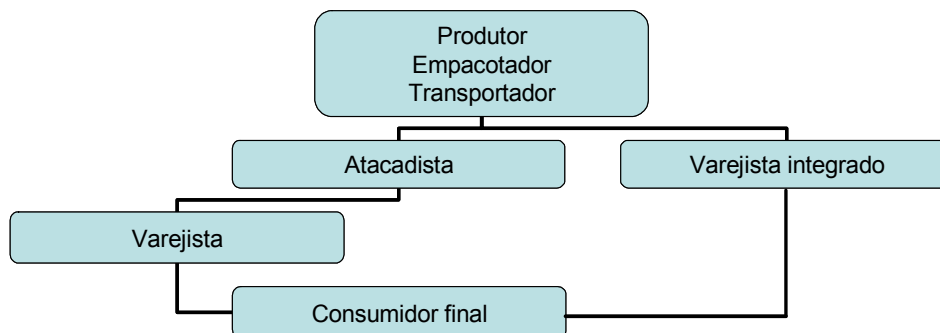
De um modo geral, a cadeia produtiva da banana no Brasil, assim como da maioria das frutas e legumes frescos (FLF) está imersa neste último rol. A forma com que as etapas constituintes desta cadeia se conjugam, ainda que se diferenciem qualitativamente entre os espaços produtivos, facilitam a transferência de renda aos agentes intermediários e ao (grande) capital varejista pelas posições destes últimos de articuladores do preço final. FARINA et al (2000) afirmam que os componentes internos deste sistema, como a alta perecibilidade dos gêneros, o fornecimento fragmentado e instável, a informação imprecisa e assimétrica dos produtos e a dificuldade de padronização dos lotes conferem ao atacadista uma posição melhor do que a do produtor no processo de negociação, especialmente quando não existem padrões fixados para o produto.

Neste arranjo marcadamente diferencial se penalizam duas extremidades importantes do circuito produtivo: a dos agentes encarregados da produção dos gêneros (leia-se bananicultores), que recebem um preço que muitas vezes não alcança 30% do praticado na prateleira e a do consumidor que paga por um produto cujo preço final é está constituído preponderantemente do retorno aos capitalistas dos custos de armazenagem, maturação, refrigeração, distribuição e locação.

⁴⁸ A noção de heteronomia aqui estabelecida supõe que os níveis de acumulação de capital e de influências de comportamentos variam entre os agentes do circuito produtivo (produção e circulação e distribuição final).

Fig. 9-

Estrutura genérica da cadeia produtiva de frutas, legumes e vegetais frescos (FLV)



Fonte: Dimitri (1999) apud Machado (2002)

Salienta-se como FARINA et al, que a gerência grande parte das cadeias agroalimentares de produtos frescos e *in natura* se baseiam em estruturas de mercado, as quais historicamente transferiram importância do setor produtivo ao setor de distribuição.

Diferentemente dos anos cinquenta, sessenta e setenta quando o país buscava consolidar seu mercado interno, a lógica produtiva das cadeias de FLV então se centrava em disponibilizar abundantemente os gêneros nas gôndolas das feiras livres, uma vez que os processos produtivos e a ligação entre os elos das cadeias proporcionavam uma margem de lucro confiável aos produtores/comerciantes que não era fundamentada na construção da competitividade, mas baseada livremente na expansão da demanda.

A partir dos anos oitenta, mas, principalmente após os anos noventa, com a complexificação das relações de produção e o ajuste do regime de acumulação, com os processos tecnológicos proporcionando uma racionalidade técnica-informacional dos espaços, serviços e produtos, certas cadeias agrícolas que historicamente estão implementadas de modo tradicional e/ou distantes de uma estrutura produtiva *moderna*, começam a enfrentar severos e recorrentes problemas em relação à transferência de renda do setor agrícola para o setor não-agrícola.

Com o crescimento, por exemplo, das redes de varejo supermercados, hipermercados

e a queda ou desaparecimento de outros instrumentos de comercialização como as quitandas, armazéns e as próprias feiras de rua, os processos econômicos tornam aviltantes a possibilidade de consecução e a manutenção de lucro com a atividade primária fora de um eixo de gestão empresarial. Nessa mesma medida, atualmente as grandes redes de varejo contam muitas vezes com centrais de armazenagem e fornecedores próprios de frutas, legumes e verduras, em um sistema de contrato de pequeno e médio prazo, buscando sempre a convenção de *qualidade* desejada pelos consumidores.

Analisando o caso dos produtos agrícolas nos países subdesenvolvidos, Paiva, (1983) afirma que o aporte tecnológico termina gerando uma dualidade fundamental. Ao se beneficiar em primeira mão aquele agricultor que se mantém produzindo de forma tradicional, ele usufrui a estabilidade efêmera garantida no aumento da produtividade pelos poucos produtores que realizaram a transição tecnológica. Não obstante, à medida que outros agricultores continuam a adotar processos modernos, força-se à queda dos fatores de mão-de-obra e a diminuição dos preços unitários do produto. O corolário é então, a manutenção de uma leva de agricultores produzindo e se articulando com o mercado de um modo tradicional e cada vez mais com defasagem entre renda e nível técnico de produção.

Como atividade altamente atomizada e fortemente dependente das condições naturais (geradores das discontinuidades ao processo produtivo) a bananicultura é contida em uma cadeia frágil e pulverizada em uma grande quantidade de agentes, se considerarmos o limite de sua espacialização. Obviamente cada circuito contém singularidades locais que dependem tanto dos cultivares explorados como das possibilidades sócio-técnicas.

Segundo apresentamos em nosso trabalho prévio, no município de Jacinto Machado produz-se somente dois cultivares banana: a *Cavendish*, conhecida popularmente como caturra, e a Prata-anã; variedade de naturalmente mutante e introduzida no município nos anos sessenta. Basicamente a cadeia da banana se divide em dois segmentos próprios: banana destinada ao comércio e a banana destinada a indústria. Segundo o técnico da Epagri em Jacinto Machado, E. R., cerca 95% da produção total do município é destinada à comercialização *in natura*.

4.1.3 O circuito comercial in natura

A banana⁴⁹ é por essência, considerada uma fruta de mesa, sendo a segunda fruta mais consumida no Brasil, de acordo com dados do POF/IBGE 1996 com cerca de 6,7 kg/hab/ano, só perdendo para a laranja. Por ser um cultivo permanente com relativa estabilidade de oferta durante o ano, seu preço varia ao longo desse período tanto pela concorrência com as frutas de estação, como por problemas de estrutura produtiva – doenças, quedas de rendimento relacionados ao clima, superprodução.

Assim como as demais frutíferas o seu circuito é representado por uma relativamente extensa quantidade de etapas de trabalho e, portanto de agentes. Passamos a pormenorizá-las grosso modo a partir do exemplo de Jacinto Machado, lembrando que a expressão local não apenas pode diferir da estrutura tipológica ideal, mas fatalmente é o resultado das tensões internas e dos limites de influência de cada agente.

- a) *Produtor* – A primeira etapa da cadeia. É bastante atomizada com uma grande quantidade de produtores independentes em estágios de produtividade e de qualidade do produto.
- b) *Atacadista de origem* – è vulgarmente conhecido como atravessador. Recolhe a banana dos estabelecimentos com um caminhão e a reúne encaixotada em um galpão próprio ou terceirizado, localizado no município ou nas imediações (Vide foto 3). Em Jacinto Machado cinco destes recolhem a produção de mais de 90% dos produtores. Esta primeira fase do transporte reúne ainda agentes como embaladores e encaixotadores.

⁴⁹ A banana tomada aqui como matriz refere-se aos todos os cultivares: prata, caturra, maçã, da terra e outras presentes na amostragem da Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE.

Foto 5 – Galpão de armazenagem e distribuição da produção de banana na comunidade de Serra da Pedra.



- c) *Atacadista de destino* – Geralmente é uma pessoa jurídica (empresa) que negocia diretamente com o atacadista de origem. Carrega o caminhão no galpão do vendedor e leva para seu próprio galpão, ou então para as CEASAs onde lá negocia re-distribui para as cidades de atuação de sua empresa.
- d) *Varejista* – é o negociante de instrumentos de consumo como redes de varejo e feiras livres. Adquire o produto em lotes ou em partes e o disponibiliza nas gôndolas e prateleiras do estabelecimento.
- e) *Consumidor* - o elo final da cadeia. É o responsável pelos ajustes do trabalho realizado a montante. Sua opção de escolha e seu poder de compra interferem diretamente nas negociações entre os agentes e na evolução do preço em cada etapa. Na conjuntura do nicho de mercado (onde impera a lei da oferta e demanda)

o consumidor detém o papel seletivo de determinar a tipologia do produto final na questão da qualidade e na relação custo-benefício.

4.1.4 O circuito industrial

O circuito produtivo industrial pode-se afirmar que se inicia com a grande produção bananícola o município nos anos setenta. A primeira empresa que inicia no município é a Balas Joice, produzindo balas de banana com a abundância da matéria-prima em Jacinto Machado. Poucos anos depois, se inaugura outra empresa: a Balas Boni, também produzindo exclusivamente balas de banana⁵⁰. O circuito industrial utiliza as bananas que possuem qualidade inferior e que são produzidas sob poucos critérios técnicos por pequenos produtores de até 5ha – a chamada *banana de descarte*. A indústria recolhe com seus caminhões exclusivamente a banana do tipo prata⁵¹ de produtores previamente cadastrados. Muitas vezes o pagamento da colheita efetuado pela empresa é a única maneira daqueles produtores obterem renda monetária. São muitas vezes agricultores advindos do Rio Grande do Sul e/ou de municípios vizinhos de Jacinto Machado, que adquiriam ou arrendaram terras de encosta mais baratas por serem impróprias para o plantio da banana pela exposição do terreno aos ventos frios de quadrante sul.

Ao chegar na planta industrial, as bananas são lavadas e podem ser colocadas em câmaras de refrigeração e de amadurecimento ou irem direto para o cozimento – dependendo o grau de maturação da fruta. Quando maduras são diretamente levadas a caldeira para o cozimento com casca. Ali é acrescida a polpa industrializada da fruta advinda de empresa especializada. Após este processo que tem como resultado uma grande “*massa sólida de banana*”, é realizado o resfriamento e a secagem em temperatura ambiente por um período de até um dia, para então logo em seguida esta ser cortada em pequenos cubos e passadas no açúcar cristal.

⁵⁰ Atualmente no município de Jacinto Machado, são três as indústrias alimentícias que produzem exclusivamente bala de banana.

⁵¹ A banana do tipo prata é preferível a caturra por apresentar menor teor de água (cerca de 76%) diminuindo o tempo e os custos de cozimento.

Foto 6 – seleção das frutas para *descascagem* e posterior cozimento

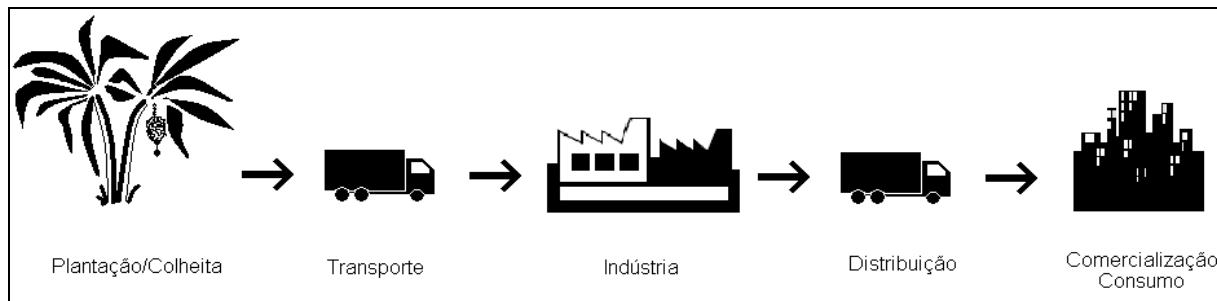


A etapa final é o embalagem dos doces com plásticos e o enchimento dos pacotes plásticos que variam de 900 gramas até 5 quilos. As balas de banana de Jacinto Machado são comercializadas em todos os estados do Sudeste e Sul com maior proeminência para os Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo e Santa Catarina, nesta ordem.

Torna-se oportuno salientar que o aprofundamento das relações capitalistas no período tecnológico possibilitou na produção de bananas de Jacinto Machado uma ambigüidade em relação à capacidade de produção, numa clara alusão da natureza dual do capitalismo. A aproximação dos lugares, por conta da maior fixidez dos espaços – rodovias, facilidades promovidas pelos sistemas de informação e de tecnologia baratearam drasticamente os custos produtivos e dos fluxos nos últimos trinta anos, fazendo com que a localização contígua da planta industrial as áreas produtivas não se fizesse mais necessário ou indispensável como afirma SANTOS (1996). Deste modo penalizou-se uma leva de bananicultores que não conseguiram fazer a transição tecnológica, tendo com única solução primeiro a subjugação aos ditames do pequeno capitalista/comerciante representado pela figura do atravessador e mais recentemente pelo grande capital comercial – as redes de varejo⁵².

⁵² Existem muitas críticas de bananicultores locais a respeito da utilização de polpa industrializada e/ou do recolhimento da produção de bananicultores de outros municípios por parte das indústrias. Esse embate nos

Fig. 10 – Esquema do circuito industrial da banana em Jacinto Machado



4.2 AS BANANAS DE JACINTO: ENTRE A MARGINALIDADE E A SOBREVIVÊNCIA

4.2.1 As formas locais da produção de bananas: condições da lógica familiar

Em Jacinto Machado, a bananicultura comercial não é em si uma atividade que capturada pelo “*pacote tecnológico*” como no caso da rizicultura irrigada. A combinação dada por elementos (humanos, naturais e técnicos) espacialmente diferenciados e historicamente selecionados ao longo da (re)produção das práticas capitalistas nos espaços agrícolas, confirma até hoje uma condição de subordinação desigual do desenvolvimento capitalista do espaço agrícola nacional.

Enquanto que as maiores zonas produtoras do Brasil (Vale do Ribeira em São Paulo, Norte Catarinense, Nordeste de Minas Gerais, e Rio Grande do Norte) gozam de processo técnicos *especializados*, institucionalmente organizados, e vinculados a exportação nos termos do *agribusiness*, um grande contingente de produtores permanecem as margens de uma melhor sorte, com condições deficitárias e instáveis de inserção nos mercados e/ou de visível marginalidade de condições de vida. Neste panorama a agricultura familiar em sua

revela de um lado o estancamento de produtividade levado a cabo pelo setor secundário do município, mas mais do que isso, a falta de planejamento do pequeno produtor em relação a sustentabilidade da lavoura, já que a indústria parece ser efeito da conformação produtiva que se deu ao longo dos anos.

diversidade estrutural intrínseca responde por cerca de 78% da fruta recebida pelo consumidor final (IBGE 1995/96) e grosso modo por cerca de 97% da produção catarinense. (SOUZA & CONCEIÇÃO, 2004).

Se a atividade bananícola não está desvinculada da realidade social da categoria ‘agricultura familiar’, ela não se conduz sob um único coeficiente técnico, e por isto também não apresenta um igual nível de composição orgânica do capital (condições técnicas-produtivas do trabalho) entre os estabelecimentos. No caso de Jacinto Machado, onde numericamente 96,25% dos 1.410 estabelecimentos são controlados pela família presencial-se, de modo geral, uma lógica de sustentação econômica da atividade baseada na experiência adquirida em décadas de trabalho com a fruta, mas que é nominalmente diferenciada entre os indivíduos. Ainda permanece uma forte característica de produção atomística e tradicional – no sentido de uma continuidade produtiva nos moldes da baixa tecnificação e de utilização de recursos financeiros.

Com base nos dados coletados do questionário, a **tab. 12**, a seguir estabelece um diagnóstico da inserção tecnológica dos agricultores que plantam banana em seus estabelecimentos.

Tabela 12 – Inventário técnico-produtivo da cultura da banana.

Instrumentos e atividades	% dos agricultores
<i>Trator mecânico (propriedade)</i>	< 5%
<i>Carro de boi (propriedade)</i>	> 90%
<i>Pulverizador manual (propriedade)</i>	10% - 20%
<i>Canhão pulverizador (propriedade)</i>	< 5%
<i>Armazem de recolhimento (propriedade)</i>	< 5%
<i>Compra de mudas certificadas (procedimento)</i>	10%-15%
<i>Renovação periódica do bananal (procedimento)</i>	50%-70%
<i>Aplicação de defensivo (procedimento)</i>	30%-40%

De um modo geral, tem-se especificamente na organização da bananicultura uma subordinação direta do trabalho as condicionantes de operacionalização do capital. Cerca de 83,5% dos produtores são proprietários das terras, número que se aproxima ao encontrado pelo IBGE no censo de 1995/1996, no entanto, os meios de produção (emprego e máquinas

agrícolas) são tratados em regimes mercantis com a contratação temporária e o aluguel e o empréstimo de pulverizadores, tratores e carros-de-boi. É também relativamente comum (de acordo com a pesquisa de campo) os regimes de parceria, com a divisão do controle da propriedade, especialmente entre os membros da família.

Em relação ao financiamento e crédito de custeio e investimento para a lavoura. O resultado obtido com as entrevistas confirma a premente dificuldade da instituição do financiamento agrícola no Brasil para o cultivo. Treze entrevistados (43,4%) afirmaram que nunca utilizaram algum tipo de empréstimo bancário ou mesmo o PRONAF para utilização na lavoura.

A produção de bananas é fundamentalmente realizada em pequenos e médios estabelecimentos (até 60 hectares) de encosta e de uma maneira não-especializada, ou seja, a banana não é a única atividade geradora de renda monetária para as famílias. Embora seja uma atividade que demande mão-de-obra em alguns momentos produtivos (reforma do bananal e colheita), ela aparece marginalizada em importância devido a dependência exclusiva dos atravessadores e da baixa lucratividade por hectare.

Abaixo apresentamos o **graf. 6** com a dispersão das porcentagens das áreas dos estabelecimentos ocupadas com bananas.

Graf. 6 – Dispersão da porcentagem das áreas dos estabelecimentos cultivadas com banana

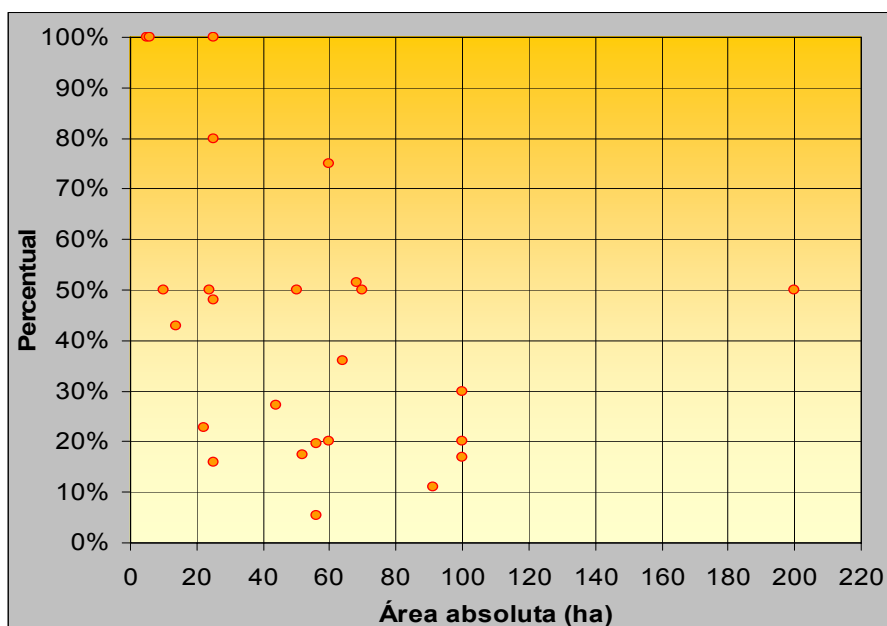


Foto 7 – Bananal na comunidade de Tenente (sul de Jacinto Machado).



Foto 8 – No primeiro plano a produção de arroz e ao fundo, nas encostas, a banana.



Prancha 3 – Realidade da produção de bananas – cultivo, tratos culturais, transporte da produção.



Embora seja uma atividade que requisite mão-de-obra intensa, os procedimentos são sempre determinados pelas condições financeiras da família. O emprego no bananal embora exista, é na imensa maioria das vezes informal e instável, resumindo-se nas épocas de maior colheita e alguns períodos do inverno para a *roçagem* e capina e a passagem de defensivos (agrotóxicos). A relação de trabalho, entretanto depende basicamente do preço acertado entre o atravessador e o bananicultor. Se este último perceber que as perdas superam o potencial de lucro, fatalmente ele deixará de colher o produto e/ou de solicitar força de trabalho.

O exemplo do *espaço da bananicultura* em Jacinto Machado exprime a dificuldade de incorporação social e econômica, no *novo tempo*⁵³, de um segmento familiar historicamente estabelecido. Outrora uma atividade que empregava a maior parte do tempo de trabalho dos agricultores das encosta dos morros, se vê, mesmo ainda com um universo considerável de produtores dela dependentes, comprimida em meio a crises e relegada a um plano periférico pelas constantes dificuldades de adaptação às condicionantes de mercado.

Se durante o *capítulo III* desta dissertação pudemos construir o arcabouço histórico, sob o qual se sustentam as relações sociais do presente, cabe aqui neste momento e evoluirmos nossa crítica para a avaliação dos dados empíricos como um exercício metodológico e geográfico.

Conforme os dados de campo e as observações da realidade pudemos construir um panorama esquematizado de modelos (não-rígidos) no sentido proposto de LAMARCHE (1998)⁵⁴ onde as características descritas se fazem presentes em maior ou menor grau de semelhança empírica. No quadro e na **tab. 13** a seguir, denominamos e classificamos ao nosso modo os *modelos agrofamiliares* (M.A) da produção de bananas detectados no município:

⁵³ O sentido dessa expressão vai ao encontro do que Santos (1993; 1996) defende em suas últimas obras sob a alcunha de período técnico-científico-informacional, denominando que o mundo capitalista, globalizado na velocidade das mudanças, se tornou excessivamente dependente da informação e da técnica para a realização das relações de troca mercantis.

⁵⁴ Isto quer dizer que modelos ideais não existem, rigorosamente. Os produtores estarão situados na realidade objetiva entre um ou outro, e fatalmente terão semelhanças maiores com uma tipologia apresentada do que com outra. Nosso intuito em apresentar a

Tab. 13 – Caracterização tipológica das dos produtores de banana

TIPO	Tipo preferencial de cultivar	Recursos tecnológicos	% da renda bruta mensal dada pela banana*	escolaridade do produtor	Emprego de Mão-de-obra (peões)**
M.A. camponês	prata	baixo	30% - 90%	1o grau incomp.	Nula/até 1 pessoa por colheita
M.A. convencional	prata	baixo-médio	40% - 80%	1o grau incomp.	Nula/até 2 pessoas por colheita
M.A. agroecológico	caturra/prata	baixo-médio	50% - 70%	1o grau	Nula/até 2 pessoas por colheita
M.A. convenc. melhorado	caturra	médio	80% - 100%	2o grau	Mais de duas pessoas por colheita

* Com base nos questionários

** Depende basicamente do número de mebrros da família e da sua utilização na lavoura

- M,A. Camponês – Bananicultores cuja renda média bruta não atinge 1,5 salários mínimos (SM) mensais. Estabelecimentos de até 10 hectares situados em encostas baixas de até 200m de altitude com exposição sul e sudeste (preço da terra mais barata) e produzindo sob condições precárias (sem recursos econômicos, tecnologia e conhecimento) de policultivo e/ou de subsistência tendo a banana como a única garantia de renda monetária. São geralmente proprietários e arrendatários mais comuns ao norte do município. Plantam unicamente o cultivar prata-anã. Segundo o questionário, este modelo se aplica a 30% dos bananicultores.

- M.A. Convencional – Bananicultores mais antigos cuja renda média bruta mensal se situa entre 1,5 e 4 SM. Geralmente tem na bananeira a sua fonte de renda monetária. Seus estabelecimentos se situam em encostas baixas de até 200m em áreas abrigadas dos ventos de quadrante Sul. Utilizam certos recursos tecnológicos (adubação, desbaste, capina, veneno) e usam ou usaram alguma vez recurso creditício. São na imensa maioria das vezes proprietários. Correspondem a cerca de 60% dos produtores de banana

- M.A. Convencional Melhorado– Geralmente além de bananicultores são também atacadistas de destino recolhendo a produção de outros bananicultores. A renda média bruta mensal se situa entre 4 e 8 SM. Utilizam recursos tecno-produtivos mais eficientes (adubação, desbaste, capina, veneno, óleo mineral) e usam ou usaram alguma vez recurso creditício. Poucos são os bananicultores com este perfil,

representando cerca de 5% do total de produtores. Plantam os cultivares Cavendish e prata-anã.

- M.A. agroecológico – Com suporte da agência municipal da Epagri e do SEBRAE bananicultores que vem apostando nos últimos cinco anos na produção orgânica certificada sem utilização de agrotóxicos. São geralmente produtores dos sistemas supracitados camponês e tradicional que decidiram partir para uma produção ecológica como tentativa de garantia monetária frente as constantes irregularidades do mercado. Segundo a Secretaria de Agricultura no município são atualmente 20 famílias que tentam desenvolver este modelo.

4.2.2 A atuação dos agricultores da mudança do panorama comercial recente nos anos 90 e 2000

Nas entrevistas realizadas com bananicultores do município, muitos deles consideram o panorama atual como uma “*calamidade pública*”⁵⁵, onde muitos se encontram de mãos atadas quanto às perspectivas de melhor futuro. Muitos reclamam do aumento dos gastos⁵⁶ (especialmente com adubos e fertilizantes) a partir de meados dos anos 80 para o cultivo da bananeira, ao mesmo tempo em que se diminuía o retorno dos agricultores com a lavoura. Segundo os próprios agricultores, nesse período de grande inflação e inconstância de padrões na política econômica nacional, os *atravessadores* – comerciantes encarregados de escoar a produção aos varejistas nos centros consumidores e que compram praticamente

⁵⁵ Expressão retirada do depoimento gravado do Sr. R.R. 55 anos.

⁵⁶ Os procedimentos de produção e os gastos com o cultivo incluem anualmente de acordo com o ICEPA, (1988): a) desmatamento e queima da área que se deseja plantar; b) feitura das covas; c) correção da acidez do solo com calcário (10 sacas/ha/ano); d) adubação (cerca de 21 sacas/ha/ano) e plantio de novas mudas em espaçamento adequado (4x4 metros nos do sub-grupo Prata e de 2x2,5 metros para os cultivares do grupo Cavendish; e) tratamento das bananeiras em idade produtiva com herbicidas e fungicidas; d) aplicação mecânica de óleo mineral (20 litros/ha/ano); f) desbaste dos menores rebentos entre as mudas e limpeza das folhas doentes mortas ou pendentes; g) limpeza do terreno através de capina manual; h) ensacamento ou tutoramento dos cachos, (prática muito pouco realizada no município); i) colheita dos cachos ou pencas e; j) transporte até um local combinado (geralmente um galpão, onde os cachos de banana são por vezes lavados em solução de amônia, detergente e/ou um fungicida), onde o caminhoneiro recolherá a produção e a levará aos centros consumidores. De acordo com o Técnico Agrícola, a maioria dessas ações não é devidamente observada pela imensa maioria dos bananicultores do município.

toda a produção dos bananicultores, passam a pagar ainda menos pela banana colhida. A mão-de-obra também começava a ficar escassa e cara por conta do êxodo rural acentuado que fez a população do município encolher praticamente 9% desde 1980.

Mesmo com uma certa estabilização da área plantada no município com cultura, que se prolongaria até os primórdios da década de 90, começa-se a perceber naqueles idos, que o cultivo já aponta sinais de arrefecimento, com quedas de rendimento da produção e falta de mercados para escoamento da produção: fatores que elucidavam a falta de estratégia competitiva na inserção da produção no mercado.

Para nós, enquanto observadores da realidade, a banana passa a imagem de uma ‘*experiência que vinha dando certo*’, mas que não era devidamente levada a sério. As observações técnicas de produção, de colheita e o manejo na pós-colheita da fruta são medidas já pouco observadas pelos agricultores e a mecanização das lavouras é algo inexistente. O resultado traduz-se na condição da plantação, geralmente descuidada e gerando frutos de baixa qualidade para consumo *in natura* (descarte), sendo vendidos a menores preços, ditados pelos *atravessadores* ou então, absorvidos pela indústria para a fabricação de balas e doces – prática que conforme o PDMR-JM (2002), absorveu somente no ano de 2002, 8 % da produção municipal da fruta.

É a partir também do final década de 80, que a produção de banana de Jacinto Machado começa a sofrer decisiva concorrência de cidades do Norte do Estado, como Joinville, Luiz Alves e Corupá, que naqueles idos começavam a incrementar a produção do cultivar Caturra, e que nos anos 90 formariam a maior região produtora do Estado exportando para países do Mercosul nas circunstâncias abaixo apresentadas na **tab 14**.

Tab. 14 – Comparação entre itens das duas maiores zonas de produção de bananas em SC.

ITEMS	R. Norte Catarinense*	Jacinto Machado
Cultivar explorado sobremaneira	caturra	prata
Tecnologia aplicada	média-alta	média-baixa
Emprego de mão-de-obra contratada	médio-alto	baixo
Atividade balizada por sindicato/associação	Sim	Não
Controle fitossanitário	eficiente	pouco eficiente
Apoio Estatal (mudas, práticas, assistência)	alta-eficiente	pouca-insuficiente
Utilização de crédito para custeio/investimento	médio-alto	baixo

Fonte dos dados: observações, questionários, entrevistas e visitas a campo.

* Saída de campo em jan. de 2007 aos municípios de Jaraguá do Sul e Schroeder.

ICEPA,(1988) avalia que apesar de existirem desde a década de 80, financiamentos especiais para o bananicultor da região sul-catarinense, estes são prioritariamente para o custeio da produção. O crédito para investimento em bananais é ainda prática pouco comum e de difícil consecução por quê está vinculado perspectiva e ao prazo de retorno do empréstimo.

Segundo o Sr. R.R (55 anos):

“Não tenho como pegar empréstimo(...)Se eu tivesse que pegar era pouco por que com a banana eu não ia saber quando e como eu ia pagar. A coisa ta difícil pra nós. Dinheiro tem, mas nós também não temos como pagar depois... e aí? Como é que vai ser né?”

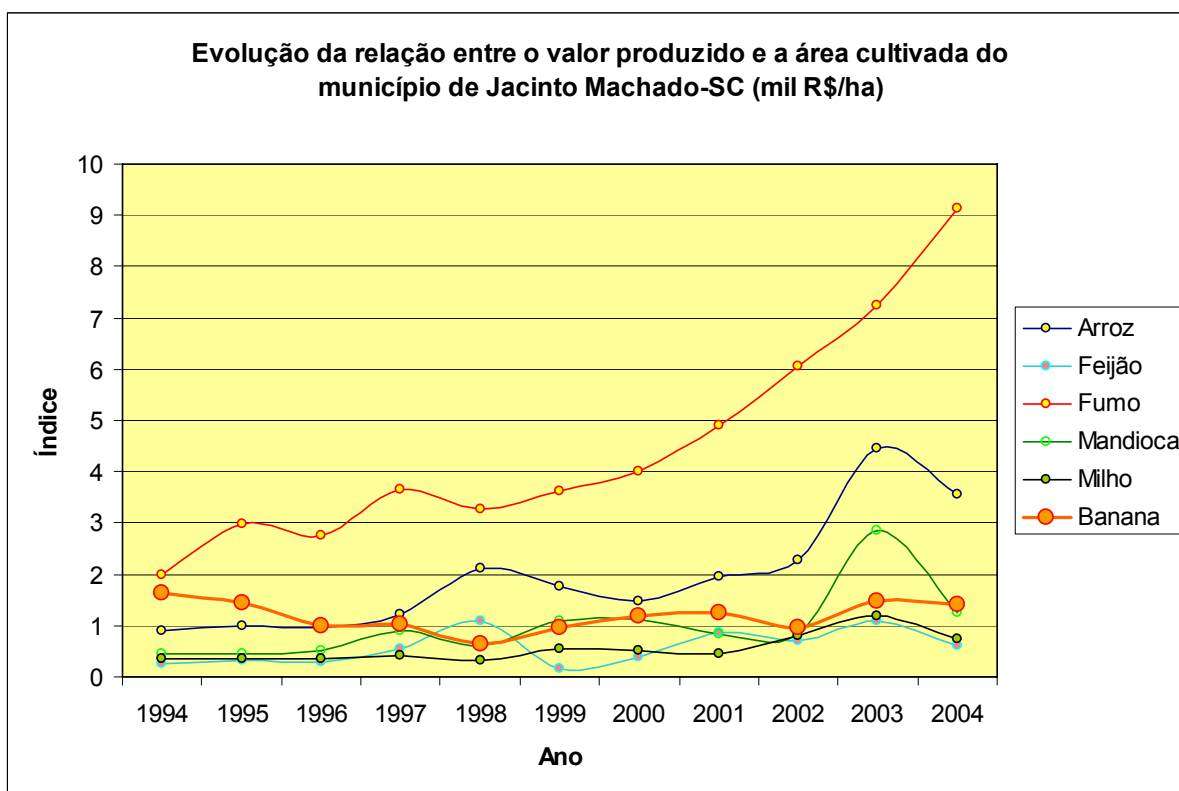
O Secretário de Agricultura do município acrescenta ainda a questão da descapitalização do bananicultor ao longo dos anos. O produtor que investia nas lavouras e não conseguia obter o retorno do investimento era desmotivado em investir novamente, terminando por descuidar dos lides essenciais com as plantas e o terreno. A descapitalização do bananicultor do município, como processo ressaltado especialmente nos anos 90, é resultado inerente da falta de organização dos produtores em cultivar com objetivos traçados para manter-se no mercado.

Como conseqüência desse fato, há a partir desse período uma tendência a re-estruturação das relações entre o produtor, a terra e o mercado. A tentativa da inserção da cultura do maracujá e o avanço da silvicultura por conta da oportunidade de lucro com as florestas plantadas foram episódios marcantes da luta do produtor contra a insegurança do plantio da banana, ao longo dos anos 90.

Analisando o **gráf. 7**, na página a seguir com dados da P.A.M. entre o período de 1994 até 2004 podemos imediatamente considerar três pontos. O primeiro é que a intensidade de uso capitalista da terra, ou melhor, a quantidade de valor gerado em capital-dinheiro pela banana é comparativamente menor do que as culturas estabelecidas do fumo e do arroz. A rigor isto não determina por si só uma desvantagem, mas sem dúvida é possível atestar uma dificuldade de continuidade de evolução da renda doméstica pelas opções/escolhas pessoais em se investir na atividade. Se atentarmos para um segundo

ponto: o de que a bananicultura se aproxima em geração de valor e renda das atividades ditas de subsistência e de autoconsumo, (milho, mandioca e feijão) veremos que esta atividade parece muito mais tender a um tipo de exploração vulgar do que estável dentro do estabelecimento.

Gráf 7 – Evolução da relação entre o valor produzido e a área cultivada com bananas.



O último ponto a ser destacado refere-se a evolução da relação trabalho-valor da atividade bananícola. É sabido que os salários, a renda e o potencial de compra da população brasileira aumentaram sensivelmente a partir dos ajustes macroeconômicos promovidos desde o Plano Real de 1994 e a abertura econômica. Por outro lado, o custo de vida também se elevou neste período, com o aumento quase linear do preço dos alimentos e dos bens de consumo e de capital.

Tendo isso em mente, se verificarmos a relação entre o valor produzido e a área

cultivada das seis atividades apresentadas, veremos que somente na bananicultura ocorreu um decréscimo do valor proporcionalmente produzido, partindo de R\$1,62 mil no primeiro ano para R\$1,42 mil por hectare no último. É impressionante constatar que mesmo com o aumento absoluto da produtividade como se podem verificar nos dados da P.A.M. e dos censos do IBGE, o processo de acumulação na bananicultura local vem nos últimos anos dando sinais de possível esgotamento caso se mantenha em seu patamar tecnológico.

Uma constatação empírica do quadro da banana em Jacinto Machado é o empobrecimento crescente dos produtores. Atualmente, de acordo com nossa pesquisa de campo, a renda mensal média advinda com a banana não ultrapassa os 2 salários mínimos mensais, valor semelhante ao daqueles comprovados nos trabalhos de SOUZA & CONCEIÇÃO (2004) e LIMA (1983). O lucro obtido com a fruta não mais compensa o valor do trabalho que se realiza no bananal. Nas últimas duas décadas, muitos donos de terra se tornaram peões chegando a cobrar entre R\$ 30,00 e R\$ 50,00 por dia de trabalho no bananal. A força de trabalho necessária então, tem muitas vezes um custo maior do que o produto final, por isto, se explica em alguns períodos do ano o extremismo de alguns agricultores de não colher a fruta deixando-a “apodrecer no pé”.

Salientamos, entretanto a tentativa de alguns poucos bananicultores em adequar-se as novas exigências dos mercados produzindo frutos de boa qualidade dos frutos e realizando um manejo na pós-colheita, (inclusive com utilização de câmaras de maturação das frutas).

Alguns desses raros produtores mais capitalizados também fariam o papel de agentes de comercialização da fruta no município, recolhendo a produção de outros bananicultores, e primando pela excelência em qualidade e articulando relações com varejistas de outros Estados numa semelhança de ação com os *atravessadores* (capitalista comercial).

4.2.3 *Mais um diálogo possível: o efeito “ROUNDUP” e a cultura do agrotóxico.*

Sobre as condições da evolução bananícola de Jacinto Machado, aos olhos de um agricultor obtivemos o seguinte trecho do Sr. D.V (74 anos), bananicultor nas décadas de 60

a 80, residente no distrito Gávea e filho de italianos:

“Aqui a gente sempre produziu sem precisar de muita tecnologia (...)Era só adubando e cuidando com os ventos e a chuva. E dava banana! Não é igual hoje, “mirradinha”...Tinha cacho que pesava mais de 40 quilos, e pra “ti” carregar tinha de ter braço...Hoje os cachos são tudo pequeno(...)

Este excerto de entrevista concedida em dezembro de 2005 nos despertou para a questão da perda da fertilidade dos solos de encosta, relacionada com a indiscriminada utilização de agrotóxicos – fungicidas, pesticidas, herbicidas, inseticidas, fitossanitários, fertilizantes químicos na bananicultura a partir dos anos 70.

O antigo bananicultor, do final dos anos 50 e início dos 60, desprovido do conhecimento sobre os tratamentos culturais “modernos” e servia-se apenas dos poucos artifícios em que seu estabelecimento poderia produzir. Assim usava o esterco de gado ou estrume como fertilizante natural e fazia-se regularmente a capina para a contenção de ervas competidoras da herbácea, sem muito se preocupar com uma racionalidade produtiva que contemplasse um grau constante de produtividade e/ou explorasse o bananal acima de sua capacidade.

Com a rentabilidade da atividade nos anos 70 pelo aumento da demanda pela fruta especialmente nos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo o bananicultor de Jacinto Machado viveu dias prósperos e a área plantada com banana aumentou 61%, em 5 anos, exigindo expansão da mão-de-obra e investimentos em capital para o alcance de uma relativa regularidade na produção e comercialização.

J. Z.(54 anos), ex-bananicultor e atualmente comerciante no centro de Jacinto Machado avalia especificamente aqueles anos.

“Ah, naquele tempo era uma média de 20 a 30 caminhões todo o dia recolhendo banana em Jacinto. Desde de manhã até a noite.(...)”O Jacinto era cheio de gente. (...) Era muita gente plantando e quanto mais plantava, mais vendia.”

Em consonância ao aumento da demanda, consolidou-se o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1975, onde governo brasileiro tratou de fomentar a disseminação e a utilização dos então propalados “*defensivos*” amarrando a anuência e a disponibilização do Crédito Rural nos bancos comerciais pela compra de insumos. Nesse sentido as empresas de pesquisa e extensão agrícola foram também vilãs em defender o uso com auspícios de melhores rendimentos das culturas anuais e cíclicas.

A meta do capital foi atingida e o Brasil seguiu rigorosamente a estratégia da Revolução Verde, já em voga desde os anos 50 nos Estados Unidos e Europa. Na bananicultura jacintomachadense o processo não pareceu estruturalmente diferente, e não sem causar implicações na produção e no meio ambiente.

O paralelo que podemos traçar quanto ao incremento do uso de agrotóxicos é que particularmente este fator foi contraproducente ao que se previa, acelerando a perda da produtividade nos bananais ao alterar o equilíbrio original de imunidade natural das plantas às doenças. Segundo publicação técnica da POTAFOS (2004), químicos a base de NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio) quando ministrados de modo livre e desbalanceado levam a mudança de propriedades fisiológicas e bioquímicas da planta e alteração de seus níveis de absorção de nutrientes e minerais do solo.

Um desses compostos químicos, o agrotóxico com nome comercial *ROUNDUP* (Glifosato), herbicida da multinacional Monsanto é utilizado em larga escala na produção bananícola de Jacinto Machado desde final dos anos 70. Das entrevistas realizadas, observa-se que mais de 85% dos agricultores ainda utilizam-no regularmente. Um dos estímulos para o uso é o seu baixo preço comercial perfazendo uma economia de tempo e trabalho para o bananicultor-proprietário, eliminando o pagamento de horas de serviço para os peões realizarem a capina manual – procedimento quase abolido na produção local - e conseqüentemente aumentando a capacidade de trabalho em uma área maior e o incremento absoluto da renda bruta agrícola.

O grande problema de sua disseminação, no entanto não é visível a olho nu. Além das varias implicações a saúde do trabalhador, o Glifosato, unindo-se a outros compostos químicos como óleo mineral agrícola – utilizado nas folhas da bananeiro para a proteção uma doença fungifca: a Sikatoka Amarela - penetra no solo causando o extermínio da vida

bacteriana, tão indispensável no auxílio da fixação de uma gama de nutrientes pelo rizoma da planta e liberando altas cargas de minerais que se acumulam no pseudocaule e no rizoma. Desta maneira a planta perde resistência contra as pragas e acaba também produzindo um fruto de pior qualidade.

Qualquer semelhança entre este o uso descompromissado de “*ROUNDUP*” e o surto local de Mal-do-Panamá no início dos anos 80, que eliminou uma grande área de bananas e a possibilidade de re-plantio por um mínimo de 20 anos não parece ser mera coincidência.

A ‘*cultura do agrotóxico*’ demonstrou deste modo ser um péssimo negócio para a bananicultura no longo prazo. Existem várias extensões de terra no município que se transformaram em pasto e áreas de reflorestamento pelo extermínio de bananais improdutivos e/ou infestados de doenças.

4.2.4 A hostilidade nos ambientes social e institucional

De um modo geral a estrutura produtiva da cadeia da banana prata do município de Jacinto Machado, baseada na variabilidade técnica-produtiva e ligada ao patrimônio sócio cultural de uma agricultura de tipo familiar têm-se mostrado pouco capaz de construir estratégias de competitividade e geração renda para os principais agentes produtivos. Esta corresponde perfeitamente a descrição genérica de ABRAMOVAY (1998) na medida da dificuldade de consolidação de projetos de vida dos agricultores no espaço rural:

“Há um vasto segmento da agricultura familiar brasileira que não consegue afirmar-se economicamente em virtude do ambiente social que a vincula ao mercado. (...) São importantes os mecanismos de comercialização (...) que ligam as famílias a um comerciante (bodegueiro, atravessador) que se torna o destinatário natural dos resultados do trabalho agrícola. Mas é o que ocorre sempre que no ambiente local e regional as famílias têm reduzidas margens de escolha na comercialização de seus produtos” ABRAMOVAY (1998:12)

O futuro próximo parece reservar aos bananicultores um caminho de desafios maiores dos que até hoje foram enfrentados. O primeiro obstáculo, que já se processa desde outrora não é exclusivo da atividade bananícola, mas é percebido de uma forma mais intensa na atualidade: o distanciamento dos jovens a atividade agrícola. O desejo de construir um futuro longe das vicissitudes de um ambiente hostil a estabilidade econômica e social torna-os avessos ao “*trabalho braçal nas roças*” e a próprias tradições instituídas nos lugares. Se nos anos 60, 70 o êxodo rural era provocado fundamentalmente pelas mudanças nas relações de trabalho na agricultura e pelo grande crescimento industrial da economia brasileira, o movimento migracional de agora tem uma conotação que, vinculada a evolução dos graus de escolaridade, ao aumento absoluto do rendimento monetário das famílias e da infra-estrutura e da assistência social, só atesta a tendência progressiva e *natural* (econômica) da urbanização brasileira, em detrimento das relações sociais e culturais historicamente construídas no espaço rural.

Outro obstáculo que vem há muito dificultando a perspectiva de melhoria da capacidade produtiva da banana em Jacinto Machado é o prognóstico de exclusão e seleção dos produtores rurais pelos mecanismos dos mercados. A corrente da agricultura moderna como nos apresenta Mior (2003) diz que o padrão da modernização e de *estandarização* industrial é a única saída para a mitigação dos problemas históricos da agricultura brasileira. Essa afirmativa arrasta uma discussão mediada pelas correntes de pensamento para o Rural, que, quando madura deve reconhecer a existência de boas alternativas das frentes, pois, em meio a este processo de amadurecimento intelectual estão *projetos de vida* em jogo. Particularmente enquanto alguns agricultores enfrentam esse dilema de tentar a especialização ou passar por um processo de reconversão produtiva, muitos são forçados a vender suas terras e, conseqüentemente, se deslocarem para as cidades ou ainda permanecerem no campo sob a circunstancia de meeiros ou arrendatários. Aconteceu em Jacinto Machado⁵⁷.

O grande problema de pensar somente que a adequação a uma racionalidade industrial pode ser um desfecho exclusivo para os problemas inerentes da agricultura é o surgimento pressões públicas e medidas reguladoras que dificultem a tentativa de ampliação

⁵⁷ Ainda que não se consiga precisar em números absolutos, sabe-se da existência de grande quantidade de ex-proprietários que venderam as terras como meio quitar as dívidas decorrentes da bananicultura.

do horizonte tecnológico com base em um esforço sobre a construção de estratégias coletivas pelos agentes sociais. Sabe-se, por exemplo, muito bem que pelas suas convicções nos termos técnicos e produtivos os órgãos de assistência técnica e extensionista concentram suas forças e canalizam seus recursos disponíveis para aqueles grupos de agricultores com maior poder de resposta inicial e que de alguma forma se mostram solícitos as suas ideias Mello & Schmidt (2003)

Por outro lado, a existência dessa dificuldade empírica de tratar os problemas agrícolas é também resultado das tensões em que estão mergulhadas as instituições de pesquisa e extensão agrícola. Isto pode ser constatado em Jacinto Machado na medida da desunião das práticas entre a Secretaria Municipal de Agricultura e o escritório municipal da EPAGRI.

Por motivos de ordem político-administrativa e discordâncias entre metodologias de projetos de desenvolvimento e tomadas de decisões⁵⁸, ambos os gabinetes acabam por minorar suas possibilidades de influências, terminado então por funcionar quase exclusivamente como organismos de orientação técnica particular, prestação de contas, ou mesmo postos de informações estatísticas gerais.

A pouca eficiência das superestruturas para com a atividade bananícola é um dos sinais (silenciados) de fragilidade daquela atividade. Muito embora as instituições locais estejam presentes há tempos, elas se espelharam no ambiente institucional nacional e praticamente se recusaram até os anos 90 em efetuar quaisquer práticas com vistas a sustentabilidade da população dependente da banana. Muito diferentemente, se dirigiram quase que integralmente para auxiliar uma re-ordenação produtiva do Espaço municipal com base no pacote tecnológico da atividade rizícola que já vinha se efetivando com o Pro-várzeas desde a primeira metade dos 80.

Por fim, com a re-estruturação do sistema agroalimentar nos anos 90 podemos mencionar como a maior ameaça que pesa sobre a atividade bananícola no lugar a dificuldade de adaptação das populações às medidas regulatórias e às necessidades de

⁵⁸ É emblemático nos anos 90 o caso da introdução da cultura do maracujá pela EPAGRI como alternativa especialmente às propriedades que tinham a banana como fonte principal de renda. Essa ação, embora carente de estudos aprofundados, como se verificou posteriormente com a imensidade de pragas nas lavouras, nunca chegou a ser aceita como viável pela Secretaria da Agricultura. Na ocasião esta estava muito mais voltada ao estabelecimento de uma cooperativa de bananicultores, projeto ainda sem resultados e só retomado no ano de 2005.

padronização impostas pelas Portarias e Instruções Normativas Federais e pelas Centrais de Abastecimento (CEASAs).

Especificamente com a constatação da doença da Sigatoka-Negra no estado do Amazonas em fins de 1998, iniciou-se no Brasil um maior rigor de controle por parte da vigilância sanitária do comércio interestadual de bananas já que segundo SOUZA & CONCEIÇÃO (2004) o risco de uma epidemia se torna relativamente alto, e nacionalmente existem cerca de 500 mil pessoas ligados diretamente com esta atividade.

A partir de então uma série de medidas foram tomadas para que não houvesse contaminação de novas áreas. Implementou-se legalmente a necessidade de certificação fitossanitária de todas as zonas produtivas por parte das empresas de Pesquisa e Extensão estadual e que estas mesmas fossem monitoradas recorrentemente. Uma das principais medidas nesse sentido foi a necessidade da mudança do embalamento das bananas. As tradicionais caixas de madeira deveriam ser gradativamente abolidas como meio de evitar a dispersão do fungo causador da moléstia supra-citada.

Segundo SOUZA & CONCEIÇÃO (2004), nas CEASAs, especialmente do Estado de São Paulo por exemplo, as frutas são avaliadas sobretudo pela condição apresentada dos frutos e dos cachos e pela fidedignidade da informação que se encontra nas embalagens.

Em Jacinto Machado, a adequação dos agricultores e atacadistas de origem a estas novas necessidades é morosa e apenas parcial. A situação de comercialização então se fragiliza na medida que o produto passa a obter rejeição nos centros de armazenagem. O maior exemplo disto é a banana de Jacinto Machado não é comercializada no estado de São Paulo há mais de uma década.

Acreditamos que a evolução da bananicultura após a sua gênese mercantil esbarrou na perda do dinamismo da economia familiar frente à evolução da forma capitalista de geração de mais-valia. Esse descompasso frente às tendências do capital especialmente a partir dos anos 80 fora, a nosso ver, também oriunda de uma seqüência de decisões individuais e coletivas que trazem consigo em seu bojo elementos de origem étnicas e culturais.

Levando em conta a proposta de GALJART (1973) de estudo sobre desenvolvimento econômico, a compreensão dos elementos culturais nos permite uma relação direta entre a

condição produtiva e a perspectiva individual do agricultor.

De acordo com este autor, o uso dos termos genéricos *moderno* e *tradicional* são insuficientes por si sós. Muitas vezes imprecisos, sustentam uma acepção estigmatizada sobre a realidade, classificatória e quase unicamente atrelada a um economicismo - da difusão espacial das técnicas, desconsiderando as condições sociais de *escolha* e de *ação planejada* de um grupo social.

Na medida em que observamos a co-existência, em um território, de grupos sociais com semelhantes reações quanto à utilização tecnológica, e com uma semelhante condição social como é o caso da bananicultura em Jacinto Machado podemos admitir a importância da bagagem cultural no esquema de desenvolvimento produtivo.

Para GALJART (1973:74), ao abordar a questão da técnica e produtiva torna-se oportuno salientar os fatores sociológicos impedem o desenvolvimento agrícola. Segundo ele os fatores podem ser classificados sob um dos três vieses exposto a seguir:

- 1- *Ignorância* – o rurícola não sabe fazer outras coisas além daquelas que tem feito até agora;
- 2- *Impotência* – ele sabe o que poderia fazer, mas é incapaz de fazê-lo, quer por razões financeiras quer por outras razões;
- 3- *Desinteresse* – ele sabe o que deveria fazer, e objetivamente poderia fazê-lo, mas não quer fazer; certos valores ou atitudes o retém; em outras palavras, ele prefere seguir um outro valor.

GALJART (1973) desenvolve sua tese afirmando que a partir da conjunção desses três fatores estabelece-se o *horizonte temporal* dos agricultores, que nada mais seria do que o quão distante pode olhar o indivíduo na exata noção presente de si.

Sabemos que este esquema proposto pelo autor não desvincula a natureza das relações capitalistas. Ele considera importante a função e a reação dos indivíduos perante as mudanças na estrutura produtiva. È, pois uma representação da realidade, ajustada a vida

do agricultor a sua inserção no mundo do trabalho e por isso pode ser acoplada a nossa abordagem.

Em Jacinto Machado, muitos agricultores aprenderam esta profissão plantando bananas, do mesmo modo que pelas experiências adquiridas no lide com a fruta, muitos não acatam as sugestões e conselhos dos poucos técnicos agrícolas interessados no desenvolvimento da cultura. Em nossa amostragem, pudemos verificar objetivamente perfil dos entrevistados: 63% dos 30 entrevistados relatam possuir apenas o ensino fundamental, deixando transparecer que a situação marginal é também derivada de uma deficiência estrutural da atividade agrícola. Da mesma maneira, nada menos do que 66% possuem 45 anos ou mais, o que efetivamente atesta a rápida regressão da atividade na última década. A tendência de envelhecimento da população rural estimula a perda da identidade cultural e então a transformação dos espaços e territórios em *rugosidades*, como já bem alertamos nesta dissertação.

Se a agricultura planeja ser uma atividade rentável e bem-sucedida, ela requer que ajustes sejam feitos no objetivo de estabelecer padrões de funcionamento rigorosos sob os quais não se podem desprezar na crítica da contemporaneidade. A educação empreendedora, o conhecimento técnico, o rigoroso processo de controle da produção e do manejo, o marketing são algumas ferramentas em que o processo produtivo da agricultura pode se basear, MARSDEN & ARCE (1997).

Queremos deixar claro que não se pode instituir a falta de dinamização da economia da banana simplesmente por aspectos de ordem macroeconômica geral ou de políticas públicas. A atividade que possuiu o ápice de desenvolvimento num modelo produtivo incentivado pela grande demanda seguiu apenas parcialmente o ritmo das possibilidades técnicas. Parte do corolário de estagnação pode ser atribuída ao próprio agricultor, no sentido que, enquanto agente produtivo, deixou progressivamente de ampliar seus conhecimentos e atualizar-se profissionalmente, uma necessidade sempre premente na fase recente do capitalismo, e de criar subsídios em uma diacronia.

4.3 AS ORDENS DE MUDANÇA E AS PERSPECTIVAS DE FUTURO.

Como vimos na parte anterior dessa dissertação, a cultura da banana em Jacinto Machado vem *sobrevivendo* ao longo das últimas décadas. Enquanto única condição existencial de fixação e de ligação com o *local* para um contingente de agricultores historicamente vinculados a consolidação dessa atividade no município, a bananicultura preservou-se do direito de se dinamizar nos termos de uma economia agrária. Não obstante a isso, sua expansão espacial fora claramente um retrato da “modernização dolorosa”⁵⁹ marchando marginalizada a programas estatais, linhas de crédito e incentivos financeiros e reproduzindo-se na precariedade do tradicionalismo colonial italiano.

Diferentemente dos projetos produtivos incentivados no vale do São Francisco, norte catarinense, e do pólo agro-exportador nordestino, a banana de Jacinto Machado gradativamente perdeu competitividade e mercados tornando-se obsoleta na medida também de suas próprias escolhas acabando assim mais crivada pelo capital comercial. A constatação de sua heterogeneidade é sua composição por elementos de amplas ordens que não podem ser desmerecidos ou pormenorizados.

Acreditamos que a análise de algumas das inumeráveis circunstâncias empíricas apresenta-se, pois, como essencial para o a construção social de uma “nova composição” que fundamentalmente garanta o funcionamento da produção bananícola para a população, mas sem romper os limites sociais que a permeiam.

4.3.1 A nova dimensão no sistema agroalimentar nos anos 90: mudança nos padrões de funcionamento dos mercados

Com a abertura econômica e o franco processo de mudança dos padrões de comportamento e de informação, cresce o desafio de sustentabilidade da agricultura familiar nas suas modalidades no cenário produtivo nacional. Entram em cena novos componentes capitalistas que incidem sobre a agricultura como um todo, lhe cobrando uma adaptação

⁵⁹ Epíteto cunhado por José Graziano da Silva para exprimir o caráter socialmente contraditório do aprofundamento do “desenvolvimento” capitalista no campo.

tecno-produtiva cada vez mais ajustada com as ordens globais.

É inegável que novos paradigmas se expandiram em maior ou menor proporção ao longo das cadeias produtivas, nos anos 80, especialmente ao longo dos anos 90, mas eles não obrigaram necessariamente ao abandono do padrão de produção anterior - fordista. O que de fato se presencia é o início de uma nova economia como defende Abramovay, (1997) muito mais centrada nas relações subjetivas e entre indivíduos.

Na modernidade do complexo agroalimentar, o aspecto mais saliente torna-se o aumento da *cobrança* e do *controle* dos agentes econômicos a jusante sobre o *rigor produtivo* e *excelência* do produto. O critério da cobrança sobre o produto final vem acompanhado pelos elos de *eficiência* e *confiabilidade*, e no sistema agroalimentar são locados segundo Murdoch e Miele (2004) em dois mundos: o da standartização –que utiliza métodos industriais abertamente difundidos, e, o da especialização – onde a tecnologia e o know-how estão centrados na geração de novas formas de produzir. Ambos diferenciam-se ainda mais através da combinação de padrões produtivos *genéricos* ou *dedicados* que agregam significados à noção de qualidade.

Dessa forma, estabelece-se nos anos 90 o contraste de razões produtivas espelhadas em um mundo de *convenções* organizadas: o apelo à saúde, à ecologia, à emergência das relações inter-pessoais e institucionais de confiança, a preocupação com a vida animal.

Ao mesmo tempo em que se complexificam as relações capitalistas fortalece-se o discurso da necessidade de inovação – através de novas estratégias de governança, adoção instrumentos de controle de estoque, de ordenamento dos fluxos de caixa, mapeamentos logísticos, qualidade produtiva, certificação. FARINA, (1999)

Todos estes aspectos passam a fundamentar a nova regra do capital hegemônico nos processos produtivos, se articulando sobre a primazia de possibilitar e/ou manter uma linha contínua de geração de mais-valia absoluta ao capitalista. (WILKINSON, 1999)

Na mesma forma em consonância a re-significação corrente na busca finalística pela *qualidade*, que ganhou peso decisivo na balança da concorrência mercadológica ao longo dos anos 90, vislumbrou-se um novo campo de estudos para os estudos da ruralidade. Este fator não apenas legitimou um caminho para a dinamização de práticas agrícolas, mas

acabou responsável pelo aprofundamento em primeira mão de abordagens e caminhos teórico-metodológicos entre as ciências ditas sociais.

MARSDEN & ARCE (1995) afirma que, junto com a questão da *qualidade* – uma condição muito mais setorial da produção em si - a discussão da globalização na Geografia e na Sociologia Rural vem se preocupando na proposta de estabelecimento de uma matriz sócio-econômica de integração de territórios e de cooperação entre agentes no que se convencionou chamar *desenvolvimento rural e desenvolvimento local*⁶⁰.

Essa preocupação não é por acaso. A influência exógena de tecnologias, recursos sobre a dinâmica agroalimentar, embora benéfica para a composição do grande capital e para certas atividades, de um modo geral não mostrou ser capaz de unificar as possibilidades técnicas entre as atividades. Enquanto algumas cadeias agrícolas contaram com um incentivo estatal em programas de fortalecimento e/ou uma racionalidade agroindustrial, as revoluções nos padrões de consumo se marcaram importantes como mais um divisor de águas no desenvolvimento agrário brasileiro no sentido da manutenção da segregação das classes. Uma miríade de estabelecimentos familiares permaneceram ilhados em meio a práticas pouco eficientes de produção e formas híbridas de comercialização, amplamente *clientelistas* de atravessadores e atacadistas e dos preços das grandes redes de varejo e comércio.

Nesse sentido, no âmbito das dinâmicas dos espaços rurais não se pôde tomar o valor das transformações somente pelo crivo do avanço tecnológico setorial como atesta especificamente SILVA, (1997; 1999) por que os contingenciamentos oriundos da técnica terminaram por criar mais um corte social segregativo, se unindo a um elenco de problemas agrários históricos (exaustão dos solos, baixa produtividade das culturas, baixos preços para os produtos agrícolas, dificuldades de acesso ao crédito rural, disputas fundiárias, etc.) que permanecem presentes na pauta do debate sobre a questão rural no Brasil.

Desta forma segundo Abramovay (1999), a abordagem fenomenológica no sistema

⁶⁰ Não é nosso interesse neste ponto o aprofundamento da noção dos desenvolvimentos rural e local, que segundo NAVARRO (2002) embora interpenetrantes guardam particularidades funcionando basicamente como instrumentos (políticos) ao centrar força na criação de estratégias de diversidade (tecnológica, sobretudo) a partir das possibilidades e demandas dos agentes sociais. No entanto, queremos defender a idéia de que o rico debate sobre as condições e os efeitos da nova racionalidade econômica promove a toda hora novos consensos (ambientais e de mercado) que são incorporados a realidade empírica.

agroalimentar atualmente coaduna no alvorecer do século XXI certos fundamentos, originados das aproximações sociológicas e geográficas sobre as possibilidades locais para os mercados, constando de pontos como: a) inclusão de processos produtivos de base natural/tradicional; b) identificação dos produtos com padrão de correspondência/excelência dados pelos territórios; c) re-dimensionamento dos mecanismos de logística com a provisão *in time* dos gêneros e a segurança bio-físico-química do alimento; d) ênfase em marketing para o que é *ecologicamente* correto e o *cientificamente* saudável; e) melhor apresentação dos produtos aos consumidores f) alteração nas formas de governança/contratos de mercado.

4.3.2 Esperanças e possibilidades de saída da crise

Uma das expressões mais presentes nas entrevistas e conversas com os produtores, desde 2005 foi que “(...) a banana de Jacinto tem *qualidade*”. Esta defesa da condição de produtor geralmente vem acompanhada de um saudosismo dos tempos de que quem produzia banana era considerado pela sociedade local um agricultor rico e abastado. Vem também carregada de sentimentos sobre as dificuldades, angústias e as alegrias de plantar a fruta.

A bananicultura portou-se à revelia de uma condição político-cultural de renovação da ruralidade que se erigia nos anos 90. Mesmo com novas tendências no espaço rural de que nos fala Veiga (1997): o turismo, a preservação da paisagem e do meio ambiente, local de moradia de citadinos, as formas de produção artesanal como apelo de *marketing* diferencial, o processo de criação de uma identidade entre os produtos e a natureza ou ao território, para a bananicultura local, essas possibilidades eram desconhecidas.

As crises que se sucederam nos anos 80 e basicamente nos anos 90 e que tiveram origens estruturais, não foram respondidas na altura de suas urgências pelas políticas públicas até pelo menos o início do ano 2000 (GLOBORURAL, 2002). A partir de então algumas iniciativas locais e estaduais começaram a modificar o difícil panorama da produção de bananas.

Como já afirmamos sob diversas rubricas nesta dissertação, se desde a sua implementação, a cultura da banana manteve certa autonomia se esquivando do acompanhamento da evolução técnica que se viu, por exemplo, nos municípios do Norte do Estado, atualmente a maior área produtora de banana do Estado. Embora não podemos defender uma *standartização* é inegável que o primeiro passo para a tentativa de saída de crise seja a tecnologia.

Podemos refletir em primeira mão sobre a questão dos limites do conhecimento tradicional, advindo da experiência familiar adquirida no tempo-espço, frente à marcha hegemônica do capital, o que pode ser chamado segundo Freire (1981), *relação sensitiva*. A construção desse ponto-de-vista salienta que a construção da base cognitiva da bananicultura de Jacinto Machado sustenta suas condições atuais na economia capitalista.

Entra aí, portanto a necessidade da reflexão sobre a capacidade de inclusão social da atividade de produção de bananas em Jacinto Machado. Nesse sentido como atesta Mello & Schmidt (2003:82): “*cresce a importância das Comissões Municipais de Desenvolvimento Rural e das forças vivas municipais com o objetivo de animar um processo de valorização do espaço social*” uma vez que o caminho das forças impulsivas e homogêneas do grande capital parece não ser suficiente para a universalização da técnica, ou a expansão do conhecimento agrônomo. Embora a pouca resposta dos agricultores represente uma forte resistência para a adoção de mudança, até mesmo para as formas mais conservadoras de políticas de Desenvolvimento Rural, que procuram preservar as raízes culturais, as estratégias de “inclusão econômica⁶¹” dos produtores nos mercados deve ser então um esforço da academia, dos órgãos na medida do que a sociedade planeja e demanda MUSSOI (2003).

Deve-se ressaltar que embora carentes de um direcionamento organizacional mais eficiente, muitos dos estabelecimentos podem se constituir em um verdadeiro modelo na construção da soberania local frente às dificuldades de padronização da cadeia ao se construírem experiências políticas de inserção social através das particularidades locais. A

⁶¹ Entendemos que a inclusão econômica passa pela capacidade de adequação do lugar as necessidades técnicas prementes da produção de bananas, sob a pena de perpetuação da condição de marginalidade instituída e de uma não menos provável extinção. A banana só propiciará uma nova condição de construção de mais valia social se for admitida enquanto uma atividade sensível, passível de ser controlada e gerida de modo empreendedor.

parceria vigente desde 2005 entre a Secretaria de Agricultura do Município e o SEBRAE, que vem trabalhando com a adequação de algumas famílias a produção orgânica certificada é uma tentativa que soa agradável, mas deixa transparecer nas entrelinhas as dificuldades de manutenção da atividade na atual base tecnológica.

Da mesma maneira, a iniciativa de mulheres de bananicultores em produzir artesanato e confeccionar roupas com a fibra da bananeira demonstra o grau preocupante de esgotamento em que a cultura local da banana está vivendo, vide **foto 9**, a seguir.

Foto 9 – Detalhe de produtos confeccionados com a fibra da bananeira



O exemplo da união para uma agricultura *competitiva economicamente*, mas *diferenciada comercialmente* pode vir também da produção bananícola do Norte catarinense. Para suprimir as perdas constantes (econômicas) os agricultores decidiram formar uma

cooperativa e especializar-se, criando mecanismos tecno-produtivos ao longo da cadeia local que estimulassem a criação de outros produtos além da banana *in natura* com um patamar de qualidade e que basicamente dispusessem de uma identidade territorial (produzido com padrões de higiene e limpeza, respeito com meio ambiente) e de saúde (produto orgânico, sem agrotóxico, etc). Naquele caso a banana é também abordada como um produto para a transformação. A industrialização da fruta é uma agregação de valor derivada do ambiente tecnológico favorável criado. GLOBORURAL, (2002)

Neste mesmo sentido, salientamos então a necessidade de se “*proporcionar voz*” ao produtor de Jacinto Machado. Urge-se o estabelecimento de uma organização própria dos bananicultores, como modo de estimular e garantir a luta pelos direitos daqueles produtores. Jacinto Machado, a antiga “*capital catarinense da banana*” ainda não possuiu ao longo de sua história uma entidade responsável propriamente pela organização dos produtores, diferentemente do que ocorre nos municípios de Criciúma, Schroeder, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Garuva e Corupá. A força desta iniciativa pode alavancar as oportunidades locais de aproveitamento da banana, fomentar o interesse privado em investimentos, estudos e serviços ou ainda reforçar o poder de barganha dos produtores, como aconteceu no episódio da inserção da banana na merenda escolar de algumas escolas municipais em Santa Catarina – a partir do ano de 2005 a Federação das Associações de Bananicultores de Santa Catarina - FEBANANA, muito preocupada com as incertezas de sustentabilidade no comércio exterior da banana caturra do Norte catarinense começa a pensar em novas inserções da fruta no mercado regional⁶². Criou-se um lobby (logo acatado pelo governo) para a incorporação da banana na merenda nas escolas públicas do Estado e de destacamento da importância nutricional da fruta como um meio de garantir o escoamento da produção. DIÁRIO CATARINENSE (25/08/2005, p. 22)

Por fim, salientamos que com ações empreendedoras, como a compra de mudas

⁶² A banana enquanto produto *in natura* possui uma elasticidade-preço menor do que um, ou seja, a oferta é elástica em relação ao preço. Objetivamente isso quer dizer que o produtor sofre intensamente com uma variação de preços recebidos pelo produto maior do que própria a variação da demanda pelo mesmo, o que muitas vezes dificulta o lide com a fruta em certos períodos do ano, especialmente no verão, nas chamadas safras – períodos onde a produção é maior ou ainda quando a incidência de surtos de doenças. Os produtores que utilizam crédito rural são então muitas vezes são prejudicados pela alta volatilidade do preço da fruta e por vezes acabam acumulando dívidas expressivas junto aos bancos e organismos de fomento.

certificadas, o cuidado com a sanidade vegetal, a correta e periódica reforma do bananal, o ensacamento dos cachos no período de “*engorda da fruta*” e efetivamente um manejo de pós-colheita – pode-se diminuir as disparidades produtivas ao longo do ano fazendo com que os preços variem menos em relação à demanda e mais em relação à qualidade. Embora a concorrência entre frutas nas temporadas e da variação do potencial de compra sejam fatores importantes na diagramação dos níveis de consumo, a banana de Jacinto Machado, a produtividade do município pode e deve ser elevada. É uma possibilidade eficiente de continuar uma tradição produtiva sem se esquecer das próximas gerações de produtores.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O ato de tematizar fenômenos reais em estruturas metodológicas científicas pressupõe mais que um exercício. A investida sobre a realidade é muitas vezes um mergulho no escuro, um percurso recheado de elementos subjetivos (dificuldades, perspectivas, tomadas de decisões e delimitações) formadores de um conjunto singular de possibilidades simultaneamente canalizadas pelo pesquisador quando na busca da compreensão daquilo que se propôs estudar. É, pois uma representação, que, definitivamente não se encerra sob o manto da certeza e da finitude. Cada estudo contribui com uma pequena peça num quebra-cabeça infinito, improvável de ser terminado tanto pelas limitações humanas e técnicas como do método.

Gostaríamos de encerrar o presente estudo reafirmando nossa posição de análise ao explicitar aspectos que julgamos importantes para o encadeamento das idéias desenvolvidas ao longo destas páginas. Faremos isto cientes das limitações do autor e das estratégias adotadas junto à correspondência da perspectiva teórico metodológica para com a realidade empírica. Assim, consideramos o estudo feito como mais um caminho aberto para uma nova fronteira de trabalhos.

Quando optamos pela abordagem geográfica, terminamos por aceitar o desafio de empenhar um diagnóstico, o que por assim ser, se remeteu às condições de existência do nosso objeto. A bananicultura não apenas se constitui uma atividade produtiva por si só. Ela é, além disso, uma forma-conteúdo do espaço. Isto corresponde dizer que sua síntese se fundamenta na compreensão dos agentes e dos momentos ao longo de sua evolução enquanto uma criação social.

Como uma agricultura familiar, está marcada pela habitual diferença em níveis tecnológicos e de condições de inserção nos mercados. Seus movimentos produtivos se construíram a partir de condições históricas (culturais, materiais) e por isso mesmo geográficas, inserindo-se em um modo de vida caracterizadamente agrícola. Desde o seu

início, a bananicultura escolheu seu território, logo definindo seus limites e possibilidades. Como uma cultura permanente e de clima tropical, obteve êxito sob adversidades ambientais e logísticas, mas evoluiu na primazia de um produto elementar para o consumo humano.

Nosso trabalho tentou salientar a importância da bananicultura a partir de dados de campo e da observação. Numa perspectiva construtiva, e fazendo uso de uma bibliografia enxuta, porém ao nosso ver coerente, trabalhamos com um rol de fatores que se desencadearam a partir da expansão da atividade. Tentamos salientar da cultura da banana na contemporaneidade, à luz das condições dos processos técnicos e sociais e dos rumos da agricultura familiar. Nosso intuito consistiu, portanto em analisar o fenômeno no âmbito da sua respectiva importância geográfica. Além de ser fonte de renda, a bananicultura se constitui resultado das articulações do trabalho em escala local e a sua posição no macroprocesso de acumulação regional e nacional.

Esta produção agrícola que admitimos integralmente como uma *função* se dissemina propriamente da adaptação local ao capital dos imigrantes italianos no alvorecer do século XX e se mostrou forte o suficiente para desenvolver economicamente uma cidade durante quase duas décadas. Na medida do seu encaixe às demandas comerciais dos anos 60 e 70 trouxe prosperidade e riqueza. Articulou-se ao capital comercial e no tensionamento da cadeia no nível da circulação e distribuição, muitos bananicultores se tornam “*atravessadores*” aprofundando relações capitalistas de produção no território, ainda que posteriormente viesse a ser desacreditada e relegada na complexificação do panorama da modernidade. Entrou em graves crises produtivas, derivadas de uma gama de problemas estruturais: questões de fitossanidade e excepcionalismos climáticos, mas sobretudo pela falta de adaptação do produtor à constante mudança do mercado e às novas possibilidades de lucratividade.

A partir especialmente do momento em que a oferta era mais importante do que a qualidade, a banana de Jacinto Machado conseguiu lugar nos mercados e feiras livres. Entretanto, justamente pelo caráter atomístico da produção na maioria das áreas produtoras, com o aumento da competição com a fruta em outras áreas produtivas, as dificuldades de gerenciamento das propriedades e a paulatina queda de demanda pela fruta, o preço pago pela banana diminuiu gerando dificuldades para o gerenciamento de custos de produção e o

pagamento dos empréstimos bancários. Isto serviu de estímulo para que em Jacinto Machado se reduzisse drasticamente a área plantada com banana e se preterisse a primazia da banana por outras atividades especialmente nos anos 90, como o plantio do maracujá e do eucalipto e a criação de suínos.

Ainda assim, a bananicultura sobreviveu no espaço. A bananeira, estampada no brasão da bandeira no município não simboliza uma história acabada. Ela representa, pois um dos marcos fundamentais da formação sócio-espacial daquele lugar. É uma materialização latente de sua condição moderna. Algo que precisa ser a todo custo transposto aos estudiosos do rural e em particular pelos trabalhos geográficos. Muitas zonas produtivas ainda se apresentam relegadas de análise. Mesmo com o grande desenvolvimento da teoria e da metodologia das ciências humanas nos últimos cinquenta anos, algumas particularidades de fatos e processos permanecem sem ao menos possuir parágrafos de biografia.

Deste modo, com o objetivo de auxiliar o preenchimento de uma lacuna da geografia dos objetos, centramos nossas forças. Tratamos de uma historiografia do cultivo da bananeira no local, partindo de um conjunto de hipóteses - uma vez que não foi possível seguir uma linha pré-existente por justamente não existir grande quantidade de referências sobre o tema proposto. Nesta aventura fatalmente trilhamos um caminho em certo ponto original e estivemos sujeito a erros e enganos e, portanto a posteriores críticas, reparos e argumentações.

Temos em mente que o produtor de bananas em Jacinto Machado não é tipologicamente igual ao da microrregião norte catarinense. Ele também carece de falta de incentivos para produzir e de condições de trabalho, embora se encontre em um patamar de desenvolvimento que conclame reparos técnicos e ambientais mais urgentes. Como um agente do espaço, se prestou a estabelecer relações singulares na própria medida dos limites territoriais e do *savoir faire* adquirido.

O enfoque sobre a bananicultura que tentamos trazer à tona demonstrou um retrato espacial da agricultura familiar. Sem um preciosismo teórico, optamos ressaltar as características empíricas que fazem a atividade uma importante função dos caminhos do desenvolvimento social.

Desta forma também salientamos algumas pistas para uma continuidade de estudos no âmbito local da atividade. Em primeiro lugar a bananicultura precisa ser fortalecida com práticas decididamente inclusivas. Esse sentido, defendido por nós não deve ser apenas uma simples crítica a sua forma, mas também ao Estado e aos governos. Acreditamos que se devem estruturar mecanismos de controle da qualidade dos frutos, instituir e qualificar os extensionistas e técnicos, promover cursos de técnicas de plantio e educação técnica rural para jovens aliando as possibilidades que a sociedade almeja e projeta.

Uma outra evidência importante sobre uma reflexão dos limites e capacidades do debate trazido está no próprio discurso dos agricultores entrevistados. Ao se posicionarem sobre suas estratégias e inserções econômicas presenciamos integralmente a tentativa de ilustrar criticamente o panorama de impasse da fruticultura tropical: *“a banana já deu muito dinheiro” “a gente planta por que só sabe fazer isso” “a nossa vida é na roça e desse jeito, mesmo”*. Se os sinais se fazem claros nas vozes dos agentes, cabe a academia e aos organismos de extensão agrícola formalizarem propostas “reais” e “diferenciadas” (ecológicas) de permitir com que se perpetue a tradição sem que se caia no impossibilidade de consecução de renda.

Por fim, com base em nossa vivência dentro desse trabalho queremos que as idéias aqui desenvolvidas não sejam consensuais, mas se dirijam para construção de caminhos e de linhas de ação efetivas de sustentabilidade e de integração econômica da população envolvida com a bananicultura em Santa Catarina e especificamente na região sul catarinense.

O sucesso de um desenvolvimento local autônomo depende da interpretação das ações bem-sucedidas de uma sociedade. Não é possível mais pensar em uma autonomia marxista-utópica, livre dos padrões capitalistas, mas é indispensável aprimorar técnicas e sobrevivência que partam da lei de que as leis e normas de funcionamento produtivo, tecnológico devam ser escolhidas também pela comunidade SOUZA (1995).

Deste modo, somos obrigados a admitir que muita coisa há de mudar, a começar pela revitalização do debate em torno da atividade no âmbito das instituições de assistência técnica. Mais do que uma escolha/opção é premente que a bananicultura seja encarada como uma atividade rentável e exequível nos termos econômicos e sociais.

Sem cair no ranço ideologista acreditamos que a soberania da população para decidir seu futuro é dificultada nos tempos atuais, mas não é impossível. Praticamente é unânime entre agentes, academia e Estado a necessidade de buscar a melhoria da qualidade de vida pelo desenvolvimento territorial, ecologicamente correto e também centrado na lucratividade. O espírito do capitalismo comporta muito bem esta idéia por que é fruto de sua própria síntese.

A grande capacidade de inovação e de pensar propriamente em novas inserções pode ser o eixo do desenvolvimento econômico sustentado, mas vai depender do auxílio de políticas direcionadas, uma vez que a discussão sobre os novos papéis específicos para o rural vai também ser influenciada pelo projeto da sociedade numa relação que é dialeticamente interno-externa, local-global.

De nossa parte, esperamos que o estudo sistematizado por estas páginas tenha servido para qualificar e melhor compreender as limitações e potencialidades na produção de bananas no município de Jacinto Machado, ou ao menos, chamado a atenção para o fato que qualquer tentativa de análise espacial é incoerente quando não busca o contexto da mudança social em que está inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial In: **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999
- ACARESC. **Plano diretores – 1972, 1975, 1991/1994**. Florianópolis: ACARESC.
- ACARESC/EPAGRI, **Programa estadual de assistência técnica e extensão rural** – anos 1975 e 1992 (mimeo.)
- BEAUD, M. **A arte da tese**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2ª ed.,1997, 174p.
- BELIK, W. & PAULILLO, O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S(org). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001. p. 95-120.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996. 266 p.
- BERNARDES, J. A. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. **Geografia conceitos e tema**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 239-269, 1995.
- BLEINROTH, E. W. Aspectos da produção de banana. In: IBGE **Boletim geográfico** n° 196 – jan-fev 1967. pg 84-85.
- BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. 3ª ed, São Paulo: Ed. Bertrand Brasil, 2000.
- BRITO, M. S. & SILVA, S. T. O papel da pequena produção na agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, n ° 44, v.2, abr./jun. 1982, p. 191-261.
- BRITO, M. A. Questões associadas a evolução recente da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de geografia**. Rio de Janeiro:IBGE, n° 48, v. 3, jul./set. 1986, p. 139-161.
- BYÉ, P. As tecnologias genéricas levam ao desaparecimento das técnicas agroalimentares de origem? In: MALUF, R. & WILKINSON, J. (orgs.) **Reestruturação do setor agroalimentar- questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: Redcapa,1999. 202p.
- CABRAL, O. **Espaço e ruralidade num contexto voltado à agricultura familiar**. Tese de doutorado em Geografia. Florianópolis: USFC, 2004, 267p.
- CARDOSO, R. C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método In: CARDOSO, R. C. L. **A aventura antropológica** – 2ª edição. São Paulo:Paz e

Terra. (mimeo)

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave em geografia. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.15-47, 1995.

CORRÊA, W. K. & GERARDI, L. H. de O. A produção familiar e os desafios de mercado. **Revista de Ciências Humanas**. Editora da UFSC. Florianópolis, nº 31, p. 109-131, abril de 2002.

DALL'ALBA, J. L. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá: Ed. Gráfica Orion. 1997, 513 p.

DELGADO, G. Capital e política agrária no Brasil 1930-1980 *In*: SZMRECSÁNYI, T. & SUZIGAN, W (orgs.) **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed Hucitec, 1997, 320 p.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. *In*: Leite. S. (org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed da UFRGS. 2001, p.15-52.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da agricultura**. São Paulo:DIFEL, 1984.

DUARTE, G. M. **Depósitos Cenozóicos Costeiros e a morfologia do extremo sul de Santa Catarina**. São Paulo, Tese de Doutorado – USP, 1995.

ELIAS, D. Globalização e modernização agrícola. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 01, p. 5-16, 1996.

_____. Globalização e agricultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003. 381p.

FARIAS, V. F. **Sombrio 85 anos – natureza, história e cultura**. *Sombrio: Ed. do autor, 2000, 326 p.*

FARINA, E. M. M. Q. e MACHADO, E. L. Regulamentação governamental e estratégias de negócio no mercado brasileiro de frutas e legumes frescos. *In*: BELIK, W. & MALUF R. S. (edit.) **Abastecimento e segurança alimentar**. Campinas-SP:IE/UNICAMP, 2000.

FONTANELLA, H. **Jacinto Machado – Capital da banana**. Tubarão: Dehon, 1992, 90 p.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1981. 80p.

GALJART, B. Difusão cultural e subdesenvolvimento. *In*: SZMRECSÁNYI, T. & QUEDA, O. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, v. 46, p.70-80, 1973

GASKELL, Georges. **Entrevistas individuais e grupais**. Páginas 64-89. (mimeo)

HOBOLD, P. **A História do Grande Araranguá: reminiscência desde os primórdios até o ano de 1930**. Porto Alegre: PALMARINCA, 1994, 255 p.

Instituto CEPA. **DIAGNÓSTICO RURAL DA REGIÃO SUL CATARINENSE – Análise do sistema de produção, abastecimento e consumo de banana**. Florianópolis: Instituto CEPA, 1988. 107 p.

_____. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2005-2006**. Florianópolis: EPAGRI/Instituto Ceba, 2006. 294p.

_____. **Levantamento Agropecuário de Santa Catarina – LAC**. Florianópolis: EPAGRI/Instituto CEPA, 2006. Disponível no web-site: www.icepa.com.br . Acessado nos dias 24 e 25 de abril de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Geografia do Brasil: Região Sul**. Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977. p 143-1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980**. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censos agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1986 e 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Dados da produção agrícola municipal do município de Jacinto Machado de 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004**. Rio de Janeiro: IBGE.

LAMARCHE, H. (coord.) **A agricultura familiar**. Campinas, 1993. v.2. 348 p.

_____. (coord.) **A Agricultura Familiar: do mito a realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 4ª edição, Barcelona: Ediciones península, 1978. 270p.

_____. **The production of space**. Malden: Blackwell publishing, 1991.454p.

LENCIONI S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1999, 214 p.

LICHTENBERG. L.A & MOREIRA, R. S. **The history and characteristics of banana**. In: Anais da XVII reunião internacional da Associação para a cooperação nas pesquisas sobre banana no Caribe e na América Tropical (ACORBAT). Joinville, Santa Catarina, out. 2006.

LIMA, J. C. **Os bananeiros de Itanhaém – relações de trabalho na cultura da banana**. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 1983. 120p.

MACHADO, E. L. **O papel da reputação na coordenação vertical da cadeia de frutas legumes e verduras frescos**. Tese de Doutorado- USP. São Paulo:FEA/USP 2002 182p.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In: **Ensaio FEE**. V. 25 nº 1. Porto Alegre: Fundação de economia e estatística Siegfried Emanuel Heuser. p. 299-322.

_____. Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 15, n.1(57), p. 134-140, jan./mar.1995.

_____. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. In: **Estudos Sociedade e Agricultura** Nº 8. Rio de Janeiro:UFRRJ/CPDA, 1997. p. 51-69.

_____. Políticas Agrícolas e de Desenvolvimento, em: LEITE, S. (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**, Porto Alegre, EDUFRGS, 2001.

MAMIGONIAN, A. O estudo geográfico das indústrias de Blumenau. In: **Revista Brasileira de Geografia** nº 27 . Rio de Janeiro: IBGE, jul-set 1965, p. 389-481.

MANICA, I. **Fruticultura Tropical 4. Banana**. Porto Alegre: Cinco continentes, 1997. 485 p.

MARCELINO, E. V. Diagnóstico das formas e uso e ocupação do Espaço Urbano do município de Jacinto Machado (SC). In: **Caminhos da Geografia**. Uberlândia: Ed. UEU, 2003. p 54 – 75.

MARSDEN. T. & ARCE, A. Constructing quality: emergin food networks in the rural transition. **Environmental and Planning**, 1995, vol 27, p. 1261 – 1279.

MARX, K. **O capital - O processo global de produção capitalista**. 5ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1991. 374 p.

MELLO, M. A. SCHMIDT, W. Agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no oeste catarinense: possibilidades para a construção de modelos heterogêneos. In: PAULILO. M. I., SCHMIDT, W. (Orgs.) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. 1ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, v.1, p. 71-98, 2003.

MERTZ, M. M. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul - um sistema agrário colonial. **Ensaio FEE**, v. 25, p. 277-298, 2004.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense**. Florianópolis, Tese de Doutorado – UFSC, 2003, 316 p.

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e sustentabilidade: Valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, UFRRJ, CPDA, rio de Janeiro, v. 8, p. 51-69, 1997.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: MAUAD/REDCAPA. 1999. 204p.

MULLER, G. **Estado, estrutura agrária e população – ensaio sobre estagnação e incorporação regional**. Cadernos CEBRAP N° 32. Petrópolis: Editora Vozes/CEBRAP,

MURAYAMA, S. **Fruticultura**. 2ª edição, Campinas: Instituto Campineiro de ensino agrícola, 1973. 428p.

MURDOCH, J. & MIELE, M. Back to nature: changing worlds of production in the food sector, **Sociologia Ruralis**. Blackwell Publishers. Oxford, vol 39, n° 4. p. 465-499, 1999.

MUSSOI, E. M. Agricultura familiar: reflexão a partir de novas perspectivas. **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED editora, p. 25-58, 2002.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, São Paulo, n° 43, v 16, dez. 2001.

PAIVA, R. M. Apreciação geral sobre o comportamento da agricultura brasileira. In: ARAÚJO, P.F.C. de; SCHUH.G.E. **Desenvolvimento da agricultura – estudos de casos**. São Paulo: Livraria pioneira editora, p.155-212, 1983.

PDBEE – **Plano de Desenvolvimento Econômico-Ecológico**. Jacinto Machado 1995 3p.

PELUSO JÚNIOR, V. A colonização alemã na área fronteira à ilha de Santa Catarina: observações geográficas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, n° 2, 1980. p. 131-145.

PEREIRA M. C. T.; SALOMÃO, L. C. C; OLIVEIRA E SILVA,S.; SEDIYAMA,C.S.; COUTO, F. A. D.; NETO, A. P.S. **CRESCIMENTO E PRODUÇÃO DE PRIMEIRO CICLO DA BANANEIRA 'PRATA ANÃ' (AAB) EM SETE ESPAÇAMENTOS** in Pesquisa Agropecuária Brasileira, 1999. Disponível na home-page: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-204X2000000700012&lng=pt&nrm=iso

PIAZZA, W. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Palloti, 1982. 312p.

PMDR-JM. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Jacinto Machado**. Jacinto Machado, Abril. 2002.

PRATES, A. M. & ALMEIDA, N. O. **O processo de ocupação do espaço sul-catarinense**. In. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE, 4., Cuiabá. Anais...Cuiabá: p. 189-196.

RAY, C. Towards a meta-framework of endogenous development: repertoires, paths,

democracy and rights. *In: Sociologia Ruralis* vol. 39 n. 4 1999, p 521-538.

SÀNCHEZ, J-E. **La geografia y el espacio social Del poder**. 1ª edição, Barcelona:Los libros de la frontera, 1981. 248p.

_____. **Espacio economía y sociedad**. Madrid, Siglo vintiuno de España Editores, S.A. 1991.

SANTA CATARINA. **Plano Agropecuário catarinense – PLANAC. Proposta para ação 1988-1991**. Florianópolis, nov de 1987.

SANTA CATARINA. **Plano integrado para a agropecuária de Santa Catarina**. 1967.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Ed. Nobel, 1985, 1ª ed. 88p.

_____. **Por uma nova geografia**. 3ª edição. São Paulo:Hucitec, 1978.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro:F. Alves, 1979a.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: HUCITEC, 1979b. 167p.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: HUCITEC, 1982. 63p.

_____. **A redescoberta da natureza**. In: Revista Estudos Avançados. vol.6 no.14 São Paulo Jan./Apr. 1992.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo; Hucitec.1997, 2ª ed.,308p.

SCHEIBE, L. F. & PELLERIN, J (orgs). **Qualidade Ambiental de municípios de Santa Catarina: O município de Sombrio**. Florianópolis:FEPEMA, 1997 154 p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização – pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS editora. 2ª ed., 2004, 205 p.

SILVA, A. C. **O Espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec , 2ª ed. 1988. 129 p.

_____. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991, 143p.

SILVA, C. A. **A rizicultura nos municípios da BHRA**. Produção interna do Laboratório de Análise Ambiental – UFSC. 2003.

SILVA, J.G. **Agricultura Sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social**. In: Almeida e Navarro (orgs) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, Editora da Universidade,

1997

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999 (mimeo).

SILVA, M. M. A fomicultura em Santa Catarina: discutindo a rentabilidade à luz das implicações econômicas. In: **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. PAULO, M. I. S. & SCHMIDT W. Florianópolis: Ed. da UFSC 2003, p 99 – 123.

SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre conceitos teóricos e categorias empíricas. In: PORTO, M. S. G. (org) **Politizando a tecnologia no campo brasileiro – dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Dumará, p.41-55, 1997.

SOUZA, A. T. & CONCEIÇÃO, O. A. **Fatores que afetam a qualidade da banana na agricultura familiar catarinense**. Florianópolis: Instituto Cepa/ SC, 2004. 80p.

SPECK, M. M. **A bananicultura sobrevive: revisando o papel da atividade na organização espacial de Jacinto Machado-SC**. Trabalho de conclusão de curso em Geografia/UFSC. Florianópolis: GCN/UFSC, 2004. 94p.

VALDATTI, J. **Riscos e desastres naturais: o caso da sub-bacia do Rio da Pedra – Jacinto Machado/SC**. Florianópolis, Dissertação de Mestrado – UFSC, 2000, 143 p.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo, Estudos Rurais, Hucitec/USP. 1991, 219p.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2ª edição. SUPREN: Rio e Janeiro, 1979.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO. J. C. (org) **Agricultura familiar: realidade e perspectiva**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.p. 23-56.

WELSH, R. Vertical coordination, producer response, and the locus of control over agricultural production decisions. **Rural Sociology**, vol 62, nº 4, p. 491-506, 1997.

WILKINSON, J Perfis emergentes no setor agroalimentar. In: MALUF, R. & WILKINSON, J. (orgs.) **Reestruturação do setor agroalimentar- questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: Redcapa, 1999. 202p.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares P.O.F/IBGE 1987 e 1996, disponível em www.ibge.gov.br/sidra e Levantamento Estatístico de Aquisição Alimentar 1974.

INSTITUTO CEPA. **Informes Conjunturais da cultura da banana – anos 2005, 2006 e 2007**. Disponíveis no web-site: www.icepa.com.br.

Revista GLOBORURAL. Dólares em penca – Santa Catarina abre mercosul e multiplica chance de ganho. Ano 18, nº 205. Novembro de 2002, p.60-67.

Jornal Diário Catarinense. *Preço da banana inibe investimento*. Reportagem da edição de 30 de janeiro de 2006. p14. Florianópolis

_____. *Produtor quer banana na merenda*. Reportagem da edição de 25 de agosto de 2005. p. 22. Florianópolis.

_____. *Temporal derruba 50% dos bananais*. Reportagem da edição de 11 de agosto de 2005. p.22 Florianópolis.

_____. *Produtor quer maior mercado para a banana*. Reportagem da edição de 15 de outubro de 2005. p 26. Florianópolis.

_____. *Preço da banana cai à metade*. Reportagem da edição de 27 de novembro de 2005. p. 26. Florianópolis.

_____. *Bananicultor sofre prejuízos*. Reportagem da edição de 16 de outubro de 2005. p 22. Florianópolis

Jornal A notícia. *Um mercado em franca expansão*. Reportagem, 21 de setembro de 2006. Joinville.

POTAFOS. INFORMAÇÕES AGRONÔMICAS Nº 108 – DEZEMBRO/2004. Disponível em: [http://www.potafos.org/ppiweb/brazil.nsf/87cb8a98bf72572b8525693e0053ea70/7759ddc6878ca7eb83256d05004c6dd1/\\$FILE/Jornal%20108.pdf](http://www.potafos.org/ppiweb/brazil.nsf/87cb8a98bf72572b8525693e0053ea70/7759ddc6878ca7eb83256d05004c6dd1/$FILE/Jornal%20108.pdf)

ANEXOS

As Perguntas-guias para entrevistas

- O que significa a bananicultura para o sr(a).?
- O sr(a). abandonaria ou trocaria a lavoura para obter maior possibilidade de renda e lucro?
- O que lhe fez tomar a decisão de plantar bananas?
- Qual é o maior problema em plantar bananas em Jacinto Machado?
- Quantos hectares possui com a frutífera? Qual o rendimento anual por hectare?
- Já utilizou ou utiliza financiamento para a bananicultura? Quando? Quantas vezes? Que valor? Qual o propósito?
- Com base nos ultimas safras, qual o rendimento médio obtido com a fruta?
- Qual a sua relação com o bananeiro/atravessador?
- Para quem o Sr.(a) entrega a produção? Sabe o destino?
- O sr(a). foi sempre bananicultor? Além da banana produz algo para o mercado?
- Quanto o sr(a). plantava de banana no inicio? Aumentou ou reduziu a área?
- Quando é melhor produzir bananas no ano e quando se produz mais em Jacinto Machado?
- Qual é a porcentagem da renda com banana sobre a renda total da propriedade?
- Qual a(s) diferença(s) entre os anos 70 e o atual período para se produzir bananas?
- O que se produzia nas encostas antes da banana? Qual era o destino daquela produção?